

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL



ANO LX

RIO DE JANEIRO — BRASIL

MARÇO-ABRIL, 1957

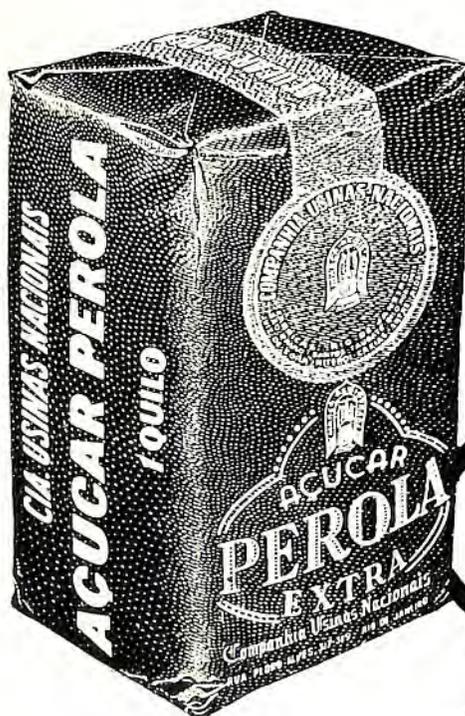
Agrada mais

a nova
embalagem

- Mais resistente
- Mais higiênica
- Mais econômica



Todos afirmam que agrada muito mais a nova embalagem do Açúcar PEROLA. Realmente, desde a dona de casa, a quem satisfaz um pacote mais resistente e mais higiênico, até o negociante, que prefere um pacote mais perfeito, e que permita melhor arrumação nas prateleiras, todos têm, agora mais um motivo para preferir o Açúcar PEROLA, o mais puro e o mais alvo, e, por isso mesmo, o melhor do mercado.



**açúcar
PEROLA**

saco azul e cinta encarnada



Grande parte da renda dos fazendeiros e agricultores de Idaho, nos Estados Unidos, Estado muito montanhoso e com espessas florestas, deriva dos rebanho de ovelhas, que se espalham pelas suas vastas planícies alimentando-se nos vales e encostas que não podem ser cultivados. Na foto, vê-se um rebanho pastando, observando-se, ao longe, os cumes gelados das Montanhas Sawtooth. Especial para "A LAVOURA", International Press Service

Man. - Phil 37

SUMÁRIO

	pag.	
Carecemos de Diretrizes para a Adubação (Química ou Mineral) Prof. Arthur Tórres Filho	3	
Auspiciosas Perspectivas para a Fruticultura Fluminense	4	
Clima e Imigração (Adalberto Serra)	6	
Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná	10	
A Classe Classe Rural — Temas e Sugestões — Arruda Câmara	12	
Manifesto a Lavoura, do Sindicato da Ind. de Formicidas e Inseticidas do Estado de São Paulo	14	
Noticiário da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello"	16	
Raça Nacional "Caruncho"	18	
Pensamento das Classes Produtoras sobre assuntos de Relevante Interesse Nacional	20	
Cooperativas Escolares — Prof. J. Ventosa Roig	26	
Novo Método de Infiltração de Água no Solo	27	
Nossa Revista e a Associação Rural do Uruguai	28	
Associativismo Rural	30	
Ignorado o Destino do "Fundo do Trigo"	31	
Notícias e Informações	34	
Resposta ao questionário Sobre informações básica necessária para o estudo da "Segurança Social Agrícola" nos Países americanos, preparado pelo Comitê Permanente Interamericano de Previdência Social (2.ª Parte) Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	35	
Lavoura do Distrito Federal	43	
Situação Florestal Brasileira	53	
Campanha de Educação Florestal	54	
Livros e Publicações	55	

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
Presidente Benemérito DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodré; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educa o e Cultura** (Ministério das Rela es Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplica es dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associa es Americanas de Comércio e Produ o** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Rela es Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES
RURAS DO DISTRITO FEDERAL

ANO LX

MARÇO-ABRIL, 1957

CARECEMOS DE DIRETRIZES PARA A ADUBAÇÃO (QUÍMICA OU MINERAL)

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da
Sociedade Nacional de Agricultura

Reconhecem os economistas e técnicos agrícolas que se faz mister uma planificação segura que garanta a conservação da fertilidade do solo no Brasil, que, por efeito da erosão e das exportações dos produtos agrícolas, ameaça levar o país à carência alimentar cada vez mais acentuada.

A indústria de fertilizantes nitrogenados e fosfatados, como a de corretivos calcáreos é daquelas que devem merecer as maiores atenções governamentais, devendo para êsse fim traçar-se diretrizes seguras em bases técnicas e econômicas.

A Sociedade Nacional de Agricultura tem-se preocupado com o problema da utilização do lixo das cidades que, devidamente aproveitado, representa fonte de riqueza e adubo orgânico valioso.

— x — x —

Como temos salientado, o fim principal da adubação é o de colocar no solo os elementos que lhe falta para assegurar colheita compensadora. Êsse resultado se consegue considerando, de um lado, a composição em NPK e Ca da colheita total (de que existem tabelas), e de outro, a composição do solo nesses mesmos elementos de que, pela análise físico-química realizada em estabelecimentos idôneos, poderão fornecer aos agricultores. As indicações sobre as quantidades a usar para produzir os resultados econômicos desejados dependerá de orientação técnica. Daí o papel relevante reservado às estações experimentais às quais cabe orientar a prática da **adubação** cujo valor depende do aproveitamento dos adubos pela planta, o que depende não só da qualidade dos adubos, como do modo de aplicá-los, não havendo um método que se adapte a tôdas as situações.

Resumindo dizemos que o bom resultado da adubação dependerá :

- 1) do tipo de solo e suas exigências climáticas para a planta adubada;
- 2) da natureza do adubo e sua qualidade;
- 3) do clima.

Em resumo, dada a extensão territorial do Brasil e a variedade de clima e de solos, tem-se a medida do papel que concerne à ação dos estabelecimentos técnicos e de como se torna necessário o ensino agrônômico para que sejam traçadas em nosso país as diretrizes para a **adubação racional**.

O **humus**, que é o resultado da decomposição da matéria orgânica, tem influência decisiva na fertilidade e é indispensável para alcançar-se bons resultados com os adubos químicos ou minerais. Isso ocorre muito principalmente nos solos tropicais ou sub-tropicais. Dever-se-á ter muito em consideração a **acidês** dos nossos solos e que a indicação dos técnicos é da maior importância para os rendimentos das culturas.

Sem essa adubação, com a restituição dos elementos fertilizantes extraídos do solo pelas colheitas, êle irá perdendo a fertilidade e caindo sempre os rendimentos agrícolas.

Sem os trabalhos de laboratórios e das experimentações não poderemos ter a orientação necessária para os nossos agricultores.

Não menos importante é o estímulo que precisaremos dar às explorações das jazidas minerais existentes com a respectiva industrialização.

AUSPICIOSAS PERSPECTIVAS PARA A FRUTICULTURA FLUMINENSE

O SR. MILTON FREITAS DE SOUZA, UM FRUTICULTOR PROGRESSISTA — FRUTICULTURA EM BASES RACIONAIS E ECONÔMICAS — ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL

O Sr. Milton Freitas de Souza, agricultor no Vale do Rio Preto, município de Petrópolis, é, sem dúvida, um exemplo de um fruticultor progressista, que praticando a fruticultura em bases racionais e econômicas, vem realizando trabalho digno de elogios, pelas perspectivas que abrem para a economia agrária do Estado do Rio.

Em um de seus pomares, tem plantados 85.000 pés de citrus e 5.000 mamoeiros, obedecendo sua exploração às mais modernas normas da agricultura racional, e, nas mesmas condições, em outro pomar ao lado, 11.000 videiras e 7.000 figueiras.

Para atender as exigências do pomar quanto à adubação orgânica, acaba o Sr. Milton Freitas

de Souza, de planejar, a instalação de 100 galinheiros com a capacidade de 25.000 aves, que fornecerão cerca de 500 toneladas de estêrco de galinhas por ano.

Ao lado de uma agricultura racional e econômica, vem o Sr. Milton Freitas de Souza, com sua larga visão, dispensando uma assistência aos trabalhadores rurais e suas famílias, que merece ser ressaltada.

Além da assistência médica que proporciona aos empregados e suas famílias, vem o adiantado fruticultor fluminense se preocupando com o problema da habitação confortável e higiênica para os mesmos.

Assim é que já estão concluídas 10 residências para trabalha-

dores, construídas de alvenaria, cobertas de telhas, dispondo todas elas de água quente e fria e demais instalações sanitárias.

Está planejado, agora, a construção de mais 50 casas nas mesmas condições, orçadas em Cr\$ 7.500,00 (Cr\$ 150.000,00, por unidade).

Os investimentos que o progressista fruticultor fluminense empregará na melhoria do referido pomar sobem à Cr\$ 27.000.000,00 dos quais Cr\$ 15.000.000,00 para instalação do novo pomar; Cr\$ 7.500,00 para a ampliação da vila operária; Cr\$ 3.000.000,00, para a instalação do aviário e Cr\$ 1.500.000,00 para a instalação de galpões destinados ao tratamento das frutas.

Novas e auspiciosas perspectivas abrem-se, portanto, para a economia fluminense, que encontrará na fruticultura, tal como a prática o Sr. Milton Freitas de Souza, uma fonte de renda apreciável e crescente.

"ESTUDOS SÔBRE O TRIGO"

A venda êsse trabalho original editado pela divisão de propaganda do SAPS



Em presença do Diretor-Geral do SAPS, Dr. Gabriel Vivacqua, o Dr. Mozart De Cunto recebe, em seu nome e dos outros autores, o prêmio conferido ao trabalho "Estudos sôbre o Trigo" pelos Sindicatos da Indústria do Trigo do Rio e de São Paulo

"Estudos sôbre o Trigo", o mais completo livro em língua portuguesa que trata dos problemas do trigo, distinguido, o ano passado, com o "Prêmio Nacional de Alimentação", conferido pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, foi também laureado com um prêmio de duzentos mil cruzeiros, pelos Sindicatos da Indústria do Trigo do Rio de Janeiro e de São Paulo. Trata-se de um trabalho de equipe, realizado pelos técnicos Mozart De Cunto, Edelweiss Gramer e Dorival Veloso, que depois de longos estudos e pesquisas, apresentaram uma obra realmente

original, sôbre a importância do trigo como alimento nas civilizações antigas e modernas e o desenvolvimento da triticultura em nosso país.

Conferido aos autores o "Prêmio Nacional de Alimentação", o SAPS adquiriu os direitos autorais para a primeira edição do "Estudos sôbre o Trigo", que acaba de ser lançada pela sua Divisão de Propaganda. Os dois grandes Sindicatos acima referidos, ao comunicarem à direção geral do SAPS sua deliberação de premiar os autores, salientam tratar-se de um prêmio extra que marca mais uma etapa pro-

missora na Campanha Nacional do Trigo, em virtude da importância dos estudos e pesquisas realizadas por aqueles técnicos.

"Estudos sôbre o Trigo", sem dúvida uma das obras mais salientes da moderna bibliografia brasileira de Nutrição, criada pelo SAPS em nosso país, poderá ser adquirido diretamente no setor de Publicações do SAPS (Divisão de Propaganda — Praça da Bandeira, 96-3.º andar) ou mediante reembolso postal, com pedidos feitos para o mesmo endereço, custando cada exemplar da obra Cr\$ 200,00 (Duzentos cruzeiros).

CLIMA E IMIGRAÇÃO

ADALBERTO SERRA

A iminente chegada ao nosso País dos refugiados húngaros, nos sugeriu o presente reexame das condições climáticas brasileiras.

Isto porque, seguindo velha tradição, os órgãos competentes procurarão encaminhar tais imigrantes para o Sul mais fresco, despresando o tórrido Norte, cujo calor talvez levasse os recém-chegados a preferirem a trágica alternativa das geadas estepes siberianas.

falta de assistência, de crédito, transporte, secas frequentes, e outros males que só os brasileiros conseguem suportar.

Mas não haverá fatores climáticos esquecidos neste quadro? Que adianta dar ao colono boa terra, semente, adubo e maquinarias, se o calor insuportável lhe

mir a pequena safra arrancada à terra pelos caboclos.

Para o indispensável exame das condições climáticas utilizamos os valores da "Temperatura úmida" constantes do Atlas Climatológico do Brasil. Os europeus estão habituados a índice de 10 a 16°, e assim não podem trabalhar à tarde, nos campos, desde que o termômetro úmido ultrapasse a média mensal de 21°. Também o risco de insolação se torna acentuado quando expostos a valores acima de 24°.

Assim procuramos delimitar nas cartas anexas os números de meses em que aqueles níveis são normalmente excedidos. Curvas foram traçadas para 0, 3, 6, 9 e 12 meses, concluindo-se o seguinte:

a) Nas regiões em que a temperatura úmida média ultrapassa, por mais de 3 meses, o nível de 24°, torna-se impossível o trabalho agrícola do branco. Compreendem elas os Estados do Amazonas (salvo a fronteira ocidental), Pará (exceto o sudeste), Maranhão (faixa a norte de 4°), todo o Piauí, nordeste de Goiás, planície do Ceará (a norte de 6°), Rio Grande do Norte, e pequenos trechos do litoral leste, em torno a Recife, Aracaju e Ilhéus; finalmente, a região de Corumbá, em Mato Grosso.

b) Já nas zonas em que, sem atingir aquela marca, o termômetro úmido se



A tradição referida não tem impedido, contudo, que a maioria dos alienígenas acabe abandonando os campos e se refugiando nas cidades, com as nefastas repercussões de todos conhecidas, e em cujo exame não entraremos. De um modo geral, todos atribuem o fato às precárias condições ecológicas ou econômicas em que se exerce a atividade rural brasileira:

aniquila por completo as energias e até a vontade de viver? Não seria talvez mais prático delimitar previamente as zonas em que uma temperatura mais amenas lograsse assegurar o pleno rendimento do braço estrangeiro? É possível que assim o mesmo acabasse por se fixar no campo, contribuindo para aumentar a produção, em vez de vir para as cidades consu-



mantém na média acima de 21°, pode-se esperar uma adaptação precária dos colonos naturais da faixa mediterrânea (portuguêses, espanhóis, gregos, italianos, sírios), e tanto mais segura quanto menor o número de meses indicados nas cartas.

Não se deve, porém, confiar tais regiões a nórdicos (poloneses, alemães, húngaros, escandinavos, etc.), que nelas não lograrão permanecer.

Já excluídas as áreas do item anterior, cobrem as faixas de 21° as planícies, o litoral, e os grandes vales de todos os restantes Estados até o extremo Sul, e melhor que qualquer enumeração o terceiro mapa as delimita com exatidão.

c) Por último, no interior da isolinha O da carta de 21°, todos os meses se prestam ao trabalho braçal de europeus, o clima lhes permitindo uma perfeita adaptação.

Compreende a mesma as zonas beneficiadas pela al-

titude: Serras de Pernambuco, Paraíba e Bahia, planaltos de Minas, São Paulo, Goiás, cadeias do Estado do Rio, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a planície deste último Estado fronteiro com o Uru-

guai, e o extremo sul de Mato Grosso.

O estudo racional do problema permitiu assim derrubar o velho preconceito contra o Norte que possui, como se vê, faixas bem mais amenas que outras do sul.

E nas culturas em que o trabalho ao ar livre ficar limitado a 3 ou 6 meses ainda será mesmo possível aproveitar boa parte das áreas condenadas.

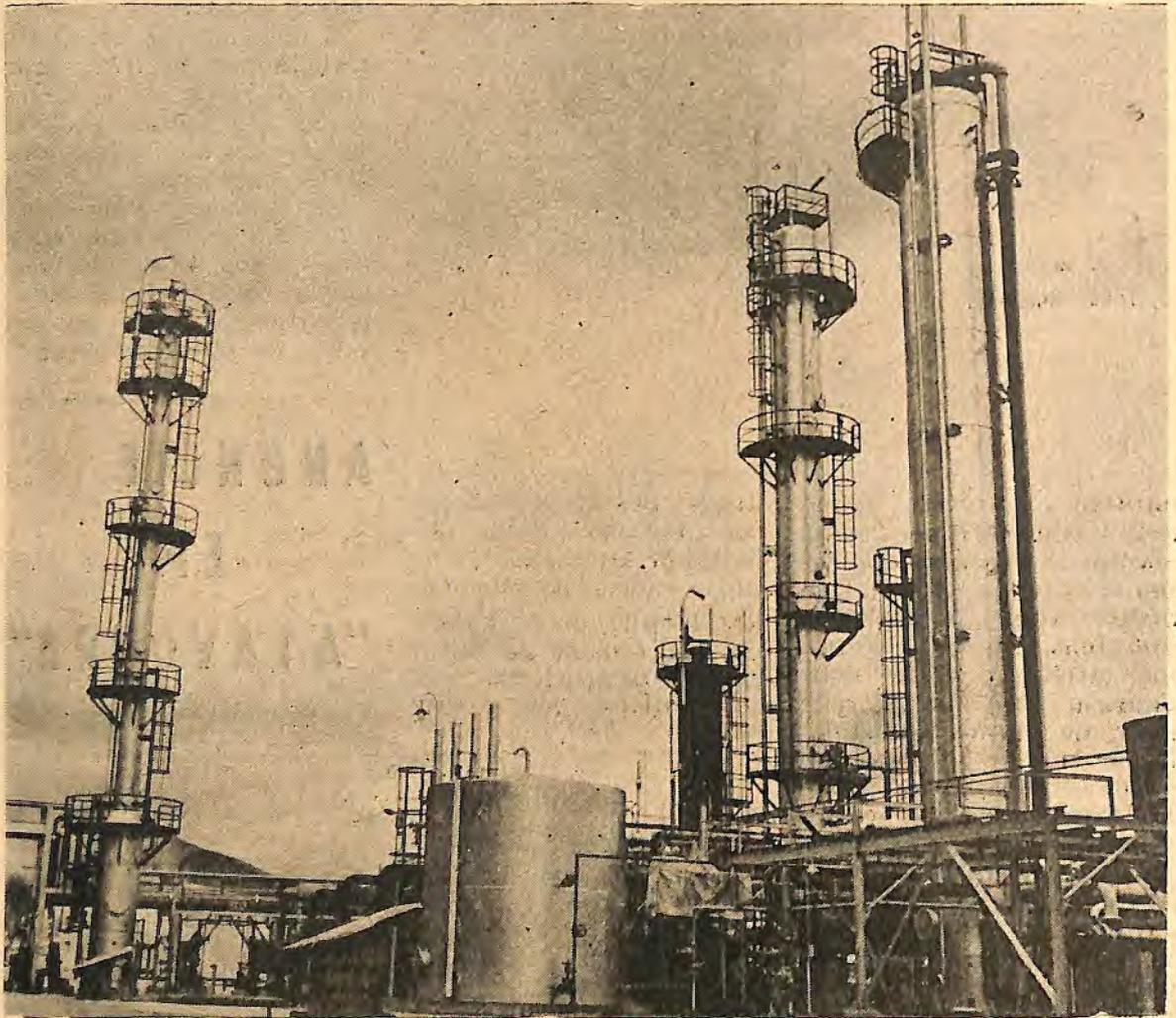
Ao concluir, uma breve advertência: não pretende este artigo ditar normas, apenas fornecer documentação precisa sobre um assunto de interesse geral.

ANUNCIE EM "A LAVOURA"



OPORTUNA E FELIZ INICIATIVA DA PETROBRÁS

Maior produtividade agrícola pela adubação racional — Instalação, em território nacional, de uma fábrica de adubos nitrogenados — Grandiosa obra que está executando em Cubatão, a PETROBRÁS — Produção, no futuro, de 34 toneladas de nitro de amônio granulado, por dia — Mais de 300 toneladas diárias de calnitro, produzirá a Fábrica de Fertilizantes de Cubatão



A fábrica de fertilizantes de Cubatão, ocupando uma área de 320.000 metros quadrados, tem capacidade para produzir diariamente 340 toneladas de calnitas e 34 toneladas de Sulfato de Amônio

Uma das exigências da agricultura brasileira é o aumento da produtividade de nossas terras mediante uma adubação apropriada e racional.

O lavrador nacional, para assegurar a serventia de suas glebas e o rendimento econômico de suas culturas,

precisa de fertilizante barato, de boa qualidade e em volume capaz de suprir suas necessidades.

A importação de adubos custa ao Brasil um aprecíavel dispêndio de divisas. É uma situação que vem de longe, mas que, felizmente, chega ao seu fim, graças à

construção, por iniciativa da Petrobrás, de uma fábrica de fertilizantes em Cubatão, no Estado de São Paulo, ora em fase de operação experimental.

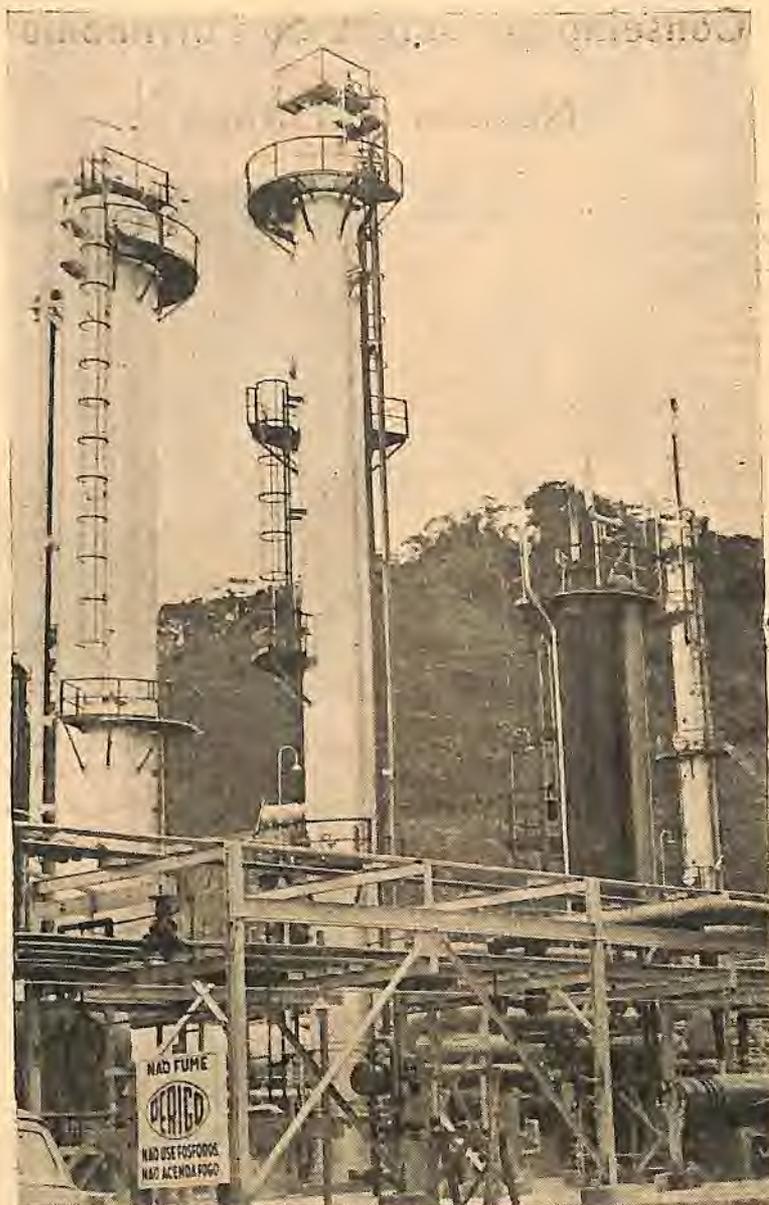
Foi com a construção, ali, da Refinaria Presidente Bernardes, que surgiram os primeiros planos efetivos para

a instalação, em território nacional, de uma fábrica de adubos nitrogenados. Os estudos para a construção dessa fábrica foram iniciados pelo Conselho Nacional do Petróleo, em fins de 1951. Coube, porém, à Petrobrás completar esses estudos e executar a obra. A montagem da fábrica de fertilizantes em Cubatão, assim como a direção geral das obras de sua construção, estiveram a cargo de elementos nacionais, assessorados por um grupo de técnicos estrangeiros. A parte das instalações auxiliares e complementares foi inteiramente projetada no Brasil.

A fábrica de fertilizantes da Petrobrás é o maior estabelecimento da indústria petroquímica no país. Sua capacidade de produção é de 340 toneladas diárias de calcânito (mistura de nitrato de amônio e calcáreo). Produzirá também 34 toneladas de nitrato de amônio granulado por dia. Essa produção é suficiente para atender às exigências do consumo interno de adubos.

O fertilizante produzido pela Petrobrás é bastante rico em nitrogênio, levando vantagem sobre o salitre do Chile, cuja importação passará a ser desnecessária.

A fábrica de fertilizantes de Cubatão aproveita, como matéria-prima, os gases residuais da Refinaria Presidente Bernardes, além do calcáreo dolomítico oriundo das regiões de Salto de Pirapora e Parnaíba, situadas a



Vista parcial da Fábrica de Cubatão. Em breve, graças à iniciativa da Petrobrás, disporá o agricultor brasileiro de abundante adubo nitrogenado fabricado no país e indispensável à boa produtividade de suas terras

cêrca de quarenta quilômetros da capital paulista. É integrada por três unidades — a de amônio, a de ácido nítrico e a de nitrato de amônio e fertilizantes — ocupando uma área de 320 mil metros quadrados.

Com o início próximo da produção comercial da fábrica de fertilizantes da Pe-

trobrás, o agricultor brasileiro se libertará da necessidade de mandar vir de fora os adubos nitrogenados indispensáveis à conservação e à boa produtividade de suas terras. E o Brasil terá o seu orçamento cambial aliviado de um ônus que se traduz em várias centenas de milhares de dólares por ano.

Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná

Já se encontra em funcionamento, o Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná, instituído pelo Decreto n.º 18443, de 30 de julho de 1955.

Trata-se, sem dúvida, de um órgão que poderá prestar bons e relevantes serviços no que diz respeito à defesa dos recursos naturais do Estado do Paraná tão ameaçado pela incompreensão e vandalismo do elemento humano, e que por isso mesmo merece e precisa ser instituído em todos os Estados do Brasil.

São atribuições do referido órgão, em boa hora instituído pelo Governo do Paraná:

- elaborar projetos visando a determinação de áreas destinadas a constituir florestas e parques estaduais;
- estudar a localização de áreas no Estado, visando a proteção da flora, da fauna, das belezas naturais, e preservação dos sambaquis;
- apresentar sugestões relativas à utilização das áreas relacionadas, quer de domínio público ou particular.

O Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná é integrado por 14 membros nomeados pelo Governo do Estado



Aspecto de um pinheiral de quatro anos de idade, plantado no Estado do Paraná pelo Instituto Nacional do Pinho

e tem como presidente nato o Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura.

Compõem o referido Conselho, engenheiros agrônomos, silvicultores, geólogos, botânicos, geógrafos, arqueólogos, historiadores, ecólogos, zoólogos, arquitetos ou engenheiros civis, e naturalistas.

De acordo com o que preceitua o artigo 9.º do referido decreto, o "Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná através de comissões nomeadas, promoverá junto às autoridades

municipais, os estudos necessários à criação de parques municipais, aprovação de leis que visam preservar áreas florestais para favorecer a conservação do solo e a proteção dos mananciais, assim como a conservação das belezas naturais, porventura existentes nos mesmos".

O artigo 11, do Decreto n.º 18.443, estabelece que "o Conselho procurará por todos os meios de divulgação esclarecer a opinião pública sobre a importância da proteção à natureza, reflorestamento, conservação das matas, belezas naturais, sambaquis, etc."

A Sociedade Nacional de Agricultura, que tanto se preocupou sempre com a defesa dos recursos naturais do país, rejubila-se com o recente ato do Governo do Paraná instituindo o seu Conselho de Defesa do Patrimônio Natural e formula votos para que, de sua atuação resultem medidas efetivas de defesa dos inúmeros recursos naturais do grande e pujante Estado do Sul.

Geraldo Goulart da Silveira
Diretor-Técnico da S. N. A.

LEIA

"A LAVOURA"



Aspecto de um pinheiral plantado pelo Instituto Nacional do Pinho, que, desde 1944, já plantou mais de dezoito milhões de pinheiros no sul do país



ONDE A QUALIDADE SE IMPÕE

UM PRODUTO

ACESITA

O CERTIFICADO DE EXAME DO INSTITUTO NACIONAL DE
TECNOLOGIA, de n.º 2572/52, assim conclui:

"... pelos resultados, afirmamos que os machados
"ACESITA" são de magnífica qualidade, não ficando nada a
dever aos de procedência estrangeira, tomados como padrão
de qualidade".

CIA. AÇOS ESPECIAIS ITABIRA

ESCRITÓRIO CENTRAL: Rua Visconde Inhaúma, 134

11.º andar - D. F.

USINA SIDERÚRGICA: Acesita - E. F. V. M.

Est. Minas Gerais

ESCRITÓRIOS:

BELO HORIZONTE
RUA CURITIBA, 561 — 4.º
TEL. : 2-2931

SÃO PAULO
AV. HENRY FORD, 644
TEL. : 9-8554

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

LXXI

Refinarias de sal — Sal de mesa — Sal iodado — Emprego do sal refinado nas indústrias de laticínios e salgas finas.

Estabeleceu o Instituto Nacional de Sal (Resolução número 57/56) normas para a instalação e fiscalização da indústria de sal refinado. Considera Refinaria de Sal o estabelecimento industrial que, por meio de processos técnicos e partindo do sal bruto comum ou de salmoura natural, obtenha um produto que haja sido esterilizado e não contenha germes patogênicos, seja de granulometria uniforme e adequada ao fim a que se destinar, enquadrando-se nas condições mínimas fixadas no regulamento da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, a saber:

I — teor mínimo de 98,5% (noventa e oito e meio por cento) em cloreto de sódio;

II — ausência de substâncias orgânicas e minerais estranhos à composição normal do sal;

III — o máximo de 0,2% (dois décimos por cento) de insolúveis totais na água, e

IV — o máximo de 25º (vinte e cinco grau) de turbidez.

No "sal de mesa" é admissível até 2% (dois por cento) de um agente químico dispersivo e inerte (fosfato de cálcio ou carbonato de magnésio) e no "sal iodado" destinado ao combate ao bócio endêmico (lei 1.944 de 14/8/53) a porcentagem de 10 (dez) miligramas de iodo elementar para cada quilograma de sal.

Nos sacos e quaisquer outros recipientes em que for acondicionado o produto, respeitadas as exigências do Comunicado número 46/164 de 28/6/1946, será declarado "Refinado" e, quando destinado à alimentação ou ao combate ao bócio será declarado "Para mesa" ou "Iodado" e, tam-

bém, da análise efetuada no I.N.S. e a do Laboratório Bromatológico.

Observadas as normas em boa hora estabelecidas pelo Instituto Nacional do Sal fica o consumidor habilitado a adquirir o produto adequado às suas necessidades.

LXXII

Instalação de bibliotecas nas Associações Rurais — Auxílio do Instituto Nacional do Livro.

Sendo as Associações Rurais órgãos de colaboração com os poderes públicos no âmbito municipal, é natural que o Instituto Nacional do Livro auxilie a instalação de suas bibliotecas, a exemplo do que faz com as municipalidades, — subordinando, embora, a concessão do auxílio a determinadas exigências, quanto ao funcionamento. Deve ficar a cargo da Associação o custeio da instalação da biblioteca, seu funcionamento e aquisição dos livros de técnica agropecuária, e do Instituto, o fornecimento de livros e publicações de cultura geral, além da indispensável assistência técnica. Atualmente auxilia o I.N.L. bibliotecas instaladas, registradas e em franco e regular funcionamento.

LXXIII

A Associação Rural de Ingá e a Instrução.

De uma carta (30/11/56) do Presidente Prof. Severino Alves da Rocha, vale destacar os seguintes trechos:

1 — "Estou em demarches para a fundação de uma Escola Normal Regional Rural que será mantida pela associação, e a primeira a ser fundada no Estado".

2 — "Fundamos a primeira Escola Rural Distrital mantida pela Associação. Não me

recordo se lhe comuniquei ou pedi licença, quando da criação da dita escola, que funciona no lugar denominado Convento e tem o nome de Escola Rural Antônio de Arruda Câmara".

3 — "A nossa biblioteca será muito breve oficialmente inaugurada".

Os livros e quaisquer publicações oferecidas deverão ser remetidos, via postal, para a sede da Associação Rural na cidade de Ingá, Estado da Paraíba.

LXXIV

Cooperativa dos Plantadores de Tungue Paulo Monteiro de Barros, Ltda. (Caxias do Sul — Rio Grande do Sul).

Entre as Cooperativas em destaque que a SUL-COOP (Ano VIII-n.º 40) pôs em foco, em 1956, figura a dos plantadores de tungue. Fundada na cidade de Caxias do Sul em 1949, — ano em que, seja pela especulação dos intermediários, pela falta de mercado ou, ainda de transporte, estavam os agricultores dispostos a abandonar a exploração da apreciada oleaginosa. Iniciou suas atividades com 41 associados e Cr\$ 117.200,0 de capital. Depois de sete anos de esforços apresentava a cooperativa Cr\$ 4.331.500,00 de capital e um patrimônio avaliado em Cr\$ 1.224.000,00. Conta cêrca de 331 associados distribuídos por 25 municípios gaúchos. Sua produção em 1955 foi de 167.000 quilos de óleo, 318.000 quilos de torta e 401.000 quilos de casca de tungue moída. Montou fábrica de adubos, está suprimindo parte do mercado nacional de óleos e já iniciou a exportação para o Chile, Inglaterra, Estados Unidos e Espanha.

LXXV

Efeitos do desmatamento.

Há cinquenta anos conheci a Serra Velha próspera, rica e dispondo, ao seu redor, de uma rede de olhos d'água doce que abastecia a população de cêrca de duas e meia léguas em torno. **Buraco, Convento, Catolé, Seixo e Cacimba Cercada**, — esta reservada

ão trabalho das lavadeiras — era o nome das fontes que notícias, há algum tempo recebidas, dão como secas, desaparecidas.

A passagem, adiante transcrita, da carta referida no tema LXXII; talvez esclareça sobre o desaparecimento das preciosas fontes:

“Hoje a paisagem do Pé da Serra é muito diferente, tudo descampado e semi-árido, a terra está cansada. Basta dizer que a média de produção do algodão há vinte anos atrás ainda era de 1.000 quilos por hectare, e hoje, não chega a 200 quilos”.

É necessário evitar as queimadas e combater as enxurradas, deixando a água das chuvas embeber o solo. É necessário plantar a terra desnuda empregando espécies arbóreas que se reproduzam por estaca-tanchão como, por exemplo, o cajá, o umbu, o molungu, etc. e o cordeiro. A sombra das plantas reproduzidas por tanchões favorece o desenvolvimento das multiplicadas por sementes, como o angico e outras.

Convém lembrar que o riacho Salgadinho, afluente do rio Surrão, hoje Cainararé, era, em quase toda a sua extensão, plantado de coqueiros e que a maioria dos sítios marginais tinha, além do coqueiro, a pinha, a graviola, o umbu, o cajá, a pitomba e, alguns, excelentes cajueiros.

A sugestão a ser feita é no sentido dos proprietários rurais do pé da serra e da própria serra conversarem com os antigos moradores e, por intermédio da Associação Rural de Ingá, obterem a orientação e assistência do dr. Lauro Xavier, representante, no Estado da Paraíba, do Serviço Florestal.

LXXVI

Emprego do angico no reflorestamento do agreste e caatingas paraibanas — Casca de angico.

Na sugestão anterior deixei entrevisto o plantio de angico nas terras devastadas. Trata-se de árvore preciosa como madeira de lei, como fornecedora de lenha e, sobretudo, pela sua casca tânifera de primeira ordem. A casca do angico extrahida para a indústria de cortume elevou-se a 13.470.533 quilos, no valor de

Cr\$ 9.593.632, em 1955, nos 63 municípios que prestaram informações ao Serviço de Estatística de Produção. Em ordem decrescente do volume e valor foram os seguintes os Estados extratores: Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Maranhão, Minas Gerais e Sergipe. Dentre os amigos encontrados nas zonas fisiográficas agreste-caatingas paraibanas figuram o angico branco e o angico vermelhos, cujas cascas apresentam maior teor em tanino.

LXXVII

O babaçu — Aumento da área de exploração e de ocorrência.

A área de exploração do babaçu e, em certas zonas, a de ocorrência, tem aumentado. A colheita ou apanha dos cocos, elevou-se, em 1955, a 77.887.445 quilos e o valor de Cr\$ 539.660.552,00, sendo, em ordem decrescente, os maiores produtores: Maranhão, 11 municípios, 66.239.595 quilos, no valor de Cr\$ 451.362.544,00; Piauí, 26 municípios, 6.064.924 quilos, no valor de Cr\$ 43.024.285,00; Goiás, 13 municípios, 3.397.876 quilos no valor de Cr\$ 16.206.532,00; Minas Gerais 5 municípios.

(Continua na pág. 42)



Para o consumo doméstico desenvolveu-se, em certas regiões do babaçu, o preparo de azeite (óleo) de variadas aplicações. Segundo Renato Braga uma AZEITEIRA quebra por dia 500 cocos, obtendo 10 litros de amendoas, dos quais extrai 5 garragas de óleo empregado na iluminação, alimentação e preparo do sabão. É também usado no dizer de David Felinto, como óleo para cabelo (Foto Azoubel, S. Luis)

Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Cumprindo o despacho de V. S., datado de 16/12/56, remetendo para opinar, o Manifesto à Lavoura, do Sindicato da Indústria de Formicidas e Inseticidas do Estado de São Paulo, cabe-me, em virtude dos estudos que sobre o mesmo procedi, submeter a vossa consideração o seguinte parecer:

- 1 — Os defensivos da lavoura (inseticidas, fungicidas, acaricidas, herbicidas, etc.), em virtude do uso obrigatório e cada vez mais generalizado dos mesmos na agricultura, têm merecido sempre do poder público, um tratamento especial no que tange às tarifas alfandegárias, permitindo assim a importação desses produtos com taxas reduzidas.
- 2 — Na opinião generalizada dos técnicos, na categoria de defensivos para a lavoura devem ser compreendidos não só os compostos químicos representados por "preparações ou preparados propriamente ditos", utilizados na lavoura para fins de defesa sanitárias das culturas, como também certos "produtos químicos definidos" utilizados como ingredientes ativos ou inertes nas referidas preparações (com ou sem necessidade de transformação industrial).
- 3 — Além da redução da tarifa alfandegária, os defensivos da lavoura têm recido do poder público outras vantagens, tais como isenção do imposto de consumo, amparo nos leilões especiais de divisas, ect.
- 4 — Objeções têm sido feitas ultimamente sobre a aplicação da taxa reduzida convencional de Cr\$ 0,14 por quilo, estabelecida para os inseticidas e semelhantes, aos "produtos químicos definidos", sob a alegação de que eles não constituem "preparações ou preparados".
Para esses últimos, a aduana é de parecer que se deva cobrar a taxa de 25% "ad-valorem", em lugar de Cr\$ 0,14 por qui-

MANIFESTO À LAVOURA, DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FORMICIDAS E INSETICIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Parecer da Sociedade Nacional de Agricultura)

A diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura em reunião de 7-1-1957 aprovou, por unanimidade, o parecer de seu Diretor Técnico, Engenheiro-Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, a respeito do manifesto à Lavoura, do Sindicato da Indústria de Formicidas e Inseticidas do Estado de São Paulo.

- 5 — Os defensivos para a lavoura são de uso forçado e indispensáveis para que, através do tratamento das doenças e pragas dos vegetais seja possível o aumento da produção agrícola e assim sendo, devem os mesmos (preparações, preparados e produtos químicos definidos) gozar de tarifas alfandegárias reduzidas.
- 6 — Aceitamos o ponto de vista de que, havendo tarifas reduzidas para todos os defensivos (inclusive os produtos químicos definidos) devam ser estabelecidas certas condições para a sua importação, para que não venham a ser os mesmos utilizados para outros fins.

Em face do exposto, somos de parecer, portanto:

- 1 — Que, além dos "preparados ou preparações" devem gozar, também, da tarifa reduzida de Cr\$ 0,14 por quilo, os produtos químicos utilizados como ingredientes ativos ou inertes nas respectivas preparações, tais como arsênico branco, atapulgita, brometo de metila, polissulfeto de cálcio, sulfato de cobre, polissulfeto de bário, fósforo vermelho, fósforo branco e outros, assim considerados pela Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura.
- 2 — Para que os "produtos químicos definidos" possam gozar da taxa reduzida, devem os mesmos apresentar a pureza e

outras características exigidas pela D.D.S.V.

- 3 — A vantagem de tarifa reduzida só deve ser concedida:
 - a) — aos fabricantes de defensivos da lavoura devidamente credenciados no Ministério da Agricultura.
 - b) — aos "produtos químicos definidos" ou seus derivados de fabricação devidamente registrados na D.D.S.V. do Ministério da Agricultura.
- 4 — Os fabricantes de defensivos da lavoura que importarem "produtos químicos definidos", deverão comprovar, desde que solicitados pela D.D.S.V., a utilização dos mesmos como defensivos da lavoura.
- 5 — Os "produtos químicos definidos" que venham a ser produzidos pela indústria nacional em quantidades suficientes para atender às necessidades do consumo dos defensivos da lavoura no país, deverão ser excluídos da categoria de taxa reduzida.
- 6 — Os "produtos químicos definidos" cuja utilização, como defensivo da lavoura, se tornar obsoleto, deverão, também ser excluídos da categoria que goza de tarifa especial, cabendo à D.D.S.V. opinar nesse sentido.

(Ass. Geraldo Goulart da Silveira — Diretor Técnico.

**LEIA
"LAVOURA"**



É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR, TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES - POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.

"CADAL" CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111-12.º AND. (SEDE PRÓPRIA)

CAIXA POSTAL 875 — TELS. 42-0881 e 42-0115

NOTICIÁRIO DA ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

Solenidade de formatura dos diplomandos de 1956 — Resumo do relatório das atividades da Escola

Sob a presidência do Sr. Luis Marques Poliano, Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, representando no ato Prof. Arthur Torres Filho, realizou-se na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida pela referida entidade, a solenidade de formatura dos alunos que concluíram os cursos profissionais em 1956.

Tomaram assento na mesa, além do Secretário Geral da Sociedade Nacional de Agricultura, os Professores Geraldo Goulart da Silveira, Subael Magalhães da Silva e Pedro Goulart da Silveira Filho, os assistentes de ensino Agrícola Castelo Borges, André da Silva Neto e João Nunes Castelo e o ex-aluno, fruticultor Severino Gonçalves Câmara.

Transcrevemos a seguir, o resumo do relatório referente às atividades da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" durante o ano de 1956.

RESUMO DO RELATÓRIO REFERENTE AO ANO DE 1956.

Durante o ano de 1956, embora elevadas as dificuldades consequentes do aumento do custo de vida, funcionou, com regularidade, a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Providências oportunas, baseadas as de ordem econômica em plano adotado para o desenvolvimento da produção, permitiram,

Mesa que presidiu a solenidade de conclusão do curso profissional da Escola de Horticultura Wenceslão Bello em 1956, vendo-se da esquerda para a direita o assistente de ensino João Nunes Castelo, os Professores Pedro Goulart da Silveira Filho e Geraldo Goulart da Silveira, o Sr. Luis Marques Poliano, Secretário-Geral da S. N. A. e representante do professor Arthur Torres Filho, o assistente de ensino Agrícola Castelo Borges, o professor Subael Magalhães da Silva, o ex-aluno Severino Gonçalves Câmara, e o assistente de ensino André da Silva Neto



Usaram da palavra, além do diplomando que interpretou o pensamento da turma, os Senhores:

- a — Luis Marques Poliano, que, em magnífico improviso congratulou-se com os diplomandos pelo feliz êxito da conclusão do curso e salientou o cuidado e o interesse da S.N.A. pelo problema do ensino agrícola, reafirmando o propósito da referida entidade tudo fazer para melhorar e ampliar cada vez mais as atividades da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".
- b — O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, que, em nome dos professores despediu-se dos alunos salientando a responsabilidade dos mesmos no sentido de elevar cada vez mais o nome da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" e tudo fazer pelo progresso da horticultura no país.

fossem atendidas, em parte, com rigorosa economia na aplicação do auxílio oficial, as necessidades do ensino e do custeio do estabelecimento, embora enormes tenham sido as dificuldades.

Os cursos, permanentes, como nos anos anteriores, funcionaram sob o regime de internato, e os temporários sob o regime de externato, ambos inteiramente gratuitos.

O movimento de matrículas nos cursos permanentes foi animador, distribuindo-se os alunos internos em três cursos que funcionaram regularmente.

Curso de Hortelão	(1º e 2º ano)	16 alunos
Curso de Fruticultor	(1º e 2º ano)	16 alunos
Curso Prévio	(1º ano)	4 alunos

A frequência às aulas em todos os cursos permanentes, alcançou o mais elevado índice, para isto concorrendo o regime de

internato, a procedência, as boas condições de saúde, e a disciplinada maneira de viver a que se habituaram os alunos do estabelecimento, sob regimem de auto-disciplina.

○ regimem de internato é o único que favorece a frequência de rapazes procedentes dos meios rurais.

Segundo a procedência, foi a seguinte a distribuição dos alunos internos.

Curso de Hortelão	13
Curso de Fruticultor	13
Curso Prévio	4

TOTAL

30

De acôrdo com as notas obtidas, concluíram os cursos

6 Hortelões
6 Fruticultores

Diplomandos de 1956 da Escola de Horticultura Wencesláo Bello e suas respectivas madrinhas após a solenidade da conclusão do curso



Estado Espírito Santo	12 isto é 33, 33%
Estado de Minas Gerais ..	9 isto é 25%
Estado do Rio	7 isto é 19, 44%
Distrito Federal	6 isto é 16, 67%
Estado do Paraná	2 isto é 5, 56%

O movimento geral dos exames, foi o seguinte nos diferentes cursos:

Número de alunos que puderam entrar em exame

Curso de Hortelão	16
Curso de Fruticultor	16
Curso Prévio	4
TOTAL	36

Número de alunos aprovados nos exames

e foram promovidos em primeira época:

Para o 2º ano de Hortelão 6 anos
Para o 2º ano de Fruticultor 6 alunos.

Educar visando acima de tudo a preparação moral dos jovens matriculados nos Cursos Permanentes, têm sido, sempre, objeto da mais cuidadosa atenção.

Cuida-se também, com igual carinho, da elevação do nível cultural, instruindo.

As datas nacionais e bem assim as da fundação da Escola e da Sociedade Nacional de Agricultura, são comemoradas com solenidades cívicas.

Sobre os grandes vultos da agricultura brasileira realizam-se tôdos os anos uma série de palestras.

Os dias da árvore e da ave são sempre objetivamente comemorados, realizando-se tôdos os anos, concurso de frases que despertam, geralmente, grande interesse.

Desenvolvimento das atividades da Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"

A Sociedade Nacional de Agricultura, desde 1897, mantém, na Penha, Distrito Federal, um estabelecimento de ensino que bons e relevantes serviços vem prestando ao ensino agrícola no país.

Ainda agora, desejando reequipar e aparelhar convenientemente a Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", para que ela

possa ampliar suas atividades, e continuar realizando, num âmbito mais amplo, o trabalho que sempre realizou, desde a sua fundação, além de outros, que de futuro realizará, vem a Sociedade Nacional de Agricultura dispensando uma atenção toda especial ao referido estabelecimento de ensino.

Investimentos já estão sendo feitos na Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" e planos de ampliação de suas atividades já estão sendo elaborados dentro do programa que a Sociedade Nacional de Agricultura se propoz realizar na tradicional Escola.

Para atender, no momento, a esse trabalho, houve por bem a

(Continua na pág. 33)

RAÇA NACIONAL "CARUNCHO"

(O porco ideal para criar)

A suinocultura Guararema, do sr. Luiz Hermann Filho, localizada em S. Luiz de Guararema na Estrada da Arca, em Itaipava, Estado do Rio, vem realizando um trabalho notável com a sua magnífica criação de porcos selecionados da raça Nacional "Caruncho".

Entre as vantagens do "Caruncho", podemos citar:

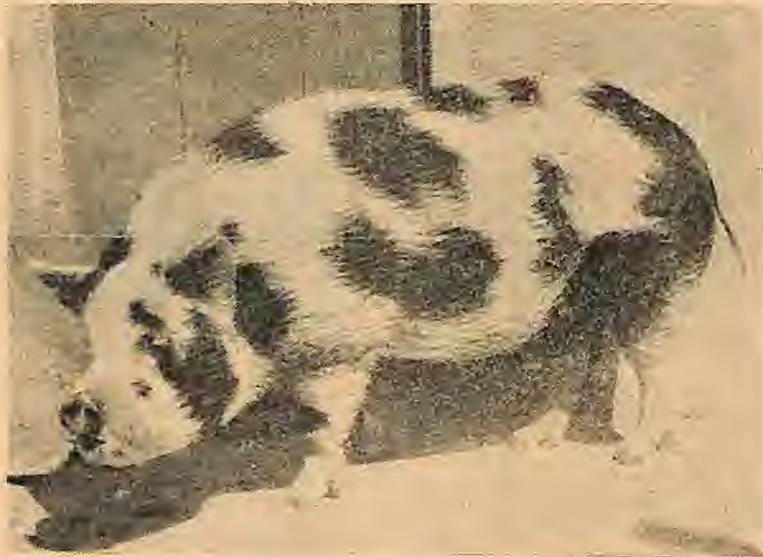
a — tipo caseiro, de 4 a 6 arrobas, com 8 a 10 meses;

b — tipo comercial, de 6 a 10 arrobas, quando é engordado cevado.

A raça nacional caruncho, será, sem dúvida, no futuro, a raça ideal, concorrendo, com vantagens, com as raças alienígenas.

Ela é hoje, incontestavelmente, uma raça nacional

Dorso largo, comprido e ligeiramente arqueado. **Lombo** largo e ligeiramente arqueado. **Ancas** compridas e arredondadas. **Pernis** cheios e possantes, descendo bem até o jarrete. **Cauda** implantação alta, enrolada, no fim forma uma espécie de pincel achatado. **Costelas** cheias bem arqueadas e compridas. **Pernas** frente curtas, trazeiras mais altas, bem aprumadas, com ossada fina. **Pés** fortes e sólidos bem nivelados. **Cascos** apoiados bem no chão. **Pele** lisa e de cor parda, de acordo com a mancha. **Pêlo** curto e fino, manchado de branco e preto, ou branco, preto e vermelho-amarelado. **Ação** animal sadio, temperamento tranquilo, muito manso, saúde perfeita. É um porco muito pouco andejo, mantendo-se sempre gordo.



Reprodutor da raça "Caruncho" selecionado rigorosamente dentro do "standard" da raça Criação da Suinocultura Guararema — Itaipava — Estado do Rio

a — extremamente manso.
b — pouco exigente quanto a alimentação.

c — engorda rápida.

d — resistente às moléstias.

e — prolífero (as porcas dão em média, 6 a 8 leitões por ninhada).

O Sr. Luiz Hermann Filho, vem, nos últimos anos, com grande entusiasmo, se dedicando ao estudo e criação da raça "Caruncho", procurando melhorá-la.

A suinocultura Guararema, é especializada em reprodutores de alta qualidade. As porcas são prolíferas e boas criadeiras, dando em média 6 a 8 leitões por ninhada. Os leitões, são espertos e de desenvolvimento rápido. Dão dois tipos de capados.

aperfeçoada, tendo como características principais a uniformidade do tipo e a fixidez dos caracteres.

O sítio São Luiz de Guararema, adota o seguinte "standard", para a raça Caruncho. **Corpo** volumoso, roliço, linha de cima ligeiramente arqueada. **Defeito:** dorso com depressão; **Cabeça** pequena, testa achatada e larga, focinho curto (defeito: focinho arrebitado), grosso e reto (defeito: maxilar inferior mais desenvolvido de que o superior). Sua papada é leve (defeito: papada descida). **Orelhas** pequenas, em pé. **Pescoço** curto e grosso. **Peito** largo, profundo e amplo. **Espáduas** largas e cheias, não sobressaindo a linha do dorso.

UM BOM EXEMPLO

Graças aos sistemas e aperfeiçoamentos possibilitados pelo progresso das pesquisas e da técnica, pelos quais os agricultores e pecuaristas holandeses vem dispensando grande interesse, grandes mudanças para melhor vem se processando na agropecuária da Holanda.

No após guerra, a produção agrícola na Holanda teve um aumento de 10 a 15 por cento, a produção de leite em relação com o número de vacas um aumento de 10 a 15 por cento e a produção de ovos um aumento de 20 a 30 por cento.

Mudança da Capital

A Sociedade Nacional de Agricultura recebeu da Confederação Rural Brasileira o ofício circular número 40, de 19/12/1956 encarecendo a necessidade das entidades da classe agrícola, cumprindo determinação das Conferências Rurais conjugarem esforços no sentido de ser fortalecida a atuação dos Poderes Públicos no que diz respeito à mudança da Capital da República.

orgulhe-se V. também
de possuir um

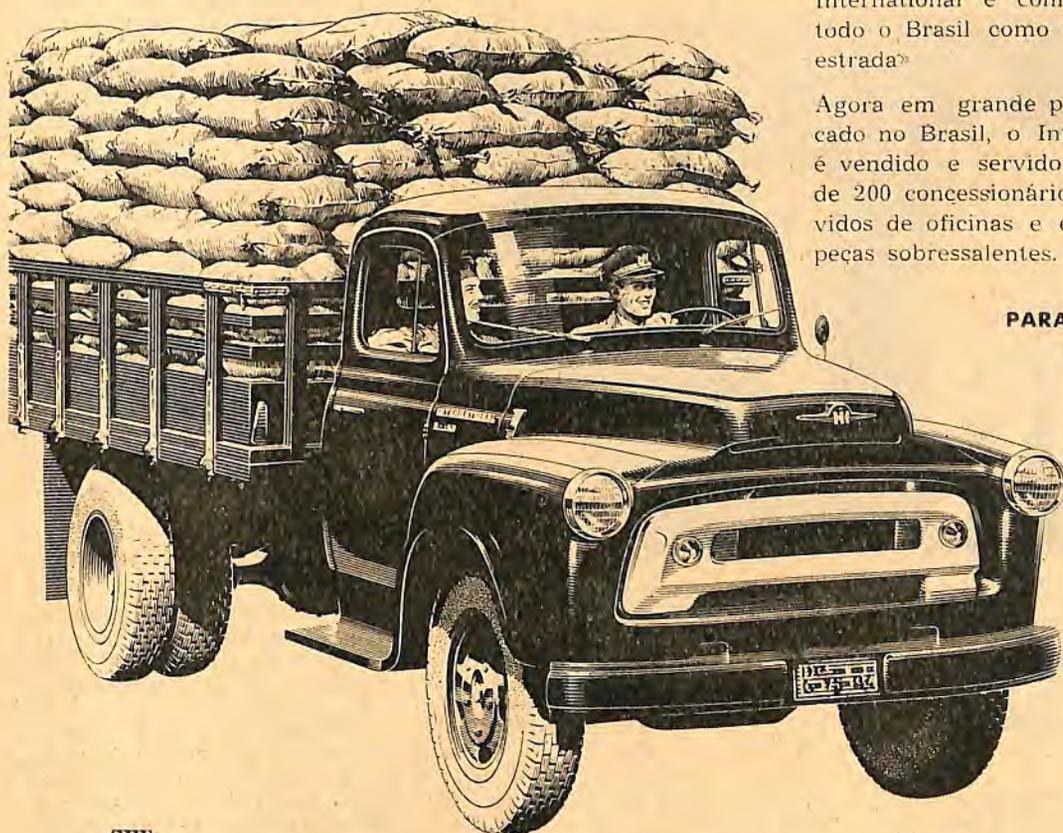
INTERNATIONAL



Quem dirige um International, sabe que tem sob seu comando um caminhão possante para enfrentar as mais rudes tarefas no transporte de qualquer tipo de carga, sob as mais difíceis condições de estrada e de tempo! Pela sua resistência e pelo seu excepcional desempenho, o International é conhecido em todo o Brasil como o «rei da estrada»

Agora em grande parte fabricado no Brasil, o International é vendido e servido por mais de 200 concessionários IH, providos de oficinas e estoque de peças sobressalentes.

**PARA ENTREGA
IMEDIATA**



Para aquisição e serviço destes equipamentos, procure o concessionário IH mais próximo ou filiais da

INTERNATIONAL HARVESTER MÁQUINAS, S. A.

RIO DE JANEIRO - SÃO PAULO - PORTO ALEGRE

PENSAMENTO DAS CLASSES PRODUTORAS SÔBRE ASSUNTOS DE RELEVANTE INTERESSE NACIONAL

O que foi a I Reunião Plenária das Classes Produtoras — Atuação da Confederação Rural Brasileira — Participação da Sociedade Nacional de Agricultura — Importantes recomendações aprovadas

(Especial para "A Lavoura", pelo Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira, delegado da S. N. A.).

I — Generalidades

A Confederação Rural Brasileira, a Confederação Nacional do Comércio e a Confederação Nacional da Indústria convocaram a I Reunião Plenária das Classes Produtoras que teve lugar no Rio de Janeiro, no período de 29 a 31 de janeiro de 1957.

II — Atuação da Confederação Rural Brasileira

A Confederação Rural Brasileira, após os estudos levados a efeito pelos seus Departamentos Técnicos apresentou quatro importantes e oportunos relatórios ao referido conclave, indicando o pensamento da classe rural a respeito dos seguintes temas:



Alguns membros da delegação da agricultura à I Reunião Plenária das Classes Produtoras, vendo-se, no primeiro plano, da esquerda para a direita, os Srs. Mário Penteado de Faria e Silva, da C. R. B., Alberto Ravache, Diretor da C. R. B., Iris Meinberg, Presidente da C. R. B., Geraldo Goulart da Silveira, Diretor-Técnico da S. N. A., Itagiba Barçante, assessor-técnico da S. N. A., Amaro Alvares da Silva, do Conselho Superior da C. R. B. e Benjamin S. Cabello, da C. R. B.

O conclave contou com a participação de numerosas entidades de classe que integram as três Confederações que constituem os órgãos máximos do associativismo da agricultura, do comércio e da indústria, que através de seus delegados devidamente credenciados, debateram problemas relacionados com temas de relevante interesse nacional.

a — organização sindical no meio rural;

b — criação do Banco Central;

c — política de crédito;

d — reforma tarifária.

Relativamente à organização sindical no meio rural a Confederação Rural Brasileira defendeu o seguinte pensamento:

1 — que a organização sindical rural não se coaduna "in totum", com as di-

retrizes e preceitos constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, circunstância que desaconselha a extensão automática do regime ali previsto para os sindicatos dos empregados e empregadores;

2 — que o problema de organização rural poderá ser solucionado com a observância das seguintes diretrizes:

a — sindicalização rural tanto de empregados como de empregadores à base da área municipal para os sindicatos, estadual para as federações e nacional para a confederação.

b — às atuais associações rurais, federações e à Confederação Rural, seriam conferidos os poderes sindicais omitidos no decreto-lei 8.127.

c — o Ministério da Agricultura seria competente para os assuntos referentes à sindicalização rural.

Relativamente à criação do Banco Central foram as seguintes as conclusões do C.R.B.

Que o Congresso Nacional proceda, urgentemente, ao exame e à aprovação de nova lei reformando o sistema bancário brasileiro, no sentido de dar ao país um Banco Central que atenda aos mais modernos requisitos econômicos de política monetária e creditícia, bem como um Banco Rural integrado nesse sistema e, finalmente, um Conselho Monetário, com representação partidária das classes produtoras. Esse Conselho Monetário seria formado de membros nomeados pelo Poder Executivo, e referendado pelo Senado da República.

2. O sistema que deverá ser adotado é o do Banco Central

único, de organização centralizada.

3. Deve ter a organização de um Banco de Estado. Os chamados bancos semi-estatais serão os especializados nos diferentes ramos das atividades produtoras.

4. O Banco Central colaborará, através do Conselho Monetário, na orientação e coordenação da política tributária e da dívida pública.

5. A administração do Banco Central deverá ser orientada pelo Conselho Monetário relativamente à política monetária e creditícia. O Conselho Fiscal do Banco examinará os atos administrativos da Diretoria.

6. De acordo com os estudos realizados pela Confederação Rural Brasileira, sobre reforma bancária, o Banco Central do Brasil deverá executar as seguintes funções:

- a) autorizar a organização e o funcionamento de bancos no país, fiscalizando as respectivas operações;
- b) fixar as taxas de juros, de depósitos, de descontos, ou de quaisquer operações bancárias de natureza semelhante, estabelecendo os limites fixados em lei;
- c) alterar as percentagens de encaixe dos bancos, dentro dos limites fixados em lei;
- d) emitir moeda de curso legal, retirando-se igual direito do Tesouro Nacional;
- e) regular e realizar operações de câmbio e promover a formação de reservas em ouro e divisas para compensar desequilíbrios temporários do balanço de pagamentos;
- f) auxiliar os bancos através de redescontos e empréstimos;
- g) representar o governo nas suas relações com as organizações financeiras internacionais;
- h) funcionar como órgão consultivo do governo;
- i) promover a realização de empréstimos internos e externos e realizar as operações a eles atinentes;
- j) disciplinar a aplicação das disponibilidades dos Institutos oficiais de Assistência Social, das Caixas Econômicas, das companhias de seguros e de capitalização;



ENXADA

Dragão

prova *na terra* o seu valor!

Fabricada e garantida pela

Cia. Mechanica e Importadora de São Paulo

Fabricantes, também, dos famosos produtos BUGRE 3

Rodões, Enxadões e Picarêtas

AGENTES VENDEDORES EXCLUSIVOS:

CIA. BRASILEIRA DE AÇOS FINOS S. A.

RUA MAYRINK VEIGA, 28 - Loja — Fone: 23-1655

C. POSTAL 1720 — RIO DE JANEIRO

- l) efetuar a compensação entre bancos;
- m) emitir obrigações próprias;
- n) em casos excepcionais, emprestar às atividades privadas.

Relativamente à política de crédito, a C.R.B. defendeu o seguinte pensamento:

- a) Que seja modificada ou complementada a Instrução 135 da SUMOC, na parte que determina aos bancos que operam no país depósitos compulsórios, no Banco do Brasil, à disposição da SUMOC, ou a sua aplicação em empréstimos às atividades agrícolas e pastoris (Itens I e IX);
- b) Que essa modificação ou essa complementação sejam feitas no sentido de que os financiamentos bancários de qualquer natureza, aos agricultores, e os descontos efetuados pelos bancos dos títulos relativos aos créditos comprovadamente concedidos pelo comércio e indústria, por fornecimento ou adiantamento a lavradores e pecuaristas, bem como aos que se dedicam à indústria extrativa vegetal, passem a ser incluídos nas deduções previstas no Item IX da Instrução 135.

Ainda com relação à política de crédito, expôs a C.R.B. o seguinte pensamento relativamente aos ágios:

- 1 — No regime cambial vigente, duas circunstâncias interessam diretamente a política de crédito para a agricultura: uma é o confisco propriamente dito, o qual, sendo um artifício do nosso regime cambial, tem um sentido direto no que diz respeito à política de defesa dos preços do café no exterior, sem alteração dos seus preços internos; outra, é a deturpação da idéia em que foi concebido o confisco cambial, como meio específico de destinar à agricultura o seu produto.
- 2 — Em 1955 o ministro da Fazenda de então já anunciava que a arrecadação do confisco, em menos de dois anos, excedia de 60 bilhões de cruzeiros, restando menos de 10 bilhões no Banco do Brasil. No período subsequente, essa reserva mínima ou esse saldo foi ainda mais reduzido em relação ao arrecadado, não servindo ao seu des-



Aspecto parcial da sessão de Instalação da I Reunião Plenária das Classes Produtoras, vendo-se sentados, no primeiro plano, da esquerda para a direita, os Srs. Alberto Ravache, Diretor da C. R. B., Nery Marques, da C. N. I., Geraldo Goulart da Silveira, Diretor-Técnico da S. N. A., Itagiba Barçante, Assessor-Técnico da S. N. A. e Mário Penteado de Faria e Silva, da C. R. B.

- tino legal, ou dos fins específicos de recuperação da lavoura.
- 3 — Nos períodos subsequentes, a agricultura permaneceu com as mesmas fontes de crédito tradicionais, cuja exiguidade de recursos é causa maior da deficiência de crédito que reclama esse setor da economia nacional.
 - 4 — Fosse a lei cumprida e o volume arrecadado pelo confisco efetivamente aplicado nos fins específicos para que foi criado e somente em tese essa lei poderia ser combatida.
 - 5 — A III Conferência Rural decidiu em favor da unificação da taxa cambial, como medida indispensável para a agricultura aumentar seus investimentos e produzir mais eficientemente.

Quanto às tarifas aduaneiras achou a C.R.B. que os níveis de taxação deverão ser subordinados aos seguintes critérios:

- a) proteção mínima e isenção quando indicada;
- b) proteção relativa;
- c) proteção máxima;
- d) barreira absoluta.

No que tange à proteção aduaneira à agricultura, achou a C.R.B. inadiável essa proteção a:

- a) produtos agropecuários que tenham similar de produção nacional;
- b) indústrias que consomem matérias primas de origem agropecuária;
- c) produtos agropecuários cuja produção no país possa vir a ser iniciada.

III — Participação da Sociedade Nacional de Agricultura

A Sociedade Nacional da Agricultura participou do conclave através de uma delegação integrada pelo seu Vice-Presidente Edgard Teixeira Leite, pelo Assessor Técnico Itagiba Barçante, pelos Diretores Técnicos Geraldo Goulart da Silveira, Alberto Ravache e Ennio Luiz Leitão e pelo seu Secretário-Geral, sr. Luiz Marques Poliano.

O Prof. Geraldo Goulart da Silveira atuou ativamente na Comissão que estudou os problemas sindicais, tendo defendido o ponto de vista da C.R.B. a respeito da sindicalização rural e conseguido a sua aprovação unânime no seio da comissão; o engenheiro Agrônomo Itagiba Barçante atuou na Comissão que estudou a criação do Banco Rural, e o Eng. Agr. Alberto Ravache atuou na Comissão de Tarifas Aduaneiras, com o conhecimento da causa que tem do

assunto como representante da classe rural na Comissão Revisora das Tarifas.

IV — Recomendações aprovadas

Após dois dias de intenso trabalho no seio das Comissões, onde foram, em seus mínimos detalhes estudados todos os assuntos do temário, foram aprovadas, pelo plenário da I Reunião Plenária das Classes Rurais as seguintes recomendações:

RECOMENDAÇÕES APROVADAS

Do relatório-geral da I Reunião Plenária das Classes Produtoras do Brasil, constam as seguintes recomendações que exprimem o ponto de vista da Agricultura, da Indústria e do Comércio do país, sobre os assuntos do temário.

RECOMENDAÇÕES SOBRE SELETIVIDADE DO CRÉDITO

- 1 — Que as autoridades Monetárias procurem adotar uma política de crédito, adaptando-a às necessidades do desenvolvimento econômico do país;
- 2 — Que o Poder Público promova, pelos meios ao seu alcance, a aplicação das disponibilidades monetárias para fins econômicos, restringindo as de natureza especulativa e levando sempre na melhor consideração a importância das atividades como fontes de trabalho e de composição do mercado de consumo para produtos de outras atividades a serem preservadas no conjunto nacional;
- 3 — que as Autoridades Monetárias estejam atentas para que a política de crédito não resulte em colapso de setores inteiros da economia privada, em prejuízo evidente da estabilidade monetária;
- 4 — que, diante da impossibilidade do atendimento a todas as solicitações de crédito, seja adotada pelas autoridades Monetárias, a política de sele-

- ção mais recomendável, considerando sempre a prioridade do crédito para investimento;
- 5 — que o crédito para investimentos, dentro das limitações impostas pelas normas de política geral do crédito, seja concedido com prioridade às atividades cuja relevância para o conjunto da economia nacional o justifique plenamente, mesmo em época da vigência de normas gerais restritivas;
 - 6 — que, enquanto não estiver concluída e transformada em lei a reforma bancária, em tramitação no Congresso Nacional, realizem as Autoridades Monetárias e a rede bancária, não só a difusão e a interiorização do crédito como que adotem medidas capazes de evitar perturbações graves, de suprimento legítimo às atividades econômicas;
 - 7 — que, em relação aos critérios de seletividade do crédito, sejam evitadas repercussões desfavoráveis à regularidade da produção de artigos essenciais e de primeira necessidade, assim como estabelecidas regras de continência à sua expansão desordenada, além dos limites compatíveis com o andamento quantitativo da produção nacional.

RECOMENDAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS PÚBLICOS, POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA E EMISSÕES

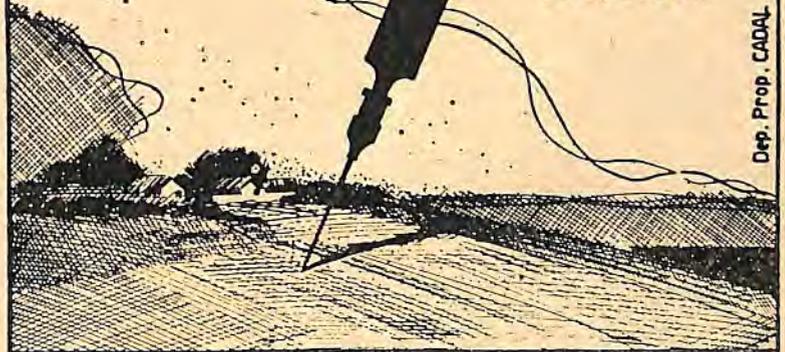
- 1 — deve o Estado, no que se refere aos investimentos públicos, dentro da atual conjuntura, limitá-los aos setores básicos e somente realizá-los depois de esgotadas tôdas as possibilidades de atração dos investimentos privados para esses setores, por meio de incentivos adequados, de modo a se evitar a expansão excessiva dos investimentos públicos, em detrimento das atividades privadas;
- 2 — as despesas públicas, ademais, devem ser selecionadas pelo critério do

Adubos



fortificam

as terras fracas



Dep. Prop. CADAL

UMA FÓRMULA PARA CADA CULTURA — SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE

CADAL

CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

Agentes exclusivos do Salitre do Chile para o Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo
Rua México, 111-12.º and. (Sede própria)
Caixa Postal 875 — Tls. 42-0881 e 42-0115

rendimento social que proporcionem, limitando-se ao mínimo das necessidades, as despesas militares e de caráter burocrático;

- 3 — é imperiosa a adoção de uma política orçamentária de recuperação nacional pelo planejamento das despesas públicas em função da realidade econômica nacional e pela rigorosa execução do orçamento, como garantia do equilíbrio orçamentário, condição básica de combate à inflação;
- 4 — é necessário que as emissões feitas pela Caixa

de Conversão e que, em grande parte, têm sido destinadas indiretamente à abertura de "defits orçamentários" contra o espírito de lei, obedeçam a um limite intransponível a ser periodicamente fixado.

RECOMENDAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO DE UM BANCO CENTRAL

- 1 — criação, tão breve quanto possível, do Banco Central;
- 2 — que a criação do Banco Central seja realizada por transformação e adapta-

ção das instituições já existentes no país, com funções características desse órgão;

- 3 — que, enquanto não for criado o Banco Central, seja assegurada a participação paritária da Agricultura, do Comércio, da Indústria e dos Bancos nas deliberações do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, com direito de voto;
- 4 — as Classes Produtoras Nacionais considerando ainda a importância da agricultura e da pecuária na economia nacional e as peculiaridades de crédito rural, declaram entender necessária a instituição do Banco Rural quando for efetivada a reforma bancária e criado o Banco Central;

RECOMENDAÇÕES SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS

- 1 — que seja feita a adaptação do regime cambial vigente por ocasião da entrada em vigor das futuras tarifas aduaneiras de modo a não permanecer em tal regimento elemento algum, como ágios mínimos, por exemplo, que impeça a nova tarifa de absorver a parcela dos ágios que atualmente opera como tarifa invisível;
- 2 — que na modificação do regime cambial não sejam previstas mais de duas categorias de importação: uma para artigos considerados essenciais e outra para os não essenciais, uma vez que se admite que a futura tarifa cobrirá inteiramente o aspecto de proteção do trabalho nacional;
- 3 — que a base da conversão do valor externo em moeda nacional para efeito do cálculo dos direitos, seja uma só, para todas as mercadorias, independentemente da categoria cambial, de importação a que pertencerem. A lei deverá dispor sobre o processo de cálculo dessa base tendo-se em vista que a mesma deverá re-

fletir, tanto quanto possível, o comportamento real do mercado de importação;

- 4 — que a Comissão de Política Aduaneira possa propor ao ministro da Fazenda para aplicação imediata e "ad referendum" do Congresso Nacional, modificações de direitos dentro dos limites máximo e mínimo da taxa respectiva;
- 5 — que a aplicação do conceito de similar seja, já consagrado em Lei, obedecido o mesmo critério para os produtos agrícolas;
- 6 — que sejam preparados elementos para prover as Alfândegas de todo o país das informações indispensáveis à aplicação das futuras tarifas, de modo a serem eliminadas as dúvidas que forçosamente surgirão, inclusive sobre bases da conversão de moedas e questões relativas ao desembaraço de mercadorias;
- 7 — que enquanto não estiver definitivamente instituído o sistema cadastral para controle do valor, o despacho seja processado pelo valor constante da fatura comercial, autenticada pelo órgão controlador;
- 9 — que a declaração de venda para efeito de controle seja apresentada e decidida em um só órgão, cabendo às Alfândegas e Mesas Redondas a respectiva fiscalização;
- 10 — que fique perfeitamente esclarecido que as penalidades só terão lugar nos casos em que haja configuração material da fraude e que a futura tarifa não será aplicada em relações às mercadorias objeto de operações fechadas anteriormente à sua vigência;
- 11 — que todos os esforços sejam envidados no sentido de se impedir que seja invalidado o êxito obtido pelo Brasil no Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio, pela não entrada em vigor da Tarifa em tempo hábil, isto é, antes da

XII Reunião das Partes Contestantes do Gatt.

RECOMENDAÇÕES SOBRE PROBLEMAS TRABALHISTAS E SINDICAIS

- 1 — é prematura e inconveniente a promulgação de um Código do Trabalho;
 - 2 — são favoráveis à unidade sindical;
 - 3 — são favoráveis à ampla autonomia sindical limitando-se a interferência do Estado a ser apenas de fiscalização e assistência. As condições mínimas que consideram necessária para a preservação da liberdade e autonomia sindicais são:
 - a — existência de um estatuto legal de sindicalização que se aproxime o mais possível da realidade nacional;
 - b — que a lei, dando ao sindicato ampla autonomia de organização e exercício, não o tutele de modo coercitivo;
 - 4 — dentro da esfera sindical, deve ser observada rigorosamente a hierarquia da associação respectiva;
 - 5 — o sindicato, como entidade de primeiro grau, não deve ultrapassar a sua base territorial, que é essencialmente o município; a Federação, a seu turno, deve circunscrever sua atuação ao âmbito estadual, cabendo à Confederação a representação no plano nacional;
 - 6 — em face dessa jurisdição, tratando-se de assunto de interesse nacional, estadual ou municipal, a competência será gradativamente da Confederação, Federação e a do Sindicato;
 - 7 — que seja estatuído em lei que a renovação das administrações sindicais se faça com gradativa e aproximado espaço de tempo entre os três graus corporativos, de modo que haja entre eles, na constituição dos respectivos corpos dirigentes, um sentido de harmonia programática e de defesa uniforme dos mesmos interesses. Assim, deve haver coincidência de mandatos, nas entidades sin-
- (Continua na pág. 42)



**Simplem ou com leite
Nescafé...
que gostoso que é !
Pronto em 3 segundos.**

Nescafé é café 100% puro porque é fabricado apenas com cafés finos e por um processo especial, garantido pela Nestlé. O acondicionamento de Nescafé em latas permite que 'ele se mantenha sempre puro e fresco.

Pronto em 3 segundos porque é feito diretamente na xícara e a sua rápida diluição nos dá um saboroso café-bebida, instantaneamente. Basta despejar água da primeira fervura ao pó de Nescafé, mexer, e está pronto.

Simplem ou com leite, Nescafé é sempre agradável ao paladar. Para o melhor café-com-leite, basta despejar leite quente diretamente sobre o pó e pronto! Adoce à sua vontade. Todos em casa vão gostar desta nova maneira de preparar o café-com-leite. Ficará mais substancial, porque você elimina a água que entra na preparação dos cafés comuns. Faça esta experiência e veja que delícia!

A venda em duas embalagens: 50 e 170 gramas.



1 - Coloque na xícara uma colherinha de Nescafé.

2 - Despeje água da primeira fervura (ou leite) e mexa.

3 - Está pronto o seu cafêzinho (ou café-com-leite). Adoce-o à sua vontade.

NESCAFÉ... que gostoso que é!

Compre-o no seu fornecedor habitual.



"COOPERATIVAS ESCOLARES"

Prof. J. VENTOSA ROIG

(Da Secretaria de Educação do México. Departamento de Educação Cooperativa).

Temos, há algum tempo, uma dívida pessoal (e a tem também "Cooperativismo") com o ilustre cooperador brasileiro *Fábio Luz Filho*, que teve a gentileza de nos enviar um exemplar de sua última publicação, a quarta edição de sua excelente obra "Cooperativas escolares", com afetuosa dedicatória:

Com prazer voltamos a ler a obra, que conhecíamos havia tempos, pois todos os que se dedicam ao cooperativismo escolar, na mesma encontram informação doutrinária completa e notícias interessantes. Cooperador entusiasta, o doutor *Fábio Luz Filho*, quando publica uma nova edição de suas obras, completa-a com os últimos dados e, se se torna necessário, a revisa de alto a baixo, até ao ponto de aduzir novos capítulos.

Apesar de a diferença de idiomas constituir um obstáculo à difusão de seus escritos no resto da América Latina, todos quantos neste Continente, e mesmo fora dêle, se ocupam do cooperativismo, conhecem-nos perfeitamente, e, através de traduções sobretudo em revistas cooperativas, chegaram à massa dos cooperadores, os quais encontram sempre nos mesmos uma sã orientação doutrinária, ao mesmo tempo que idéias de grande valor prático, na administração de nossas sociedades.

Filho de um sociólogo, professor e escritor, o doutor *Fábio Luz* pai, herdou do mesmo seu amor à justiça social sem demagogias para o populacho, seu desejo de melhorar a condição econômica e moral das classes sociais mais modestas, e sua fé nos resultados da educação cidadã. Professor também, há anos procurou no Cooperativismo escolar os modernos métodos da Escola Ativa, e ao mesmo tempo inculcar na infância as noções de cooperativismo, a fim de prepará-las para serem, no dia de amanhã, cooperadores conscientes, pois no cooperativismo vê êle a alavanca do progresso para os povos americanos, e a base da emancipação econômica dos deserdados. A êste

afã se deve a publicação da obra que nos ocupa, completamente e resumo ao mesmo tempo das numerosas obras e artigos dedicados a êste tema.

Agrônomo, conhece como poucos os problemas econômico-sociais do campo, aos quais dedicou igualmente numerosas obras — "Rumo à Terra", "Cooperativas Agrícolas no Rio Grande do Sul" publicada pela União Pan-Americana, e uma infinidade de artigos, teses e folhetos editados, muitos deles, pelos órgãos oficiais brasileiros encarregados de difundir e controlar o Movimento Cooperativo, e que, com uma generosidade digna de imitação pelos demais países americanos, são distribuídos aos milhares entre os cooperadores, contribuindo desta maneira para a educação cooperativa do povo.

O trabalho constante e inflexível do doutor *Fábio Luz Filho*, contribuiu, de maneira decisiva, para a formação de um grande grupo de cooperadores com sólido preparo teórico e prático, intelectuais de valor indiscutível, os quais, de todos os rincões do país irmão, difundem com constância, à prova de desencantos e obstáculos, a Nova Cooperativa.

Nossas felicitações ao doutor *Fábio Luz Filho*, ao Governo Federal do Brasil e Governos dos Estados, os quais, de maneira eficaz e sem olhar sacrifícios, trabalham para a educação cooperativa do povo. Os resultados, tarde ou cedo, pagarão sobrejamente os esforços realizados.

Seja um
assinante de
"A Lavoura"

Forjas de Campanha Portáteis

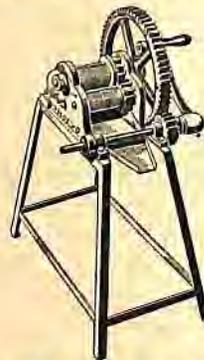
"Z. WERNECK"
e "IDEAL"

Reforçadas — Eficientes — Garantidas



Engenho de Cana "VELOZ"

Manual de 3 rolos. —
Indispensável ao pequeno lavrador



A VENDA NAS BOAS CASAS DE MÁQUINAS
E FERRAGENS

FABRICANTES :

Z. Werneck & Cia. Ltda.

Rua dos Arcos, 27

Tel. : 22-4031

RIO DE JANEIRO

NOVO MÉTODO DE INFILTRAÇÃO DE ÁGUA NO SOLO

O Dr. J. H. Engelhardt, Professor de Agronomia da Universidade de Groninga, anunciou a descoberta de novo método para a infiltração de água no solo, por meio de um aparelho a que deu o nome de "umedecedor do solo".

Saindo de dois tanques, com um metro cúbico de capacidade cada um, a água passa para um tubo de distribuição, do qual, por sua vez, passa para dez tubos de borracha. Cada um desses tubos está ligado a uma espécie de sulcador, pelo qual a água passa ao fundo do sulco de irrigação feito pelo mesmo.

Do mesmo modo que nas semeadeiras de fileira, cada um desses sulcadores está ligado, por meio de um gonzo, a uma barra transversal, que assegura que os sulcos de irrigação tenham todos a mesma profundidade. Os sulcadores penetram no solo graças a uma resistente mola que os conserva em sua posição. Por trás de cada um deles há um rôlo calcador que fecha os sulcos.

Durante as provas realizadas até agora, os sulcadores estavam situados a 20 cm de distância uns dos outros, de forma que a amplitude útil da operação era de 2 metros. A profundidade dos sulcos pode ser regulada; durante as provas, era de 10 cm aproximadamente. Ambos os tanques são montados sobre um chassi de quatro rodas. O aparelho é rebocado por um trator bastante possante.

As provas realizadas durante os três últimos anos vieram demonstrar a utilidade prática do aparelho, tal como é construído atualmente.

PERDAS POR EVAPORAÇÃO PRATICAMENTE NULAS

Uma importante vantagem que o novo método oferece, em comparação com a irrigação comum, é que as perdas de umidade em consequência da evaporação diminuem consideravelmente. Em provas de laboratório, o Professor Engelhardt estabeleceu o seguinte:

Aplicando-se determinada quantidade de água a um solo arenoso, por meio da irriga-

ção (chuva) e aplicando-se, depois, a mesma quantidade a uma profundidade de 10 cm, os resultados foram os seguintes: à temperatura de 100°F. (temperatura que se registra na superfície, nos dias quentes do verão holandês) a evaporação da água aplicada por meio de regas se eleva a 3/4 do total, em 24 horas, ao passo que, no mesmo período, a água aplicada ao subsolo não sofre evaporação alguma. Temos, pois, uma perda de 75 por cento, em comparação com 0. Em face das provas realizadas sob circunstâncias naturais, pode-se chegar à conclusão de que essa proporção é de 3 para 1. A economia de água pela aplicação ao subsolo é, portanto, de 2/3.

O que acima foi dito pode ser esclarecido com um exemplo. Nos meses quentes de junho e julho de um ano seco, a queda pluvial se eleva, por exemplo, a 50 mm, duas terças partes da qual se perdem devido à evaporação. Supondo-se que a quantidade de

água que é absorvida pelo capim seja equivalente a uma precipitação de 100 mm, deduziremos que a quantidade de água disponível é de 110 mm. A evaporação natural do capim pode ser fixada em 3 mm por dia. Em 60 dias será, portanto, de 180 mm, o que equivale a um "deficit" de 70 mm. Para se compensar esse "deficit", empregando-se o novo método bastará cerca de 80 mm de água, ao passo que, se for adotado o método de regos, a quantidade de água terá de ser três vezes maior, ou sejam 240 mm.

As provas realizadas pelo "umedecedor do subsolo" asseguraram considerável aumento da produção das pastagens em comparação com as terras não infiltradas; o valor alimentício dos pastos também é muito maior. O terreno utilizado para as provas, situados em Deelen, na Holanda, era um terreno alto, com água no subsolo e algumas dezenas de metros abaixo da superfície. A água

Sementes de batatas

ORIGINAIS-CERTIFICADAS

Variedades alemãs, holandesas e suecas
AS SEMENTES DE GRANDE PREFERÊNCIA:

Ancilla
Benedikta
Bintje
Eigenheimer
Eva
Franziska
Jakobi
Konsuragis
Lama
Lerche
Lori
Maritta
Panther
Ute
Vorán

DELTA SOCIEDADE COMERCIAL LTDA.

Rua 7 de Setembro, 135 — 1.º andar

Telefone 43-1868 — Rio de Janeiro

de que dispunham as plantas para o seu desenvolvimento encontrava-se em estado estacionário (água que não penetra em maior profundidade) e de inibição (água retida pelos resíduos de plantas). A capacidade de retenção de água de um terreno arenoso do tipo do terreno de Deelen se deve, precisamente, à ocorrência de ambos aquêles estados. A profundidade de mais de um ou dois metros, encontra-se quase exclusivamente água estacionária. Esse estado, descoberto em 1925 pelo Professor Engelhardt, deve ser interpretado como consistindo na água retida pelas partículas de areia, uma vez que a água que se adiciona a um solo arenoso teve oportunidade de terminar seu processo de infiltração.

As provas com o "umedecedor do subsolo" efetuadas em outro local, Haaksbergen, deram resultados análogos; considerável aumento da produção de pastagens e valor alimentício bastante elevado. A altura do terreno de Haaksbergen era menor que a de Deelen. Medições efetuadas com tubos de sondagem revelaram que a água do subsolo se encontrava a profundidade que variavam entre 90 cm e 2 metros. Por cima, se encontrava uma camada capilar de uns 50 cm de espessura, de maneira que a camada superior, da qual as raízes das plantas extraem a água estacionária e a água em estado de inibição tinha uma espessura de 40 a 150 cm.

Com o fim de se determinar, com a maior exatidão possível, a quantidade de água que deveria ser adicionada aos terrenos e acompanhar-se, exatamente, sua difusão, foram realizadas numerosas provas de umidade do solo, tanto em Deelen como em Haaksbergen, nas quais foram empregados, entre outros recursos, elementos de "nylon". Do mesmo modo, foram medidas, regularmente, as temperaturas, em diferentes profundidades.

A IMPORTÂNCIA DO NOVO MÉTODO DE INFILTRAÇÃO

No que se refere à Holanda, o novo método de infiltração

acima descrito oferece a possibilidade de se criar novas pastagens permanentes, sem se correr o perigo de que sejam prejudicadas as plantações, em consequência da seca. Ao contrário, as plantações se beneficiarão grandemente com a aplicação dêsse novo método, nas épocas de seca. Como o êxito das provas depende, de maneira considerável, das condições meteorológicas, deverão as mesmas ser realizadas durante vários anos seguidos.

O método, porém, oferece perspectivas muito mais amplas ainda para os países de

clima sêco e quente. A perda de umidade em consequência da evaporação é, nesses países, considerável, quando se emprega o método de irrigação geralmente usado. Na superfície das terras, estendem-se grandes desertos que, no entanto, contêm substâncias nutritivas para as plantas, em quantidade suficiente e até elevada. O novo método de infiltração de água no solo oferecerá, provavelmente, a oportunidade de tornar possível o cultivo dessas áreas.

(Publicação n.º 7.307, do Serviço Holandês de Informações).

NOSSA REVISTA E A ASSOCIAÇÃO RURAL DO URUGUAI

Recebemos da Asociación Rural del Uruguay o officio abaixo traduzido, que muito nos lisongeia, e que agradecemos:

Sr. Diretor da revista "A LAVOURA"

Sociedade Nacional de Agricultura

Rio de Janeiro — Brasil

De minha maior consideração

Quer testemunhar a Junta Diretiva da Asociación Rural del Uruguay ao sr. Diretor a excelente impressão que causou a revista "A LAVOURA" que nos vem chegando mensalmente e que publica interessantes artigos sobre diversos temas agropecuários.

Vemos, através dos números editados, o eficaz esforço da publicação sob seu acerta-

do cargo, um material noticioso de qualidade relacionado com os mais importantes assuntos de interesse para a produção pecuária, que permitem seguir o desenvolvimento dos acontecimentos nos diversos campos da atividade agropecuária, industrial e comercial, o que fazem de "A LAVOURA", uma publicação útil para os produtores e estudiosos.

Ao agradecer a valiosa remessa da referida revista e expressar-vos as efusivas felicitações da Junta Diretiva desta Associação, saudamos o sr. Diretor, com elevada consideração e aprêço.

Assinados: Alberto Gallival, Presidente e Reynaldo J. Bonino Bidart, Secretário.

1897 — 1957

"A LAVOURA"

60 ANOS A SERVIÇO DA
AGRICULTURA DO
BRASIL



ARADOS — BOMBAS PARA IRRIGAÇÃO E DRENAGEM —
BOMBAS EM GERAL — EQUIPAMENTO PARA IRRIGAÇÃO
ARTIFICIAL — CARRETAS AGRÍCOLAS — CORTADEIRAS DE
FORRAGEM — CULTIVADORES — DEBULHADORES DE MI-
LHO, MECÂNICOS E MANUAIS — DESNATADEIRAS — EN-
GENHOS PARA CANA — GRUPO GERADORES — MOTORES
ELÉTRICOS — MOTORES DIESEL — MOTORES A GASOLINA
— MOINHOS DE MARTELO — MOINHOS DE PEDRA — TRI-
TURADORES — PULVERIZADORES — POLVILHERADEIRAS
— USINAS E EQUIPAMENTO PARA BENEFICIAMENTO DE
MANDIOCA — SEMENTES DE HORTALIÇAS (IMPORTADAS
DOS EE. UU.) — DESPOLPADORES DE CAFÉ AGRITÉNICA —
DESCASCADORES DE CAFÉ AGRITÉNICA — BENEFICIA-
DORES DE CAFÉ AGRITÉNICA — CATADORES DE PEDRAS
AGRITÉNICA — CLASSIFICADORES DE CAFÉ — MÁQUINAS
PARA BENEFICIAR ARROZ AGRITÉNICA — VENTILADO-
RES DE CEREAIS MANUAL E MOTORIZADOS — MOINHOS
PARA FUBÁ — BENEFICIADORES DE MILHO — TRATORES
DE RODAS E ESTEIRAS FIAT

—●—
ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERFEITA
AGÊNCIAS NAS PRINCIPAIS PRAÇAS DO PAÍS

**CONSULTEM NOSSOS PREÇOS E
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

—●—
FÁBRICA

Campo Grande — Estrada da Ilha — Km 17 — D. F.

—●—
LOJAS E EXPOSIÇÃO

RUA TADEU KOSCIUSKO, 31-A (Bairro de Fátima)

FONE : 42-5967 "SOCIAGRI"

RIO DE JANEIRO

Associativismo Rural

ASSOCIAÇÃO RURAL SANTA VITÓRIA DO PALMAR

É a seguinte a diretoria da Associação Rural Santa Vitória do Palmar, para o biênio 1957-58.

Presidente: Antônio de Oliveira;

1.º Vice-Presidente — Públio Guimarães de Oliveira;

2.º Vice-Presidente — Francisco Alexandrino Flório;

1.º Secretário — Genior Vitolbo de Souza;

2.º Secretário — Dr. Artur Gaspar Moreira;

1.º Tesoureiro — Brasil Muniz Silveira;

2.º Tesoureiro — Ângelo Aniada.

ASSOCIAÇÃO RURAL DO VALE DO RIO GRANDE

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria da Associação Rural do Vale do Rio Grande.

Presidente: Carlos Meinberg (reeleito);

Vice-Presidente: Lourival Ribeiro de Mendonça (reeleito);

1.º Secretário: Lúcio Carvalho Costa (reeleito);

2.º Secretário — Josaphat Marcondes;

1.º Tesoureiro — Nilo Fenelon Santos (reeleito);

2.º Tesoureiro — Alberto Seragini.

ASSOCIAÇÃO AGRO-PECUÁRIA DE GUARATINGUETÁ

É a seguinte a nova diretoria da Associação Agro-Pecuária de Guaratinguetá:

Presidente — José Augusto Vieira;

Vice-Presidente — Sebastião Vieira Fortes;

1.º Secretário — Antônio Coelho Guimarães;

2.º Secretário — José de Faria;

1.º Tesoureiro — Manoel Soares de Azevedo;

2.º Tesoureiro — Benedito de Oliveira Castro.

CASA RURAL DE CUIABÁ

Foi eleita e empossada a 18 de janeiro a seguinte diretoria da Casa Rural de Cuiabá:

Presidente — Coronel Daniel de Queiroz;

1.º Vice-Presidente — Dr. Anibal Molino;

2.º Vice-Presidente — Dr. Dolor F. de Andrade;

1.º Secretário — Dr. Bento Machado Lobo;

2.º Secretário — Dr. Januário Silva Rondon;

1.º Tesoureiro — João Luiz Bulhões V. Filho;

2.º Tesoureiro — Pérsio Luiz Esteves.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO CEARÁ

Foi eleita e empossada, no dia 15 de janeiro, a seguinte diretoria, que terá a seu cargo os destinos da Federação das Associações Rurais do Ceará no triênio 1957-1960.

Presidente — Guilherme Teles Gouveia;

1.º Vice-Presidente — Filemon Fernandes Teles;

2.º Vice-Presidente — Edson da Mota Corrêa;

1.º Secretário — Sebastião Calvalcante;

2.º Secretário — Samuel Lins;

1.º Tesoureiro — Ruy de Moraes Athayde;

2.º Tesoureiro — Grijalva Costa Filho.

ASSOCIAÇÃO FLUMINENSE DE AVICULTURA

É a seguinte a nova diretoria da Associação Fluminense de Avicultura:

Presidente — Heitor de Souza Quartin Pinto;

Vice-Presidente — Sweud Hvenegard;

1.º Secretário — Márcio Diniz Pereira Paiva;

2.º Secretário — Marcelo Brasileiro de Almeida;

1.º Tesoureiro — José Marques Lins;

2.º Tesoureiro — Altayr Fraga de Campos.



A LAVOURA

a mais antiga revista

agrícola em circulação

no Brasil.



ARAME FARPADO

GRAMPOS CÊRCA

CIMENTO: PARAÍSO, BARROSO e MAUÁ

TUBOS GALVANIZADOS — ARAME PRETO

FERRO REDONDO

Uma casa que surge para servir bem e barato

COFECIL — Comércio de Ferro e Cimento Ltda.

R. DA ALFÂNDEGA, 98 — Sala 702 — Tel. 23-5154

EX-DIRETOR DO SERVIÇO DE EXPANSÃO DO TRIGO:**IGNORADO O DESTINO DO "FUNDO DO TRIGO"
(Cr\$ 800 milhões) criado no último govêrno**

Quiseram aplicá-lo em cobertura de prejuízos com financiamento do algodão e em despesas da COFAP — Abandonou o govêrno plano de silos e armazéns já quase concluído para retomar novo plano — Não foi publicado o plano do atual govêrno

O atual govêrno, ao que se anuncia, está empenhado na realização de um plano de silos e armazéns para o trigo. Seria, segundo dizem as notícias, uma vasta rede cobrindo os principais pontos de produção e consumo do cereal no país.

O que impressiona nas notícias não é o plano em si, pois neste país o que não faltam são planos, principalmente os planos irrealizáveis e os irrealizados. O que causa espanto é o fato de que muito antes de o atual govêrno falar em rede de silos, havia um plano no mesmo sentido, já quase terminado e com os recursos financeiros assegurados que entretanto foi abandonado, juntamente com o fundo destinado à construção da rede, ao qual deram um paradeiro ignorado. Quem o denuncia é o ex-

diretor do Serviço de Expansão do Trigo, Sr. Itagiba Barçante, que em 1954 executava o plano de armazéns e silos elaborado no último govêrno. Falando ontem à reportagem do "Correio da Manhã", disse o ex-diretor do Serviço de Expansão do Trigo:

"O ex-Presidente Getúlio Vargas determinara, para a instalação da rede de armazéns e silos, a criação do "Fundo do Trigo", constituído de uma pequena taxa cobrada pelo B. do Brasil pelo trigo importado. Até 1954 essa taxa, que ficava em depósito no Banco do Brasil, já somava mais de um bilhão de cruzeiros. Dessa soma foram aplicados, com autorização presidencial, cerca de 200 milhões de cruzeiros na compra de máquinas agrícolas para revenda aos agricultores, bem como adubos e sementes, restan-

do portanto um saldo no Banco, naquela época, superior a 800 milhões de cruzeiros. Com esse dinheiro, e mais a renda de um ou dois anos, construiríamos a rede de silos. Todavia, com a morte do ex-Presidente Vargas, foi mudada a direção do Serviço de Expansão do Trigo, ficando paralisada a construção dos armazéns e silos. Hoje ninguém sabe que fim deram ao Fundo do Trigo."

Informou ainda o Sr. Itagiba Barçante que quando estava à frente do Serviço de Expansão do Trigo quiseram aplicar o fundo primeiramente na cobertura de prejuízos decorrentes do financiamento do algodão, tendo entretanto se oposto a essa aplicação, juntamente com o então presidente da Comissão Consultiva do Trigo, Sr. João Alberto,

COMPANHIA CARNASCIALI**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Av. Beira Mar n.º 200 — Fone: 42-2603

Telegramas: "Carnasciali"

RIO DE JANEIRO

Aviões "Beechcraft" e "Piper"; Helicópteros "Bell";
Motores "Continental", "Lycoming" e "Franklin";
Peças e Acessórios; Material Aeronáutico em Geral

OFICINA ESPECIALIZADA EM MANGUINHOS

e o Ministro Edmundo Barbosa da Silva. Depois quiseram aplicar o mesmo fundo no custeio de despesas da COFAP, contra o que novamente se opôs.

NÃO FOI PUBLICADO

O repórter quis saber a opinião do ex-diretor do Serviço de Expansão do Trigo sobre o plano do atual governo, no sentido da construção da rede de silos. Respondeu o Sr. Itagiba Barçante que não poderia emitir opinião sobre o mesmo, porquanto o plano não foi publicado, nem teve oportunidade de vê-lo.

O PLANO ANTIGO

Passando a falar sobre o plano do último governo no mesmo sentido, acrescentou o Sr. Itagiba Barçante (é atualmente diretor-técnico da Sociedade Nacional de Agricultura) que segundo esse plano foram construídos no Rio Grande do Sul, 14 armazéns completos, com as melhores máquinas para limpeza e separação do cereal, balanças completas e demais exigências, com capacidade de 80 a 100 mil sacas. Foram construídos mais 10 armazéns em Santa Catarina, bem como o primeiro silo com elevadores que se construiu no Brasil, sendo o mesmo instalado em Joaçaba, no mesmo Estado. Foram construídos também dois silos subterrâneos, um em Erechim, Rio G. do Sul, e outro em Videira, Santa Catarina. Nessas obras foram utilizadas verbas normais do Serviço de Expansão do Trigo. Foram distribuídos ainda 500 silos metálicos com capacidade de mil e mil e quinhentos sacos cada um, para fazendeiros e moinhos, na zona do trigo. Segundo o Sr. Itagiba Barçante, o plano era suficiente para atender as necessidades nacionais, ficando os armazéns e silos localizados em pontos estratégicos da produção e escoamento da safra. Dentro de quinze anos a rede de silos pagaria, com lucro, as inversões de capital nela feitas.

A REDE TOTAL

Somente os silos referidos puderam ser concluídos. Entretanto, segundo o ex-diretor do Serviço de Expansão do Trigo, a rede total previa ainda a construção de 11 silos no Rio Grande do Sul, cinco em Santa Catarina, três no Paraná, bem como a construção de silos portuários, maiores, que seriam localizados

em portos do Sul, um em cada porto, nas cidades do Rio Grande, São Francisco do Sul e Paranaguá. A fim de evitar monopólio, era intenção do governo realizar um convênio entre o Ministério da Agricultura, o Banco do Brasil e o Estado interessado. O funcionamento da rede ficaria sob a direção do convênio.

PROGRAMA REDUNDANTE

O governo do Sr. Kubitschek é redundante. Não se limita a inaugurar obras dos outros, prontas e acabadas pelos antecessores. Anuncia programas e providências que já foram adotados. Depois da reincidente co-

missão para estudos do babaçu, de que nos ocupamos em editorial recente, aparece, agora, com o fundo do trigo.

O fundo do trigo foi criado pelo Sr. Getúlio Vargas, e chegou a recolher um bilhão de cruzeiros, dos quais desconhece-se o destino de 800 milhões, segundo declarações do antigo diretor do Serviço de Expansão do Trigo.

Vai o governo Kubitschek criar um fundo que já existe, para, talvez, de novo, afundá-lo no incógnito paradeiro dos dinheiros públicos depositados no Banco do Brasil.

(Transcrito do "Correio da Manhã" — 21-3-57.)

CANA DE AÇÚCAR

A cana-de-açúcar é planta de notável valor econômico. A sacrose vulgarmente denominada açúcar, produto que dela se extrai, possui qualidades alimentícias incontestáveis. No Brasil, a cana-de-açúcar é cultivada em quase todos os Estados, com exceção dos sulinos, menos adequados a essa cultura pelas condições de clima que possuem.

CLIMA — O clima tropical, com atmosfera úmida e quente e com abundante suprimento de água, é o indicado. A cana-de-açúcar, em geral, não é cultivada em zonas de temperatura média anual inferior a 20° centígrados. O melhor clima é o que proporciona chuvas bem distribuídas que caiam com mais frequência durante o período de crescimento, rareando por ocasião da maturação e da colheita.

VARIEDADES — Depois de prolongados estudos em Java e na Índia, zonas antigas de cultivo de cana, as variedades atuais são verdadeiros híbridos, resultantes do cruzamento de diversas espécies. O cultivo das variedades "Coimbatore" está muito difundido no Brasil, havendo as de maturação média, como o "Co 290", o "Co 413" e o "Co 419", e as de maturação tardia, como o "Co 421". A Estação Experimental de Campos, no Estado do Rio, depois de várias experiências, obteve uma excelente variedade resistente às diversas pragas e que foi denominada "C. B." (Campos Brasil).

ESPAÇAMENTO — O espaçamento entre as linhas deve ser de 1,20 m a 1,30 m e no sulco, de

10 a 15 cm entre as olhaduras, sendo contudo usado um espaçamento de 1,80 m entre as linhas, nas plantações que adotam o corte mecanizado. A profundidade dos sulcos não deve ser menor do que 20 nem maior do que 30 cm. Deve haver o mesmo espaçamento, de 30 a 40 entre as covas e as linhas.

TÉCNICA DOS PLANTIOS — Mormente nos plantios de morro ou de encosta, os sulcos devem cortar o declive ou as águas. Deve-se constituir uma sementeira especial para olhaduras devendo estas ter de 10 a 12 meses de idade. O emprego de olhaduras, além do segundo corte, não é aconselhável.

ADUBAÇÃO — Segundo uma média de análises feitas em épocas diferentes, com uma produção de 50 toneladas por hectare, verifica-se que foram retiradas da terra as seguintes quantidades de fertilizantes:

Azoto	91 quilos
Acido fosfórico	77 quilos
Óxido de potássio ..	170 quilos

A cana exige, pois, boa adubação para dar resultados satisfatórios. A fórmula "Cadal 7", muito bem equilibrada para as necessidades de cana-de-açúcar, dá excelentes resultados, sendo empregada na cana planta, na proporção de 120 gramas por metro corrido de sulco; ou de 45 a 50 gramas por cova; e nas socas, de 60 a 80 gramas por metro corrido, ao lado das touceiras. A adubação orgânica deve ser sempre um complemento da química pois que o emprego daquela sistematicamente vem

SENHORES AGRICULTORES!

As terras cansadas podem ser rejuvenecidas com aplicações do

“PÓ CALCÁREO RIO NEGRO”

o qual corrige a ACIDEZ das terras, tornando-as novamente férteis e produtivas. Pronto fornecimento. Pedidos e demais informações:

Cia. de Cimento Portland Rio Negro

AV. PRES. VARGAS, 309 — 20.º ANDAR — RIO DE JANEIRO

DISTRITO FEDERAL — TELEFONES : 23-3562 e 23-6234

facilitar a assimilação desta pela planta. É aconselhável, pois, que se faça concomitantemente com a adubação química o emprêgo de matéria orgânica sob a forma de estrume de curral, palhicho ou composto.

COMBATE A MOLÉSTIAS E PRAGAS — A medida mais indicada consiste em estabelecer viveiros de “rouging” para produção de mudas livres de mo-saicós.

MUDAS — A quantidade de toletes a ser empregada varia de 4 a 5 mil quilos por hectare, de acôrdo com a variedade da cana o o espaçamento escolhido na plantação.

No Brasil considera-se uma boa produção:

Cana planta . 80 t por hectare
Primeira soca 60 t por hectare
Segunda soca. 50 t por hectare

TRATOS CULTURAIS — Para cana planta: capinas manuais suficientes para manter a limpeza; para socas: capinas, de preferência mecanizada, no comêço do crescimento.

EPOCA DE COLHEITA — De junho a outubro.

CULTURAS E ROTAÇÕES — Considerando-se o rápido esgotamento de nossas terras, seria aconselhável o plantio intercalar de algumas leguminosas (mucuna feijão de porco), o que significa, em curto espaço de tempo, a incorporação ao solo de grande quantidade de matéria orgânica de que tanto necessita.

NOTA — O emprêgo do azôto nítrico em cobertura (contido no Salitre do Chile) de assimilação rápida, provoca vegetação mais intensa, produção de touceiras mais perfilhadas e influi na coloração verde das fôlhas e aumento da sacarose.

(Conclusão da páf. 17)

diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, aprovar, em sua reunião de 25/3/1957, a *Resolução n.º 3*, cujo teor adiante transcrevemos:

RESOLUÇÃO N.º 3

A Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo em vista a necessidade de um urgente atendimento aos serviços da Escola de Horticultura “Wencesláo Bello”.

Resolve:

- 1.º — Fica designado o Diretor Técnico Geraldo Goulart da Silveira, para, na qualidade de *Coordenador*, superintender a parte *Técnica e do Ensino*, durante o impedimento do Diretor;
- 2.º — Designar o Secretário Geral, Luiz Marques Poliano, para, sem prejuízo de suas funções, cooperar nos trabalhos de recuperação do estabelecimento, especialmente no que toca à parte econômico-financeira e administrativa.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1957.

Assinado: *Arthur Torres Filho* — Presidente.

É pensamento da diretoria, colocar em breve a Escola de Horticultura “Wencesláo Bello”, em condições de poder atender aos planos de desenvolvimento do setor de ensino agrícola da Sociedade Nacional de Agricultura.

**CENTRO ACADÊMICO
"LUIZ DE QUEIROZ"**

É a seguinte a nova diretoria do Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", dos estudantes de agronomia da Universidade de São Paulo.

Presidente — José Cassiano Gomes dos Reis Júnior;

Vice-Presidente — Edison de Meneses;

1.º Secretário — Carlos A. Meneses Ferro;

2.º Secretário — Haroldo B. Fontenelli;

Tesoureiro — Horácio Lopes;

Orador — José Agostinho T. D. Andrade.

EDUCAÇÃO DE BASE

No ano passado 18 missões da Campanha Nacional de Educação de Base, trabalharam em seis Estados assim distribuídas:

- 9 no Rio Grande do Sul;
- 4 na Bahia;
- 2 no Rio Grande do Norte;
- 1 em Alagoas, Maranhão e Pernambuco.

RIZICULTURA GAÚCHA

A produção de arroz no Estado do Rio Grande do Sul alcançou, em 1956, a elevada cifra de 3,8 milhões de toneladas.

**INSTITUTO DE TECNOLOGIA
AGRÍCOLA**

O Governo do Estado de São Paulo cogita de criar um Instituto de Tecnologia Agrícola, a fim de modernizar e racionalizar as atividades ligadas à terra.

CURSO DE TREINAMENTO

Instalou-se, em fins de janeiro, em Barbacena, Estado de Minas Gerais, o 1.º Curso de Treinamento para médicos, agrônomos e veterinários do Serviço de Extensão da Secretaria de Agricultura do referido Estado, cujas aulas foram ministradas na Escola Agrotécnica Di-aulas Abreu.

**CLUBE AGRÍCOLA
"VOLUNTÁRIOS DA
PÁTRIA"**

O Clube Agrícola "Voluntários da Pátria", anexo à Escola Santo Antônio, no município de Ve-

Notícias e Informações

ranópolis, Estado do Rio Grande do Sul, enviou ao Serviço de Informações Agrícola do Ministério da Agricultura, um magnífico relatório sobre as suas fecundas atividades durante o ano de 1956.

PRODUÇÃO DE CAQUI

O Rio Grande do Sul, produziu em 1955, cerca de 57.000.000 de caquis. As zonas mais produtoras são as de Colônia Baixa, especialmente os municípios de São Leopoldo, Montenegro, Sobradinho e Lajendo.

**SEGURO AGRÁRIO
DA PEQUENA LAVOURA**

Pelo Decreto 40.810 de 23 de janeiro de 1957 o Presidente da República declarou em vigor as condições gerais de apólice e a tarifa de seguro agrário de pequena lavoura de culturas múltiplas aprovadas pelo Departa-

mento Nacional de Seguros Privados e Capitalização e que acompanha o presente Decreto.

**COMISION ARGENTINA PRO
FOMENTO DEL INTERCAMBIO**

De acordo com o ofício que recebemos da Comision Argentina Pro Fomento del Intercambio, estão interessadas em exportações as seguintes firmas:

a — San Marco (de José Schillaci), Gral Acha 561, Ciudadela ENDFS, interessada em exportação de tecidos de malha;

b — Mauricio Eróst e Hijo Galicia 946, Buenos Aires, interessada em exportação de marroquineria;

c — Blum Faik & Cia., Corrientes 2.250 Buenos Aires, interessada na exportação de confecções finas para cavalheiros;

d — Sebastian Pozzoli, Av. R. S. Pena, 1119, 5.º, Buenos Aires, interessada na exportação de conservas de pescado, frutas, verduras e legumes enlatados, secas, vinhos, etc.

BOMBAS "KERBER"

CENTRIFUGAS E HELICOIDAIS

Para irrigação por inundação em culturas de arroz, cana, etc.

Descarga desde 30 litros por segundo até 3.000 litros por segundo

Válvulas de pé de 150 a 500 milímetros

REGISTRO PARA AÇUDES

"KERBER"

De 125 até 500 milímetros de diâmetro

Sede CIRCULAR e QUADRADA

Em ferro ou em bronze

ESCOLHA SEU TIPO E NOS CONSULTE

GEOVIA S. A.

RIO DE JANEIRO

R. Visconde de Inhauma, 134-19.º. Tel.: 22-2080

SÃO PAULO

Rua Xavier de Toledo, 316, 8.º. Tel. 35-0960

BELO HORIZONTE

Rua Tamoios, 924. Telefone 2-8248

Respostas ao questionário sôbre informação básica necessária para o estudo da "Segurança Social Agrícola" nos países americanos, preparado pelo Comité Permanente Interamericano de Previdência Social

(2.^a Parte)

Eng.-Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Diretor-Técnico do S. N. A.

Continuamos neste número a publicação das respostas ao questionário organizado pelo "Comité Permanente Interamericano de Previdência Social".

O referido trabalho foi enviado como contribuição da Sociedade Nacional de Agricultura ao Seminário de Costa Rica, promovido pelo "Comité Interamericano de Previdência Social". Fomos incumbido de prepará-lo, por determinação da diretoria do S. N. A.

6 — Categorias de Emprego

Distribuição dos trabalhadores agrícolas entre jornaleiros, arrendatários e agricultores independentes que cultivam sua própria terra.

RESPOSTAS

Não dispomos de dados para responder integralmente os quesitos acima. Podemos, entretanto, apresentar alguns dados baseados no Censo Agrícola de 1950.

A distribuição dos 2.064.527 estabelecimentos agropecuários recenseados em 1950 de acôrdo com a condição de responsável, foi a seguinte:

Proprietários	1.550.720	estabelecimentos
Arrendatários	186.897	"
Ocupantes	207.795	"
Administradores	118.045	"

De acôrdo com a área a distribuição dêsses estabelecimentos foi a seguinte:

Proprietários	155.729.005	hectares
Arrendatários	13.084.714	"
Ocupantes	9.912.404	"
Administradores	54.840.604	"

Os dados acima refletiam, naquela época, a seguinte situação percentual:

a) — *Condição do responsável pelos estabelecimentos agropecuários:*

Proprietários	75,1%	dos estabelecimentos
Arrendatários	9,1%	"
Ocupantes	10,1%	"
Administradores	5,7%	"

b) — *Área dos estabelecimentos agropecuários:*

Proprietários	66,6%
Arrendatários	5,6%
Ocupantes	4,2%
Administradores	23,5%

7 — Zona agrícola

Distribuição da área do país em terra não arável, terra cultivada por empregados, terra cultivada por arrendatários, e terra cultivada por

agricultores, proprietários independentes, média do número de hectares de terra arável por cabeça de população agrícola, etc.

<i>Condição do responsável</i>	<i>Área (Em hectares)</i>
Proprietários	155.729.005
Arrendatários	13.084.714
Ocupantes	9.912.404
Administradores	54.840.604

VERMES ? OPILAÇÃO ?

PANVERMINA



GLOBULOS DE GELATINA (JA PURGATIVOS)

Golpe certo

CONTRATODOS os VERMES

LABORATORIO PANVERMINA

RUA SAMPAIO FERRAZ, 38-RIO

Percentualmente era a seguinte a distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do responsável:

Condição do responsável	Percentagens
Proprietários	66,6%
Arrendatários	5,6%
Ocupantes	4,2%
Administradores	23,6%

Relativamente ao número de estabelecimentos agrícolas, podemos dizer que, de acordo com o recenseamento de 1-7-1950, existiam no Brasil 2.064.527 estabelecimentos agrícolas, ocupando uma área total de 233.705.474 hectares, conforme demonstração abaixo:

Regiões fisiográficas	Estabelecimentos	Áreas
Norte	78.220	23.357.916
Nordeste	543.564	41.987.726
Leste	660.751	60.028.318
Sul	702.226	54.546.281
Centro-Oeste	79.767	53.785.231

Segundo a utilização, o Censo revelou a seguinte distribuição, da área de 233.705.674 hectares:

	hectares
Em lavouras permanentes	1.624.397
Em lavouras temporárias	15.473.315
Em pastagens	107.547.662
Em matas	56.364.448
Em terras incultas	22.904.258

Em outras palavras, a área ocupada com as lavouras era aproximadamente cinco vezes menor que a ocupada com as pastagens; pouco mais de 1/3 da área coberta com matas e pouco mais da metade da área ocupada com terras incultas (esses dados referem-se apenas, a área dos estabelecimentos agrícolas recenseados).

A distribuição percentual da população e da produção agrícola, segundo as regiões fisiográficas, foi a seguinte, em 1955, (dados de Conjuntura Econômica de janeiro de 1956).

Regiões	Total	Rural	Produção
		ativa	agrícola
Norte	8,5	2,3	1,0
Nordeste	24,0	28,9	14,0
Leste	35,6	32,3	25,0
Sul	35,4	31,0	56,0
Centro-Oeste	3,5	4,5	40,
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Esses dados revelam o desenvolvimento muito acentuado das regiões LESTE e SUL, em relação ao pequeno desenvolvimento das outras três regiões.

Relativamente à área cultivada, podemos dizer, baseados em dados de Conjuntura Econômica de janeiro de 1956.

- que a área total cultivada com as 48 culturas principais, em 1955, foi de 21.165.000 hectares;
- que essa área representa um acréscimo de 1,1% sobre o de 1954, (aumento de 222.000 hectares);
- entre as 48 culturas principais, 36 acusaram um acréscimo na área cultivada (sisal, amendoim, café, arroz, cebola e outras), perfazendo um aumento global de 353.891 hectares; enquanto que 12 culturas acusaram uma redução de área cultivada (cevada, algodão, alfafa, cen-

teio, etc.), perfazendo uma redução total de 131.841 hectares.

Quanto ao valor da produção agrícola em 1955, os dados fornecidos por Conjuntura Econômica de janeiro de 1956, revelam que essa produção foi no valor de 113.340 milhões de cruzeiros (maior portanto, que a de 1954, que foi de 100.120 milhões de cruzeiros).

Relativamente ao rendimento por hectare, de acordo com os dados de Conjuntura Econômica de janeiro de 1956, apresentou ele sensivelmente uma melhoria.

De fato, 37 dos 48 produtos arrolados pelas estatísticas do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura sofreram aumento de rendimento por hectare, conforme os dados abaixo:

Pimenta do reino	+ 31,3%
Sisal	+ 25,5%
Arroz	+ 13,3%
Trigo	+ 12,4%
Centeio	+ 11,7%
Amendoim	+ 11,4%
Cevada	+ 9,0%
Café	+ 7,5%
Algodão	+ 7,2%
Abacate	+ 7,2%

Obtiveram aumentos inferiores a 7% os rendimentos da mamona, abacaxi, cebola e fava.

De acordo com a natureza das despesas, foi o seguinte o resultado do Censo de 1950, com relação aos estabelecimentos agrícolas (dados referentes a 1.763.281 estabelecimentos agropecuários informantes).

Salários	Cr\$ 7.483.782.000,00
Adubos e fertilizantes	Cr\$ 585.018.000,00
Sementes e mudas	Cr\$ 401.841.000,00
Inseticidas e fungicidas	Cr\$ 275.907.000,00
Aluguéis e arrendamentos	Cr\$ 646.459.000,00
Impostos	Cr\$ 751.837.000,00
Outras despesas	Cr\$ 4.772.058.000,00
TOTAL	Cr\$ 14.976.902.000,00

O valor dos estabelecimentos agropecuários recenseados em 1950 de acordo com a natureza dos bens era, naquela época, o seguinte, para os 2.059.662 estabelecimentos agropecuários recenseados:

Bens imóveis (Cr\$ 1.000,00)

Terras	121.104.700
Construções	22.666.734
Total	143.771.434

Outros bens

Veículos e animais de trabalho	8.815.937
Máquinas e instrumentos agrários	1.807.389
Outras máquinas	1.600.732
Total	12.224.058

Em resumo, o valor dos bens, era o seguinte:

Bens imóveis	Cr\$ 143.771.434.000,00
Outros bens	Cr\$ 12.224.058.000,00
TOTAL	Cr\$ 155.995.492.000,00

B — EMPREGADOS AGRICOLAS

1 — Generalidades

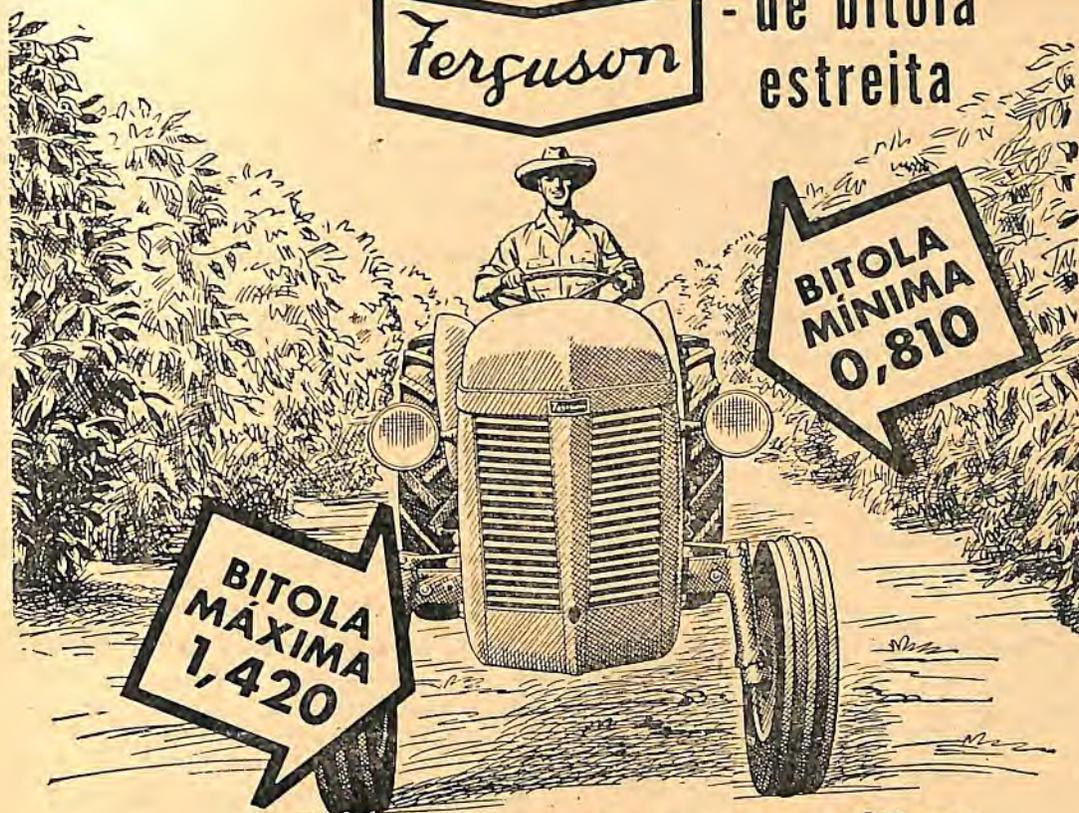
Número, proporção e distribuição geográfica das pessoas que trabalham por remuneração na

Êste é o famoso

TEK

Ferguson

- de bitola estreita



construído especialmente para cultivar
QUALQUER LAVOURA... principalmente CAFÉ

Com o TEK, V. emprega todos os im-
plementos Ferguson. V. pode, com êle,
capinar - sulcar - arar - arruar e
esparramar.

Para **PRODUZIR MAIS**
por **MENOR PREÇO**
faça todos os serviços economizando:
BRAÇO - TEMPO - DINHEIRO

PARA PRONTA ENTREGA

- Peça uma demonstração,
sem compromisso.



Acompanhado de um Conjunto de Car-
pideira Universal, o TEK Ferguson está
em todos os

REVENDEDORES VEMAG

VEMAG

VEMAG S.A. - Veículos e Máquinas Agrícolas

Matriz - R. Grota Funda, 224 - Tel.: 63-1111 - C. Postal 8232 - S. Paulo

"FOSFATO OU ESCÓRIA THOMÁS"

ADUBO UNIVERSALMENTE CONHECIDO

Agentes em S. Paulo e Rio :

ARTHUR VIANNA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

Caixa Postal, 3572 — Endereço Telegráfico: "SALITRE" — RIO DE JANEIRO

qualidade de empregados na agricultura; classificação dos empregados por colheitas principais e tipos de trabalhos agrícolas.

RESPOSTAS

Baseados no Censo de 1950 podemos dizer que para um total de 9.823.779 de pessoas que trabalhavam na agricultura, (com 10 e mais anos de idade), 9.135.709 estavam classificadas como trabalhadores agrícolas e de enxada (trabalhadores não qualificados) e 688.070 como trabalhadores qualificados (aradores, tratoristas, chacareiros, seringueiros, jardineiros, fruticultores, hortelãos, etc.).

A distribuição dos trabalhadores agrícolas e de enxada (trabalhadores não qualificados), pelas regiões fisiográficas do país, era, naquela época a seguinte:

Trabalhadores

Região Norte	230.857
Região Nordeste	2.693.877
Região Leste	3.088.830
Região Sul	2.774.545
Região Centro-Oeste	345.600
TOTAL	9.135.709

Embora não destacando os empregados agrícolas propriamente ditos de outros elementos dedicados à agricultura, silvicultura, pecuária e indústrias extrativas de origem animal e vegetal, podemos indicar a seguinte distribuição dos 10.253.870 de pessoas recenseadas em 1950:

Pessoas

Dedicados às grandes culturas (café, algodão, cana de açúcar e cacau)	2.180.577
Dedicados às culturas de cereais, leguminosas e sucedâneos	6.536.937
Dedicados à fruticultura	86.819
Dedicados à horticultura e floricultura	74.870
Dedicados à silvicultura	8.885
Dedicados à pecuária	358.998
Dedicados à avicultura, piscicultura, cunicultura, apicultura, e sericultura	5.444
Dedicados ao beneficiamento de produtos vegetais (algodão e fumo)	9.807
Dedicados ao beneficiamento da produção animal	108
Dedicados à atividades agropecuárias não especificadas	617.817
Dedicados à atividades não compreendidas nas classes anteriores ou mal definidas	672
Dedicados à extração de madeiras	66.955
Dedicados à produção de carvão vegetal	34.180
Dedicados à extração de frutos e sementes oleaginosas	24.204
Dedicados à extração de borracha	106.362
Dedicados à extração de fibras vegetais	5.181
Dedicados à extração de outros produtos de origem vegetal	14.579

Dedicados à caça	1.406
Dedicados à pesca	114.069

TOTAL 10.253.870

2 — Características dos empregados

Principais tipos de empregados agrícolas (isto é, individuais, companhias, fazendas, latifúndios, etc); média de empregados, principais tipos de trabalhos agrícolas (colheitas únicas ou múltiplas,

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo **ARTHUR TORRES FILHO**
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA CAMARA**
Diretor

Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART DA SILVEIRA**
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração :

General Justo, 171

Telefone : 42-2981

Caixa Postal : 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo :

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.": 7257

— SÃO PAULO —

mecanizadas ou não mecanizadas, etc; níveis de ganhos aproximados em dinheiro ou em espécie; sistemas de registros de listas.

RESPOSTAS

Em face da falta de elementos estatísticos só é possível responder, em parte, os itens acima.

Segundo o Censo de 1950, o quadro geral dos estabelecimentos agropecuários naquele ano, era o seguinte, de acordo com a qualidade dos responsáveis pela exploração dos imóveis:

Qualidade do responsável pela exploração	Número dos estabelecimentos agropecuários
Proprietários	1.550.720
Arrendatários	186.897
Ocupantes	207.795
Administradores	118.045
TOTAL	2.064.527

Ainda de acordo com o Censo de 1950, existiam naquela época, no país, 2.064.527 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área total de 233.705.474 hectares.

Percentualmente, era o seguinte o número de estabelecimentos agropecuários em relação aos limites de áreas:

Estabelecimentos com menos de 10 hectares	34,5%
Estabelecimentos com 10 a menos de 100 hectares de área	50,9%
Estab. com 100 a menos de 1.000 hectares	13,0%
Estab. com 1.000 a menos de 10.000 hectares	1,5%
Estab. com 10.000 e mais hectares	0,1%

Isto significa que 85,4% dos estabelecimentos agrícolas têm área inferior a 100 hectares. O inquérito realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, em 1952, revelou que em 1329 deles era usado a mecanização, o que representa uma proporção de 68% de municípios onde, na época, era utilizada a mecanização.

De acordo com o tipo de mecanização, o quadro geral em relação aos 1.930 informantes era, na época, o seguinte:

Municípios informantes	1.930
Usavam mecanização	1.329
Tração animal	1.054
Trator	38
Tração animal e trator	237

Em 1952 trabalhavam no Brasil 34.967 tratores e máquinas de terraplanagem. O pessoal empregado ocupado nos estabelecimentos agropecuários, era, excluindo os parceiros:

3.016.255 homens
717.258 mulheres
3.733.613 pessoas

Esses 3.733.613 empregados estavam assim distribuídos:

Em trabalho permanente	1.436.200
Em trabalho temporário	2.307.413

Acrescentando-se o número de parceiros recensados naquela época temos:

Empregados propriamente ditos	3.733.613
Parceiros	1.264.311

TOTAL 4.997.924

A distribuição dos parceiros de acordo com a residência:

Residente no estabelecimento	1.038.695
Não residentes	225.616

TOTAL 1.264.311

3 — Contratos de emprego

Natureza usual dos contratos de emprego na agricultura, duração normal (permanente, temporária, etc.), disposições relativas às férias e ao término do contrato, etc.

RESPOSTAS

No capítulo relativo à legislação regulamentando as condições do trabalho agrícola encontram-se respostas aos quesitos acima. Pela Consolidação das Leis Trabalhistas é assegurado um período de férias de 20 dias após um ano de trabalho, aos trabalhadores em geral, inclusive aos trabalhadores agrícolas, e além disso, o direito ao repouso semanal remunerado. No anteprojeto da Lei elaborada por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados, ainda em estudos no Congresso Nacional está previsto

- a — a instituição de uma Carteira do Trabalhador Rural, para pessoas maiores de 14 anos que trabalhem no meio rural.
- b — a duração da jornada do empregado rural correspondente a 8 horas por dia de trabalho, dando-se a necessária flexibilidade (aumento ou redução) conforme as exigências das atividades, desde que não excedam, em cada semestre, um número superior ao correspondente a 8 horas diárias de trabalho.
- c — que não havendo prazo estipulado a parte que desejar rescindir o contrato de trabalho (empregado ou empregador) deverá dar à outra um aviso prévio de 3 dias (no caso de diaristas e de 30 dias, nos outros casos).
- d — assegurar ao empregado após um ano de serviço, e caso não haja dado motivo para a cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização.

4 — Salários em dinheiro dos empregados agrícolas

Proporção dos salários correntemente pagos em dinheiro, base de tempo para fixar os salários em dinheiro (por horas, por dia, por mês, por temporada) e frequência do pagamento, disposição corrente ao salário mínimo; média dos salários em dinheiro percebidos por dia e por ano; diferenças nos salários pagos em dinheiro entre as diversas categorias de empregados agrícolas e regiões; comparações entre os salários urbanos e os salários agrícolas; ganhos em dinheiro percebidos pelos membros da família, à exceção do chefe; capacidade de economia dos empregados.

RESPOSTAS

A Consolidação das Leis do Trabalho estipula o salário mínimo a ser pago a todos os trabalhadores, inclusive aos rurais, conforme se pode verificar nas respostas ao presente questionário, na parte referente à regulamentação do trabalho agrícola.

São os seguintes os níveis de salário mínimo mensal em vigor, por força do Decreto 396.604-A, de 14-7-1956:

Regiões	Cr\$	Cr\$
1. ^a de	2.500,00	a 2.900,00
2. ^a " "	2.300,00	" 2.800,00
3. ^a " "	1.600,00	" 2.000,00
4. ^a " "	1.250,00	" 1.500,00
5. ^a " "	1.800,00	" 2.250,00

6. ^a	"	1.250,00	"	1.800,00
7. ^a	"	1.800,00	"	2.200,00
8. ^a	"	2.000,00	"	2.700,00
9. ^a	"	2.000,00	"	2.300,00
10. ^a	"	2.000,00	"	2.200,00
11. ^a	"	2.000,00	"	2.700,00
12. ^a	"	2.500,00	"	2.800,00
13. ^a	"	3.200,00	"	3.500,00
14. ^a	"	3.200,00	"	3.500,00
15. ^a	"	2.300,00	"	2.700,00
16. ^a	"	2.000,00	"	2.400,00
17. ^a	"	2.900,00	"	3.100,00
18. ^a	"	2.850,00	"	3.300,00
19. ^a	"	1.800,00	"	2.400,00
20. ^a	"	1.700,00	"	2.300,00
21. ^a	"	3.800,00	"	
22. ^a	"	2.900,00	"	

Conforme se verifica, o salário mínimo varia de acordo com as regiões, de Cr\$ 1.250,00 até Cr\$ 3.800,00, por mês.

Para efeito do cálculo do salário mínimo horário o mês é considerado de 30 dias e o dia de 8 horas, isto é o salário mínimo horário é o quociente da divisão do salário mínimo mensal por 240.

Podemos informar que:

- o salário mínimo diário varia, de acordo com as regiões, de Cr\$ 41,67 até Cr\$ 126,67;
- o salário mínimo horário varia de acordo com as regiões, de Cr\$ 5,21 até Cr\$ 15,83.

Quando o empregador fornece utilidades ao empregado podem ser feitas, sobre o salário mínimo mensal desconto de até 70% no total, para efeito de:

- alimentação
- habitação
- vestuário
- higiene
- transporte.

Os descontos para cada uma dessas utilidades apresentam, nas diversas regiões, as seguintes variações sobre o salário mínimo:

- para alimentação, de 39 a 63%
- para habitação de 12 a 33%
- para vestuário de 8 a 25%
- para higiene de 4 a 9%
- para transporte de 1 a 6%.

5 — Salários em espécie

Proporção e valor dos salários percebidos em espécie; tipos correntes de salários em espécie; Exemplo: alojamento, manutenção, mercadorias, serviços, participação nos produtos, utilização das terras, etc.

RESPOSTAS

Baseados nos inquéritos realizados em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária, podemos dizer que em 1750 municípios informantes, 1.345 usavam o sistema de pagamento em dinheiro, e, em apenas 407 (cerca de 23% dos mesmos) era usado o pagamento parte em dinheiro e parte em espécie, conforme demonstram os dados abaixo:

Municípios

Pagamento aos trabalhadores agrícolas em dinheiro e alimentação	309
Em dinheiro com casa	77
Outras formas de pagamentos	21

6 — Normas de emprego

UM FILTRO AFAMADO NO MUNDO INTEIRO

Água rigorosamente pura



Com 2, 3 e 4 velas

Fabricadas pelo

Processo Esterilizante
SENU

Informações: FABRICA — Rua Figueira, 237

RESPOSTAS

Não dispomos de elementos para responder, com precisão aos quesitos tais como estão formulados. Em outros itens do presente questionário encontram-se elementos que, em parte, elucidam o mesmo.

Somente em parte podemos esclarecer os itens acima. Relativamente à variação da população do país em 10 anos (1940-1950) foi o seguinte o aumento verificado e as suas respectivas porcentagens, segundo "As migrações interiores no Brasil", de E. Timoteo de Baun:

Quadros	Números absolutos	Porcentagens
Urbanos	3.790.000	41,5%
Suburbanos	2.140.000	58,3%
Rurais	4.917.000	17,4%
TOTAL	10.862.000	26,4%

Conforme se verifica, o aumento da população rural foi apenas de 17,4% no referido período, isto é, menos duas vezes e meia que o da população urbana e mais do que três vezes menos que o da população suburbana.

O inquérito realizado em 1952 pela C. N. F. A. revelou:

- que uma das causas da maior corrente emigratória é a referente aos salários. Nota-se um intenso movimento migratório dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Estados do Nordeste, para São Paulo e Paraná, onde os salários são maiores;

- b) — que em 70% dos municípios submetidos ao inquérito (1.445 entre 1.875) verificou-se crise de mão de obra rural com a saída de trabalhadores agrícolas para outras regiões;
- c) — que os trabalhadores agrícolas quando emigram vão de preferência para a região sul. De 894 municípios que, nas regiões do Nordeste e Leste acusavam saída de trabalhadores agrícolas, 548 indicavam como destino dos mesmos o sul, e, apenas, 93, os municípios vizinhos.

Como justificativa de que o salário constitui uma das mais fortes razões das migrações dos trabalhadores rurais está no fato de que 1.445

municípios que responderam ao inquérito da C. N. P. A., 1.007 deles acusavam como causa da saída, o salário baixo. Outras razões que influem também, em maior escala, nas migrações de trabalhadores rurais são:

- a) — a seca, nos Estados do Nordeste;
- b) — a má qualidade das terras;
- c) — os preços dos produtos agrícolas.

Só em São Paulo, entraram em 1952, emigrantes provenientes da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe, Paraíba, Piauí, etc. num total de 252.808 pessoas. Para que se tenha uma idéia da variação da população no período de 1940 a 50 transcreveremos o quadro abaixo.

DIFERENÇA ENTRE AS IMIGRAÇÕES E AS MIGRAÇÕES

Quadro das zonas	Interiores	Exteriores	Aumento de 1940 a 1950
Urbanas	1.820.000	40.000	3.799.000
Suburbanas	923.000	12.000	2.146.000
Rurais	2.743.000	60.000	4.197.000
BRASIL	—	112.000	10.862.000

7 — Alojamento dos empregados

Vivendas de empregados e suas famílias (isto é, separadas, em comunidade, na propriedade ou fora dela); proporção de mercadorias compradas com dinheiro, feitas em casa ou derivadas do emprego; níveis de vida típicos (subsistência, nível algo melhor, nível confortável, etc.).

RESPOSTAS

De acordo com um inquérito municipal feito em 1952 pela Comissão Nacional de Política Agrária, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foram obtidos os seguintes níveis de vida entre os trabalhadores rurais assalariados relativamente à habitação, ali-

mentação, saúde, vestuário, e rendas econômicas, classificadas em excelente, bom e pobre.

Conforme se verifica, em cerca de 86% dos municípios informantes, o nível de vida dos trabalhadores rurais assalariados foi classificado como pobre.

Em aproximadamente 82% dos municípios informantes, o nível de vida dos trabalhadores agrícolas assalariados, relativamente à saúde, foi considerado pobre.

Conforme se verifica adiante, em cerca de 97% dos municípios informantes, foi considerado pobre quanto ao vestuário o nível de vida dos trabalhadores rurais assalariados.

MUNICIPIOS INFORMANTES — FORMAS DE PAGAMENTOS

REGIÕES FISIOGRAFICAS	Só em dinheiro	Em dinheiro e alimentação	Dinheiro e casa	Outras formas	Total
Norte	58	26	4	7	95
Nordeste	308	85	13	6	412
Leste	528	101	33	2	664
Sul	449	97	27	6	579
Centro-Oeste	—	—	—	—	—
TOTAIS	1.343	369	77	21	1.750

Os dados adiante transcritos revelam que em aproximadamente 98% dos municípios o nível de vida dos trabalhadores rurais, assalariados, foi considerado pobre com relação às rendas ou economias.

Relativamente às formas de pagamento aos trabalhadores agrícolas assalariados, são frequentes as seguintes formas:

- a) — só em dinheiro;
- b) — em dinheiro e alimentação;
- c) — em dinheiro com casa;

O inquérito realizado em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária revelou os dados adiante transcritos.

Conforme se verifica, a predominância é o

pagamento em dinheiro (em 1.750 municípios é o modo de pagamento adotado em 1.343) seguindo-se logo depois a forma de pagamento adotada em dinheiro e alimentação (é a forma adotada em 369 dos 1.750 municípios informantes).

C — ARRENDATÁRIOS AGRICOLAS

1 — Generalidades

Número, proporção e distribuição geográfica das pessoas que trabalham como arrendatárias de proprietários agrícolas; classificação por colheitas principais e tipos de agricultura; distribuição por categorias principais dos arrendatários (por exemplo, arrendatários que pagam em dinheiro, meeiros, parceiros, participantes das colheitas, colonos, inquilinos, etc.).

REGIÕES FISIOGRAFICAS	NÍVEIS DE VIDA QUANTO A HABITAÇÃO			N.º de Municípios informantes
	Excelente	Bom	Pobre	
<i>Zonas</i>				
Norte	—	2	92	94
Nordeste	—	11	383	394
Leste	—	10	614	624
Sul	—	45	528	573
Centro-Oeste	—	2	107	109
TOTAIS	0	70	1.724	1.984

Regiões Fisiográficas	NÍVEIS DE VIDA QUANTO A ALIMENTAÇÃO			N.º de Municípios informantes
	Excelente	Bom	Pobre	
<i>Zonas</i>				
Norte	0	21	71	92
Nordeste	4	63	326	393
Leste	1	80	539	620
Sul	2	151	416	589
Centro-Oeste	0	13	97	110
TOTAIS	7	328	1.449	1.784

REGIÕES FISIOGRAFICAS	NÍVEIS DE VIDA QUANTO AO VESTUÁRIO			N.º de Municípios informantes
	Excelente	Bom	Pobre	
<i>Zonas</i>				
Norte	0	2	90	92
Nordeste	0	8	383	391
Leste	0	5	617	622
Sul	0	28	543	571
Centro-Oeste	0	4	106	110
TOTAIS	0	47	1.739	1.786

REGIÕES FISIOGRAFICAS	NÍVEIS DE VIDA QUANTO À RENDAS OU ECONOMIAS			N.º de Municípios informantes
	Excelente	Bom	Pobre	
<i>Zonas</i>				
Norte	0	1	93	94
Nordeste	0	10	382	392
Leste	0	8	614	622
Sul	0	23	548	571
Centro-Oeste	0	2	108	110
TOTAIS	0	44	1.745	1.789

(Continúa no próximo número)

(Conclusão da pág. 13)

979.000 quilos no valor de Cr\$ 9.602.500,00; Bahia, 3 municípios, 841.600 quilos, no valor de Cr\$ 6.682.100,00; Ceará, 11 municípios, 247.780 quilos no valor de Cr\$ 1.448.965,00 e Pará, 3 municípios, 134.660 quilos no valor de Cr\$ 1.333.762,00. A indústria da gordura do babaçu para alimentação desenvolve-se, principalmente, no Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Distrito Federal. O babaçu é muito útil. Não deve ser destruído e sim, se necessário, desbastado, como, por exemplo, quando ocorre nos campos de criação,

(Conclusão da 24)

dicais do mesmo grau, na mesma seção econômica de modo que entre cada grau, a começar do primeiro, medeie espaço de tempo entre sessenta e noventa dias na contribuição dos respectivos órgãos dirigentes;

8 — que, para a instauração de dissídios coletivos de trabalho, seja fixado em "quorum" ponderável e expressivo da categoria, cabendo ser obrigatório a presença de um representante do ministério Público do Trabalho nas

Assembléias para tal fim convocadas;

- 9 — que se apliquem às condenações coletivas de trabalho as normas recomendadas no item anterior com relação aos dissídios coletivos do trabalho;
- 10 — que o problema da organização sindical rural, no seu modo de ver, deve ser da órbita do Ministério da Agricultura, atribuindo-se aos organismos mais existentes a investidura sindical específica.

LAVOURA DO DISTRITO FEDERAL

Reconhecida pelo ministro da Agricultura, a Associação Rural de Santa Eugênia, no Sertão Carioca — Outros reconhecimentos aguardando o despacho ministerial — Demarcação das áreas territoriais das entidades rurais do Distrito Federal — Violências praticadas contra lavradores indefesos e as providências da S.N.A. junto às autoridades competentes — Preços de forragens da Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá — Distribuição das cotas de resíduos de trigo referente aos meses de fevereiro e março — Discurso do Presidente da Cooperativa dos Agricultores e Criadores da Ilha de Guaratiba sobre a escassês de alimentação para os plantéis. Outras notas

ESCASSES DE ALIMENTAÇÃO PARA OS PLANTEIS

Conforme noticiamos em nosso último número, efetuou-se no dia 5 de fevereiro próximo passado, o encontro aprazado entre a classe agrícola do Distrito Federal e o Cel. Frederico Mindello, Presidente da COFAP. O assunto da referida reunião foi o grave problema da escassês dos resíduos de trigo.

Transcrevemos a seguir o pronunciamento do companheiro Walter de Castro, Presidente da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, em defesa dos interesses da classe. —

Snr. Presidente ou Representantes da COFAP:

Coronel Frederico Mindello.

De há muito almejávamos, nós que representamos os ruralistas do D. Federal, por esta oportunidade que, infelizmente, só agora se realiza de um contacto direto com V. S. para, num verdadeiro tete a tete, expormos a angústia em que vivemos de algum tempo a esta parte, especialmente pela falta dos resíduos de trigo.

Sabe bem V. S. que no D. Federal as atividades hortograngerias são exercitadas em pequenas áreas devido ao alto custo da terra e do capital necessários a investimentos e trabalho que propicie a produção dos chamados bens de consumo.

Assim sendo as granjas e os sítios não podem ser autosuficientes na produção dos alimentos das aves e dos animais que, ou são a base das suas atividades agro-pastoris, ou as suplementam e tanto isto é verdade que o Governo da República ao enviar ao Congresso Nacional o projeto de Lei que criou a COFAP, estabeleceu expressa e in-

confundivelmente no seu artigo 7.º alínea H.

E' evidente e não há forma de negar, que o Executivo propondo e um Legislativo aprovando como proposto foi, teve em vista prestigiar, dar força, incentivar o regime Cooperativista que desde sua implantação no Brasil tem vivido de falsas promessas e abandono quase integral.

Mas, Sr. Presidente, o que vimos no setor de resíduo, após a criação da Cofap, foi o seguinte: até o seu advento, só fabricavam rações balanceadas além de alguns moinhos, as Cooperativas, algumas associações rurais e poucos criadores; e após a criação da COFAP proliferaram pseudas fábricas de rações balanceadas, as quais vieram prejudicar, ferindo de morte as Cooperativas e associações rurais. Peço a atenção de V. S. para o seguinte fato: em quanto em a nossa Cooperativa um saco de balanceado para suínos custava Cr\$ 68,00, nas fábricas de rações custava Cr\$ 170,00 e Cr\$ 200,00 e não se sabe a sua composição, mas o preço sabemos de ante-mão e as notas que trago comprovam o que alego.

Peço, então, a licença a V. S. para uma pergunta inocente talvez:

Como é possível baratear a produção desta forma? Será que o governo da República está mesmo interessado em produção abundante e barata? Só V. S. como representante do governo poderá responder com segurança.

Ao que estamos informados, a COFAP possuía em outros tempos, um conselho técnico o qual por solicitação do Presidente de então da COFAP, após acurados estudos elaborou, um anteprojecto de portaria regulando a distribuição de resíduos. E por um passo de mágica este

projeto foi despresado e elaborado outro em plenário por leigos no assunto, enquanto que o primitivo fóra estudado por técnicos do mais alto quilate.

Estamos certos que a preocupação do Presidente da COFAP e do Governo é acertar. E é por isto que damos a esta nossa arrazoado um pouco de conclusão que outro fim não tem senão levar à pauta dos assuntos que interessam vivamente, a presidência da COFAP este caso que para nós é vital.

Se não nos trai a memória, há Lei estabelecendo serem as Cooperativas órgãos de cooperação governamental. Mas nem assim nos é dado saber como é feita a distribuição pelo setor competente da COFAP. Não sabemos por que motivo recebemos uma quota infima de resíduo in-natura tardiamente e só depois que os órgãos governamentais as fábricas de balanceados e outros órgãos recebem as suas quotas, isto é, somos supridos pelas sobras, e as quotas não são indicadas para o moinho que está em falta, de resíduos, este fato nos obriga a comprar as rações preparadas por preços exorbitantes a fim de suprir os nossos cooperados que alegam baixa qualidade nos balanceados adquiridos. E não temos por onde fugir: ou compramos caro, sabendo que estamos pagando mais do que vale, ou perdemos os nossos plantéis.

Esta nossa atitude decorre das responsabilidades que temos com os nossos cooperados que nos investiram de poderes de representação, e também pela preocupação de levar ao vosso conhecimento com sinceridade, sem rebuços, a aflição em que vivemos.

Em, 5 de fevereiro de 1957.

Ata da 15.ª reunião ordinária, semanal, do Departamento das Associações Ru-



SAL DE MACAU

TODOS OS TIPOS PARA TODOS OS FINS



ITA O MELHOR
SAL DE
COZINHA E PARA
SALGA DE MANTEIGA



CONDOR
FINÍSSIMO SAL
— PARA MESA —



Henrique Lage Comércio e Indústria S. A.

Av. Graça Aranha, 226-8.º andar — Telefone : 52-8168

Telegramas : Lage — RIO DE JANEIRO — CAIXA POSTAL, 1032

rais do Distrito Federal, realizada em 5 de fevereiro de 1957, sob a presidência do Sr. Flávio da Costa Britto.

Os trabalhos dessa reunião, foram realizados no auditório da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, em virtude de um encontro apazado, pelos representantes da lavoura do Distrito Federal, com o Cel. Frederico Mindêllo, Presidente da COFAP, a fim de ser debatido o problema da escassa distribuição de resíduos de trigo para as organizações rurais que integram o DARDIF. — Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente explicou as finalidades daquela reunião e convidou para fazerem parte da mesa os Srs.: Luiz Marques Poliano, Secretário Geral da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA; Abel de Almeida, representante da Classe no Conselho Regional do Serviço Social Rural. Depois de lida, discutida e aprovada a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente comunicou à Casa que, dentro de alguns instantes, estaria ali o Cel. Mindêllo que aceitara o convite formulado pela Classe. Precisamente às 17 horas e 30 minutos deu entrada no auditório o Presiden-

te da COFAP e que se fazia acompanhar do Sr. Pelayo Vidal Martins, assistente técnico daquele órgão. Todo o vasto auditório se achava literalmente cheia, contando-se a presença de duas centenas de lavradores, presidentes de organizações rurais e jornalistas. O Sr. Flávio de Britto, depois de apresentar àquela autoridade aos presentes, convidou a mesma a tomar assento à cadeira da Presidência. O Cel. Mindêllo apresentou escusas pela demora e se pôs à disposição de todos os presentes a fim de ouvi-los em suas queixas e reclamações no que toca aos diversos assuntos de interligação entre os lavradores e a COFAP. — O Sr. Walter de Castro, presidente da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, obtendo o uso da palavra, leu as reivindicações dos associados daquela entidade, sobre a escassez dos resíduos de trigo. Seguiram-se na tribuna os companheiros Jonas Passos, Antônio Tennyson Garcez e outros, que externaram ao Presidente da COFAP, a dramática situação dos produtores do Distrito Federal, ante a escassez de resíduos que lhes são atribuídas, muitas delas constituindo

verdadeiras sobras das fábricas de rações. O Cel. Mindêllo, à proporção que ia sendo informado, consultava ao Sr. Pelayo Vidal, seu assessor, que respondia prontamente as reclamações formuladas. O Presidente da COFAP, tomando a palavra, esclareceu que a questão do resíduo de trigo dependia, atualmente, mais da justiça do que propriamente da COFAP, pois, ultimamente, os moinhos tiveram ganho de causa numa ação impetrada para que lhes fosse assegurada 50% da produção das moagens. Insistiu em frizar que a escassez era geral e que para atenuar esta situação a COFAP não só iria proceder a estudos para as futuras distribuições de quotas, como também, iria importar milho e resíduos. Consultou aos presentes sobre os preços mínimos para aquisição do produto importado. Fez uso da palavra em seguida, o Major Acacio Gonçalves da Silva que propôs uma distribuição dentro do espírito da Portaria 74, com prioridade para avicultura, deixando as fábricas de resíduos para abastecimento posterior. Falou ainda abordando aspectos do cooperativismo, o representante da Cooperativa

da Leopoldina. — As 20 horas foi encerrada a sessão com palavras de agradecimento do Sr. Flavio da Costa Britto, ao comparecimento do Cel. Frederico Mindello, a fim de trocar ideias com os lavradores do Distrito Federal, sendo marcada nova reunião para o próximo dia 12 de fevereiro do corrente ano.

Ata da 16.^a reunião ordinária, semanal, do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizada em 12 de fevereiro de 1957, sob a presidência do Sr. Flavio da Costa Britto.

Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente fez ler a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem alterações. A seguir o Sr. Presidente fez a apresentação do Professor Adamastor Lima, Presidente Regional do Serviço Social Rural, agradecendo a presença do ilustre professor, o qual falou em seguida do seu prazer em presenciar uma reunião do DARDIF. A seguir falou o Sr. Pelayo Vidal, o qual participou que a COFAP havia atendido ao pedido de cimento formulado por algumas entidades filiadas; explicou, outrossim, fornecendo uma cópia do original, o critério adotado na distribuição dos resíduos de trigo, bem como declarou ser inteiramente errônea a declaração do Sr. Jonas Passos, segundo o qual uma só fábrica de rações havia recebido 4.000 sacos de trigo, bem como da improcedência das declarações do Sr. Abel de Almeida, que afirmou ter o Distrito Federal recebido somente 2% da produção nacional de resíduos de trigo. Contestando o Sr. Abel de Almeida, disse ter o orador se equivocado, pois somente a quota do DARDIF atingia a 2% da referida produção, salientando também que seu ponto de vista era de que fosse respeitada a prioridade na distribuição, sendo então o restante entregue às fábricas de rações. — Pela ordem falou o Presidente da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, Sr. Walter, o qual comunicou que associados da Associação dos Avicultores vendiam rações no câmbio negro, propondo outrossim fosse exercida uma fiscalização rigorosa, por parte da COFAP, para eliminar essas irregularidades; esta proposta, mais tarde, devido a contra-indicações, foi por si retirada de votação. — Voltando a palavra, o Sr. Pelayo Vidal afirmou que a dificuldade na obtenção do resí-

duo de trigo era, também, pela grande procura que existe para o referido produto, por ser esse mais barato que os similares. Pedindo a palavra o Sr. Abel de Almeida solicitou fossem tomadas medidas, tanto por parte do Ministério da Agricultura como pela P. D. F. no sentido de ser debelada a praga que se alastra em toda as regiões produtoras de laranja

no Distrito Federal. — Tomando a palavra o Sr. Luiz Marques Poilano, Secretário Geral da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, salientou a conduta da mesma que exigia fossem esclarecidas tais denúncias como a feita pelo representante da Cooperativa da Ilha de Guaratiba, declarando que a SOCIEDADE jamais admitiria tal comércio, sendo a primeira

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE MARÇO DE 1957
Cota do D. A. R. D. I. F.

Cooperativa	dos Agric. Criads. de Jacarêpaguá	486 scs.
"	de Avicultura Doméstica de Jacarêpaguá	510 scs.
"	Agrícola de Bangü	250 scs.
"	Agrícola de Bangü	250 scs.
"	dos Agrics. Criads. de Campo Grande	200 scs.
"	dos Agrics. Criads. de Irajá	250 scs.
"	dos Agrics. Criads. de Guaratiba	165 scs.
"	dos Agrics. Criads. da Ilha de Guaratiba	180 scs.
"	dos Agrics. Criads. de Mato Alto	180 scs.
"	dos Lavrads. e Criads. da Zona Rural	136 scs.
"	Mixta Agro-Pec. de Santa Cruz	170 scs.
"	dos Bandeirantes	84 scs.
"	dos Avics. de Benfica	220 scs.
"	dos Avics. de Santa Cruz	146 scs.
"	dos Agrics. Sertão de Jacarêpaguá-Guaratiba	104 scs.
"	Mixta Agro-Pec. de Kosmos	160 scs.
Associação	Lavradores da Faz. de Coqueiros	180 scs.
"	Agrícola de Jacarêpaguá	106 scs.
"	Rural do Realengo	200 scs.
"	Rural do Viêgas	140 scs.
"	Rural de Santa Eugênia	124 scs.
"	Rural de Santa Eugênia	124 scs.
"	Rural dos Palmares	260 scs.
"	Rural do Rio da Prata	215 scs.
Intendência	Agrícola da Cachamorra	134 scs.
Sociedade	União dos Agricultores	200 scs.
Sociedade	Nacional de Agricultura	200 scs.
TOTAL		5.000 scs.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE MARÇO DE 1957
Cota da P. D. F.

Cooperativa	dos Agricultores e Criadores de Jacarêpaguá	- cancelada
"	de Avicultura Doméstica de Jacarêpaguá	400 scs.
"	Agrícola de Bangü	200 scs.
"	dos Agrics. Criads. de Campo Grande	230 scs.
"	dos Agrics. Criads. de Irajá	350 scs.
"	dos Agrics. Criads. de Guaratiba	250 scs.
"	dos Agrics. Criads. da Ilha de Guaratiba	440 scs.
"	dos Agrics. Criads. de Mato Alto	180 scs.
"	dos Lavrads. e Criads. da Zona Rural	150 scs.
"	Mixta Agro-Pec. de Santa Cruz	300 scs.
"	dos Bandeirantes	140 scs.
"	dos Avics. de Benfica	250 scs.
"	dos Avics. de Santa Cruz	200 scs.
"	dos Agrics. Sertão de Jacarêpaguá-Guaratiba	250 scs.
"	Mixta Agro-Pec. de Kosmos	150 scs.
Associação	Lavradores da Faz. Coqueiros	200 scs.
"	Agrícola de Jacarêpaguá	150 scs.
"	Rural do Realengo	250 scs.
"	Rural do Viêgas	cancelada
"	Rural de Santa Eugênia	cancelada
"	Rural dos Palmares	250 scs.
"	Rural do Rio da Prata	400 scs.
Intendência	Agrícola da Cachamorra	150 scs.
Sociedade	União dos Agricultores	150 scs.
TOTAL		5.000 scs.

a tomar providências contra a sua existência. — A seguir o representante da Cooperativa Mixta de Santa Cruz indagou se ainda existia a FARDIF, sendo esclarecido, pelo Sr. Presidente, da transformação daquela entidade para a órbita da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA como o seu Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal — (DARDIF). Em seguida o Sr. Presidente pôs em votação se as reuniões do DARDIF deveriam ser efetuadas em separado às da UCODIF, proposta essa que foi aprovada. Foi discutida então a situação da Cooperativa de Lavradores e Criadores da Zona Rural Ltda., ficando decidido ser aguardada uma solução por parte do Serviço de Economia Rural. — As 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a sessão, falando antes o Professor Adamastor Lima, o qual agradeceu o convite para que ele comparecesse a estas reuniões onde, com o máximo prazer, pode constatar a eficiência das mesmas, prometendo sempre que possível, comparecer antes do encerramento, o Sr. Presidente marcou nova reunião para o próximo dia 19 de fevereiro do corrente ano.

Ata da 17.^a reunião ordinamento das Associações Rurais do Distrito Federal, realizada em 19 de fevereiro de 1957, sob a Presidência do Sr. Flavio da Costa Britto. —

A esta reunião esteve também presente o Professor Adamastor Lima, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural. — Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente determinou a leitura da ata da reunião anterior, a qual sofreu as seguintes modificações: o Sr. Pelayo Vidal afirmou que, quando da reunião com o Cel. Frederico Mindello, afirmou que o DARDIF havia recebido 2% da produção total de resíduos de trigo e que na ocasião mostrou aos presentes um quadro demonstrativo da distribuição geral de resíduos, o qual mostrava que os resíduos haviam sido distribuídos para Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, cabendo a este último 37,25% da distribuição total; outra modificação é que por ocasião em que o Sr. Jonas Passos afirmou ter uma só fábrica de rações recebido

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1957

Cota da P. D. F.

Cooperativa	dos Agrícs. Criads. de Jacarépaguá - cancelada	350 scs.
"	de Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	170 scs.
"	Agrícola de Bangú	200 scs.
"	dos Agrícs. Criads. de Campo Grande	300 scs.
"	dos Agrícs. Criads. de Irajá	200 scs.
"	Agrícs. Criads. de Guaratiba	350 scs.
"	dos Agrícs. Criads. da Ilha de Guaratiba	150 scs.
"	dos Agrícs. Criads. de Mato Alto	100 scs.
"	dos Lavrad. Criads. da Zona Rural	250 scs.
"	Mixta Agro-Pec. de Santa Cruz	100 scs.
"	dos Bandeirantes	200 scs.
"	dos Avícs. de Benfica	150 scs.
"	dos Avícs. de Santa Cruz	200 scs.
"	dos Agrícs. Sertão de Jacarépaguá-Guaratiba	200 scs.
"	Mixta Agro-Pec. de Kosmos	150 scs.
Associação	Lavradores da Fazenda Coqueiros	100 scs.
"	Agrícola de Jacarépaguá	200 scs.
"	Rural do Realengo	cancelada
"	Rural do Viégas	cancelada
"	Rural de Santa Eugênia	200 scs.
"	Rural dos Palmares	100 scs.
Intendência	Agrícola da Cachamorra	330 scs.
"	Rural do Rio da Prata	100 scs.
Sociedade	União dos Agricultores	4.000 scs.
TOTAL GERAL		4.000 scs.

MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESÍDUOS DE TRIGO DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1957

Cota do D. A. R. D. I. F.

Cooperativa	dos Agrícs. Criads. de Jacarépaguá	320 scs.
"	de Avicultura Doméstica de Jacarépaguá	200 scs.
"	Agrícola de Bangú Ltda.	200 scs.
"	dos Agrícs. Criads. de Campo Grande	200 scs.
"	dos Agrícs. Criads. de Irajá	220 scs.
"	dos Agrícs. Criads. de Guaratiba	160 scs.
"	dos Agrícs. Criads. da Ilha de Guaratiba	160 scs.
"	dos Agrícs. Criads. de Mato Alto	80 scs.
"	dos Lavrad. Criads. da Zona Rural Ltda.	160 scs.
"	Mixta Agro-Pec. de Santa Cruz	80 scs.
"	dos Bandeirantes	320 scs.
"	dos Avícs. de Benfica	140 scs.
"	dos Avícs. de Santa Cruz	120 scs.
"	dos Agrícs. Sertão de Jacarépaguá-Guaratiba	160 scs.
"	Mixta Agro-Pec. de Kosmos	160 scs.
Associação	Lavradores da Fazenda Coqueiros	80 scs.
"	Agrícola de Jacarépaguá	160 scs.
"	Rural do Realengo	80 scs.
"	Rural de Viégas	110 scs.
"	Rural de Santa Eugênia	170 scs.
"	Rural dos Palmares	160 scs.
"	Rural do Rio da Prata	100 scs.
Intendência	Agrícola da Cachamorra	140 scs.
Sociedade	União dos Agricultores	4.000 scs.
TOTAL GERAL		4.000 scs.

4.000 sacos de resíduos, foi exibida uma ficha de controle da distribuição geral, na qual constava ter a referida organização recebido somente 400 sacos. — Pedindo a palavra o Sr. Abel de Almeida falou sobre a fiscalização excessivamente rigorosa por parte do Serviço de Economia Rural, ao mesmo tempo propunha ser convidado a comparecer a uma das reuniões do

DARDIF o Dr. Guimarães, o qual explicaria o critério adotado no referido controle. A seguir, o Srs. Pelayo Vidal e Francisco de Moraes propuseram fosse enviado ofício ao Cel. Frederico Mindello, expondo o ponto de vista do DARDIF sobre como deverá ser distribuído os resíduos de trigo, se in natura ou já balanceado. — Retomando a palavra o Sr. Abel de Almeida

propôs fosse exigido o cumprimento da portaria 74 ou liberado o preço do resíduo de trigo. — A seguir, inquirido por alguns dos presentes, falou o Sr. Pelayo Vidal sobre irregularidades na distribuição dos resíduos de trigo, afirmando já terem sido fechadas 3 fábricas de rações balanceadas, devido a irregularidades constatadas. — Pela ordem o Sr. Francisco de Moraes pede esclarecimentos sobre as delimitações das áreas territoriais das associações rurais, ficando o assunto a ser esclarecido oportuna e amplamente, devido a não ter sido apresentado o estudo a respeito, pelos Srs. Abel de Almeida e Antonio Correia da Silva. — As 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião marcando outra para o dia 26 de fevereiro próximo.

Ata da 18.ª reunião ordinária, semanal, do Departamento das Associações

Rurais do Distrito Federal, realizada em 26 de fevereiro de 1957, sob a Presidência do Sr. Flavio da Costa Britto.

Esteve presente a essa reunião o Professor Adamastor Lima, Presidente do Conselho Regional do Serviço Social Rural. — Abrindo os trabalhos o Sr. Presidente determinou a leitura da ata anterior, a qual foi aprovada sem alterações. — Pedindo a palavra, inicialmente, o Sr. Francisco de Moraes pediu explicações sobre a atitude assumida pelo Sr. Major Acacio Gonçalves da Silva, Presidente da Cooperativa dos Avicultores de Benfica, em relação ao caso dos resíduos de trigo, pedindo uma definição por parte do referido Sr. sobre, se estava a favor do cumprimento da portaria 74 ou desejava a liberação do preço deste sub-produto. Tomando a palavra o Sr. Pelayo Vidal declarou já ser do conhecimento geral o desejo do Ma-

jor Acacio, por haver ele declarado publicamente, em uma reunião da CEAN, ser a favor da portaria 74. — Em seguida foi abordado o caso da distribuição de triguilho, ficando assentado que a próxima quota será distribuída entre as organizações que não o perceberam neste primeiro rateio. A seguir foi esclarecido aos presentes que a quota de resíduos para o presente mês será de 8.000 sacos, 4.000 pelo DARDIF e outro pela P. D. F. — Em seguida foi sugerido ao Sr. Presidente uma obediência mais rigorosa ao horário das reuniões, bem como serem discutidos, nas mesmas, somente assuntos do interesse geral e não discussões vagas. A sugestão foi muito bem recebida pelo Sr. Presidente, o qual prometeu tomar providências para o bom andamento das reuniões. — As 17 e 30 horas, nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente deu como encerrada a sessão, marcando outra para o próximo dia 19 de março de 1957. —

NOVOS PREÇOS DE FORRAGEM DA COOPERATIVA DOS AGRICULTORES E CRIADORES DE JACAREPAGUÁ

Ingredientes	Vitaminas	FORRAGENS		e Sulfas	Varejo
		Antibióticos			
Aveia Chil. grão	saco — 60 Kg.	12,00	720,00	Kg.	12,50
Aveia Chil. moída	" — 50 "	13,00	650,00	Kg.	13,50
Farinha de Alfafa	" — 25 "	6,00	150,00	Kg.	6,30
" de Carne 50/55% P.	" — 60 "	6,60	396,00	Kg.	6,90
" de " 55/60% P.	" — 60 "	8,00	480,00	Kg.	8,40
" de Fígado 70% P.	" — 50 "	15,00	750,00	Kg.	15,60
" de Leite (em pó)	" — 35 "	28,00	980,00	Kg.	29,00
" de Ossos	" — 60 "	3,60	216,00	Kg.	3,80
" de Ostras	" — 40 "	1,00	40,00	Kg.	1,20
" de Peixe 56% P.	" — 50 "	7,60	380,00	Kg.	8,00
" de Soja 50% P.	" — 40 "	7,00	280,00	Kg.	7,40
Fubá Fino	" — 50 "	6,20	310,00	Kg.	6,50
" Grosso	" — 45 "	5,20	218,40	Kg.	5,50
Milho em grão (do Norte)	" — 60 "	5,50	330,00	Kg.	5,80
" Picado	" — 50 "	6,20	310,00	Kg.	6,50
" Quirera	" — 50 "	6,40	320,00	Kg.	6,70
Ostra média	" — 40 "	1,00	40,00	Kg.	1,20
Sal fino	" — 60 "	3,00	180,00	Kg.	3,20
" grosso	" — 60 "	2,90	176,00	Kg.	3,10
Farelo de Amendoim	" — 45 "	6,60	297,00	Kg.	7,00
Avinol	Barrica — 50 "	115,00	5.750,00	Kg.	120,00
Riboflavina	Vidro — ½ "		2.750,00	Grama	6,00
Sulfato Manganez	Saco — 50 "	18,00	900,00	Kg.	20,00
Oleo Fígado de Caçao	Lata — 18 "	18,00	1.188,00	Lt. 1 "g.	70,00
Terramicina 3 — 3	Tambor — 50 "	120,00	6.000,00	Kg.	130,00
" T. M: 10	Tambor — 50 "	250,00	12.500,00	Kg.	270,00
Antibiót. Squib SM 19	Cx. — 20 "	150,00	3.000,00	Kg.	160,00
Nicrazin	Vidro — ½ "		450,00	Grama	1,20
Sulfaquinoxaline p/ ração	Pacote — ½ "		450,00	Grama	1,85
Sulfaq. p/ água	Pacote — ½ "		350,00	Grama	0,80

1897 — 1957

"A LAVOURA", 60 anos a serviço da
Agricultura do Brasil

Ofício da S. N. A. ao vereador Osmar Rezende comunicando as violências praticadas contra lavradores indefesos da Fazenda da Pedra, filiados a Associação Rural de Santa Eugênia

Ilmo. Sr. Vereador
Osmar Rezende
Câmara Municipal do Distrito Federal

Comunicamos a V. S. que na reunião do dia 2 de abril próximo opassado, do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, foi aprovado ser levado ao conhecimento de V. S. para as necessárias providências junto as autoridades municipais, dos graves acontecimentos ocorridos na Fazenda da Pedra, Santa Eugênia, onde humildes e indefesos lavradores foram violentamente despejados de seus ranchos, havendo os agentes da violência devastado a lavoura ali existente, de tanta utilidade para o abastecimento do Distrito Federal.

Para melhor informar dos acontecimentos, anexamos o texto do telegrama dirigido pela SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA ao Excelentíssimo Sr. Embaixador Negrão de Lima, Prefeito do Distrito Federal.

"Cumprimos dever de comunicar a Vossa Excelência, baseados na documentação fotográfica em nosso poder, bem como relato verbal do lavrador Sr. Eleuzípio Cândido da Silva perante reunião do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, havermos, elementos da Diretoria de Obras acompanhados de numerosa força da Polícia de Vigilância, devastado plantações pertencentes a lavradores filiados a Associação Rural de Santa Eugênia, em pleno sertão Carioca.

Oitocentas laranjeiras em franca produção, duas mil touceiras de cana, além de extenso bananal e plantação de arroz, impiedosamente arrasados, além dos ranchos, o que representa total prejuízo daquela gente humil-

de e ôperosa, que por nosso intermédio apela ao espírito ponderado e justiceiro de Vossa Excelência no sentido de mandar apurar as causas das violências, que além de atingir a economia pessoal dos referidos rurícolas,



Uma das humildes famílias que ficaram ao relento devido à destruição total de seus ranchos.

constitue diminuição na produção agrícola em que tanto se empenha o Governo da Cidade em amparar e estimular. Antecipados agradecimentos. Arthur Tôrres Filho, Presidente da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA".

Sendo o que se nos apresenta no momento, aproveitamos o ensejo para reiterar os nossos protestos de estima e consideração.



O rancho dos lavradores da Fazenda da Pedra, totalmente destruído.



Aspecto da violência praticada contra lavradores da Fazenda da Pedra, vendo-se parte do bananal destruído.

Normas baixadas pela SUMOC para aplicação dos Cr\$ 500 milhões no refinanciamento à lavoura do país pelo Banco de Crédito Cooperativo

Cr\$ 250 milhões para cereais básicos; Cr\$ 80 milhões para exploração pastoril; Cr\$ 50 milhões para aves e ovos; Cr\$ 20 milhões para fruticultura; Cr\$ 10 milhões para óleos vegetais e comestíveis; Cr\$ 50 milhões para horticultura e Cr\$ 50 milhões para modernização e recuperação das lavouras, aquisição de produtos agropecuários

A SUMOC acaba de baixar normas para aplicação pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, da verba de Cr\$ 500 milhões, destinada ao refinanciamento à lavoura do país.

PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

O plano de distribuição está assim organizado: I — aves e ovos Cr\$ 50 milhões; II — cereais básicos Cr\$ 250 milhões (arroz, feijão, milho, mandioca e batata Cr\$ 220 milhões e trigo e soja Cr\$ 30 milhões); III — exploração pastoril Cr\$ 80 milhões (banha e laticínios); — IV — Fruticultura Cr\$ 20 milhões; V — Óleos vegetais comestíveis Cr\$ 10 milhões (algodão, amendoim, oliveira e dendê); VI — Horticultura Cr\$ 20 milhões; VII — Mate e chá Cr\$ 20 milhões; VIII — Modernização e recuperação das lavouras, aquisição de produtos agro-pecuários, sementes, adubos, inseticidas, máquinas e utensílios Cr\$ 50 milhões.

NORMAS

As normas a serem aplicadas pelo banco são as seguintes:

1.^a — A verba de Cr\$ 500.000.000,00 irá sendo liberada pelo Banco do Brasil S. A. na forma que o Sr. Ministro da Fazenda determinar.

2.^a — O Banco Nacional de Crédito Cooperativo reporá as quantias que receber dentro de 20 meses da data da resolução do Conselho que aprovar as presentes normas.

3.^a — O Banco do Brasil S. A., na qualidade de mandatário e por conta do Governo Federal, transferirá do saldo da conta "Governo Federal — Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional", para uma conta especial as quantias que o Sr. Ministro da Fazenda autorizar sejam creditadas ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo para os fins do Decreto n. 41.003.

4.^a — Sobre as quantias que forem postas à sua disposição o Banco Nacional de Crédito Cooperativo pagará o juro de 2% a. a. que o Banco do Brasil creditará a conta "Governo Federal — Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional".

5.^a — As verbas postas à disposição do Banco Nacional de Crédito Cooperativo serão apli-

seticidas, máquinas e utensílios agrícolas, dentro do seguinte plano de distribuição dos Cr\$ 500.000.000,00.

6.^a — O Banco Nacional de Crédito Cooperativo somente poderá refinarciar contratos de empréstimo até Cr\$ 200.000,00, por mutuário, a juro que para este não exceda 8% a.a., celebrados a partir de 25-2-57, e a prazos que correspondam ao

Moratórias e reajustamentos

(Pecuarista e Agricultura)

Pelo Dr. Eduardo Corrêa

1) Suplemento de 1957 dessa obra editada em 1954 e citada nos altos Tribunais, e juizados de toda a República.

2) Legislação Completa até a Lei 2.804 de 1956, incluindo os decretos do Executivo, e as circulares e portarias ministeriais necessárias para bem requerer as apólices, e estabelecendo quantum e modo de pagamento de juros dos mesmos.

3) Casos de habilitação aos benefícios de Lei 2.282 fornecidas pela Lei 2.804.

4) Obra única no gênero, completa de defesa da classe dos fazendeiros, indispensável a Advogados, Juizes, Delegados Fiscais, Coletores, Jornalistas, Sociólogos, Economistas, Associações Rurais, Bancos, Repartições fazendarias em geral, Consulados, Embaixadas, Faculdades de Direito, Comércio e Economia.

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL A

LIVRARIA FREITAS BASTOS S. A.

LARGO DA CARIOÇA-ESQUI. BITENCOURT DA SILVA, 21-A

cadadas sob a forma de refinanciamento dos empréstimos que as cooperativas de produção agrícola legalmente habilitadas a funcionar no País tenham concedido a seus associados para custear — sob garantia de penhor ou outras modalidades peculiares ao cooperativismo — a produção de artigos básicos de alimentação e a modernização dos métodos de produção agrícola e recuperação da lavoura e a aquisição de produtos agropecuários, sementes, adubos, in-

seticidas, máquinas e utensílios agrícolas, dentro do seguinte plano de distribuição dos Cr\$ 500.000.000,00.

7.^a — Independentemente dessas condições, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo estipulará sanções — tais como a imediata rescisão do contrato e a elevação das taxas de juros — para os casos de desvirtuamento das finalidades e da aplicação, ou de desrespeito às cláusulas contratuais.

8.^a — Todas as operações baseadas no Decreto n. 41.003, de 25-2-57, seja entre o Banco Na-

cional de Crédito Cooperativo e as Cooperativas de produção, seja entre estas e seus associados, serão fiscalizadas pela SUMOC. Inspetoria Geral de Bancos. Nesse sentido, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo exigirá, contratualmente, que as cooperativas escriturem em contas especiais tanto os empréstimos aos produtores como os refinanciamentos obtidos, além da condição de sujeitarem-se também elas, à fiscalização da SUMOC.

9.^a — O Banco Nacional de Crédito Cooperativo fornecerá à Superintendência da Moeda e do Crédito, mensalmente, relação dos refinanciamentos concedidos e dos saldos devedores das cooperativas refinanciadas.

10.^a — Sem prejuízo das presentes normas, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo prestará contas da aplicação dos recursos de que trata o Decreto n. 41.003 ao Tribunal de Contas, na forma do art. 7 do mesmo Decreto.

11.^a — O Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito poderá modificar ou complementar as normas ora baixadas sempre que a experiência ou fatores supervenientes o façam necessário para que melhor se atinjam os objetivos do Decreto n. 41.003 de 25-2-57.

12.^a — O Banco Nacional de Crédito Cooperativo dará, por ofício, à Superintendência da Moeda e do Crédito e ao Banco do Brasil, sua plena aceitação e conformidade às presentes normas.

Demarcação de áreas territoriais

A comissão constituída pelos Srs. Abel de Almeida, Luiz Marques Poliano e Antonio Correia da Silva, está solicitando com a máxima urgência, o comparecimento dos presidentes de Associações rurais do Distrito Federal, para debater em torno das determinações legais que mandam delimitar as áreas das entidades rurais.

Todas as 3.^{as} feiras, a referida comissão receberá os interessados na sede do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, a Av. Gal. Justo, 171, 2.^o andar.



A FOTO INTERNACIONAL

As fazendas experimentais nos Estados Unidos vêm dando os melhores resultados, e tudo indica que as autoridades vão cuidar de instalar outras, a fim de que tudo que se relacione com a agropecuária possa merecer estudos especiais para maior rendimento da produção do país.

Uma dessas "experimentais" encontra-se no Estado de Iowa, várias experimentações estão sendo feitas, inclusive a que diz respeito à alimentação de rebanhos, experimentos esses que incluem as mais variadas tentativas. A foto assinala bovinos pastando em plantações de legumes no início de uma experiência feita com pastos, como parte do programa de conservação do solo (Foto IPS, especial para A LAVOURA

Novo membro da Comissão Nacional de Política Agrária

Por decreto de 11 do corrente, assinado na pasta da Agricultura, o Sr. Presidente da República, nomeou para membro da Comissão Nacional de Política Agrária, o Sr. Flavio da Costa Britto, presidente da União das Cooperativas do Distrito Federal, diretor do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, órgão da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA, representante das entidades cooperativas no Plenário da COFAP e gerente da Cooperativa Agrícola de Cotia.

O ato Presidencial foi motivo de contentamento geral no seio das classes produtoras do País, onde o Sr. Flavio da Costa Britto é deveras estimado.

COMISSÃO NACIONAL DE PECUÁRIA DO LEITE

A Comissão Nacional de Pecuária do Leite, vem realizando um interessante inquérito sobre pecuária de leite nas bacias leiteiras alimentadoras de Belo Horizonte, Niterói, S. Paulo e Distrito Federal.

O REPRESENTANTE DA COOPERATIVA DOS AGRICULTORES E CRIADORES DE JACAREPAGUÁ NAS REUNIÕES DO DARDIF

A Diretoria da Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Jacarepaguá enviou ao Presidente da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA um ofício, no qual credencia, para representá-la nas reuniões do Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, o seu cooperado Dr. João Moojen, biólogo e nutrólogo, continuando, outrossim, seu Presidente a representá-la, sempre que chamado, notadamente quando se tratar de assuntos de ordem administrativa.

A nova Diretoria da Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Limitada

Trancrevemos abaixo a ata da assembleia geral Extraordinária pela qual foi eleita a nova diretoria da Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Limitada:

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Eletiva, com o fim de poder retificar atos anteriormente praticados em outras Assembleias Gerais, Extraordinárias. Aos vinte e quatro de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade, Freguesia de Guaratiba a Estrada do Magarça n. 84, na Sede da Cooperativa dos Lavradores e Criadores da Zona Rural Ltda. do Distrito Federal, as desessete horas pela segunda convocação, presentes os lavradores e criadores, Senhores Américo de Freitas Pinho, residente à Estrada do Magarça n. 2891; Victo Manoel Flor de Pinho, residente Caminho dos Mendes s/n.; Sebastião Nery, residente à Rua Moacyr Torres s/n., Mario Antonio Lopes, residente à Rua Moacyr Torres, 660; Nestor Joaquim Nunes, residente à Estrada do Magarça, n. 559; Bento Maria Garcia, residente à Rua Ariry n. 9; Moacyr Lopes de Souza residente à Estrada do Telégrafo n. 615; Ernani Vendas Rodrigues, residente à Estrada da Gramma n. 611; Luiz José dos Santos, residente à Estrada da Gramma n. 591 e demais associados que pelo livro de presença constam

de vinte e seis, que de conformidade com a Ata da Assembleia Geral Extraordinária de três de fevereiro do corrente ano, passando a dar cumprimento ao art. 7, parágrafo 7; onde diz os estatutos: — "As Assembleias Gerais extraordinárias que tiverem por fim tratar de reforma dos Estatutos, mudança de objetivos da sociedade etc. Assim sendo, os associados reunidos na presente Assembleia Geral Extraordinária afim de se eleger novo Conselho de Administração e Conselho Fiscal satisfazendo todas as formalidades que os Estatutos da Cooperativa regulamentam".

Foi pelos presentes aclamado o Sr. Enéas João de Souza para presidir os trabalhos eletivos o qual me convidou para secretariá-lo, ficando por essa forma, composta a mesa da seguinte maneira: Escrutinador — Sr. Américo de Freitas Pinho; Fiscais, os Senhores Juvenato Neto de Oliveira e Bertulino Vendas Rodrigues. A presente eleição procedeu-se por escrutínio secreto e teve início às dezessete e trinta minutos e terminou às dezoito horas.

Procedendo-se imediatamente à apuração. Com chapa unica ficou assim constituído o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, que são: Para Presidente: Enéas João de Souza; Secretário — Luiz José dos San-

tos; Tesoureiro — Mario Antonio Lopes; Diretor Comercial — Nestor Joaquim Nunes. Para Conselheiros: Ernani Vendas Rodrigues, Moacyr Lopes de Souza, Armando Moreira, Divaldo da Silva e Aristides da Rosa. Para Conselho Fiscal: José Justiniano de Freitas, Bento Maria Garcia e Victo Manoel Flor de Pinho. Para Suplentes: Vivaldo Alves de Oliveira e Manoel Carvalho Barbosa. Após a apuração da mesma, foi dada posse imediata aos mesmos nas suas funções de Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O Presidente constituído por esta Assembleia Geral Extraordinária, Sr. Enéas João de Souza, usando das atribuições que lhe confere os Estatutos e a Legislação Cooperativista, declara que por força da lei em vigor tornando-a nula a extinta Diretoria constituída por determinação da Assembleia Geral realizada em três de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e cinco. Constatou que não existia mercadorias em depósito e somente duas balanças que consta da carga. E por não haver mais nada a tratar, encerrou-se a presente ata que vai assinada por mim como secretário e demais diretores do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Distrito Federal, 24 de Fevereiro, de 1957.



sabão veterinário

DUPRAT

A mais perfeita proteção para os animais

- Extermina radicalmente carrapatos, piolhos, pulgas e sarnas...
- Embeleza o pêlo dos animais
- Substitui os carrapaticidas na manutenção de pequenos lotes de cavalos ou bois
- Em blocos de 100 grs. (para cães) ou 400 grs. (para animais de grande porte).

Vendas por atacado:

Rio: Imp. Soares Ltda.
R. dos Mercadores, 12 - 1.º
Tel. 43-2343
S. Paulo: R. Vianna Costa
Av. R. Branco, 233-1.º - 5/13
B. Horizonte: Proquisa S/A
Av. Tereza Cristina, 900
Recife: R. Vianna Costa
Rua da Praia, 183

A venda em casas especializadas, farmácias, drogarías, lojas e armazéns.
USADO PELOS PRINCIPAIS CANIS E RECOMENDADO PELOS SRs. MEDICOS VETERINÁRIOS

O DÓLAR INDUSTRIAL

Alberto de Oliveira Santos
Da Comissão Permanente do
Cacau.

Tenho acompanhado pela imprensa do Rio e São Paulo, as pretensões dos industriais de tecidos, que pleiteiam dolares de Cr\$ 80,00 para exportação.

Esta medida, de franco favoritismo a determinado grupo de industriais, será profundamente prejudicial à agricultura do algodão, pois que, a concessão de mais cruzeiros por dolar ou moedas equivalentes para os produtos manufaturados, implicará na venda destes nos mercados externos, a preços depressivos em função dos preços vigentes nos mesmos para as matérias primas.

Ficará então o mercado de algodão sujeito a uma contínua pressão de caráter baixista, porquanto, vencendo a indústria sua produção nos mercados externos, que são também consumidores da matéria prima agrícola, a preços relativamente mais baixos do que o preço da matéria prima acrescido do custo da manufatura da mesma — o que poderão fazer, uma vez que beneficiados com uma taxa de conversão que lhe concede mais cruzeiros por dolar — é claro e lógico que, pela pressão da concorrência, os mercados compradores serão forçados a baixar as cotações das matérias primas, a fim de, por sua vez, poderem competir com os produtos manufaturados.

Ocasionada então a baixa das cotações das matérias primas, as firmas industriais aqui estabelecidas, podendo refazer suas compras a preços mais baixos, voltarão a competir nos mercados exteriores com mais baixos preços para as novas vendas, estabelecendo-se um inevitável círculo vicioso de caráter depressivo, ou seja mesmo, um verdadeiro "dumping" envolvendo sucessivamente as cotações das matérias primas e dos produtos manufaturados, que terminará fatalmente no completo aniquilamento da agricultura do algodão.

Faço abaixo um cálculo demonstrativo, apenas para analisar a maneira pela qual se reflete a medida que se pretende adotar, em relação às cotações dos produtos manufaturados e consequentemente, nas dos pro-

ductos agrícolas. Os preços e as taxas de conversão aqui colocados, servem apenas de referência, pois não alteram o fundamento da análise do problema, mesmo porque, não desejo focalizar apenas o caso do algodão, mas torná-lo extensivo a todos os produtos cuja taxa de conversão cambial para a exportação manufaturada está afecida pela concessão de mais cruzeiros por dolar, como é também o caso do cacau, que sofre e ainda sofre o resultado desta nefasta medida, inoportunamente, um dos diversos fatores que concorreram para movimentar a pressão baixista do mercado, cujas cotações atingiram níveis tão ínfimos que abalaram fundamentalmente a economia deste produto.

Vamos supor que uma tonelada de determinado produto agrícola, cotada a US\$ 100,00, os quais, à uma taxa de conversão de Cr\$ 45,00 por dolar, dá um total de Cr\$ 4.500,00

Admitamos que as despesas e mais o lucro para manufatura da tonelada, fiquem em outros tantos Cr\$ 4.500,00

Achamos, então, um total de Cr\$ 9.000,00 para o produto manufaturado, o que, à mesma taxa de Cr\$ 45,00 por dolar, daria um preço de venda de US\$... 200,00 por tonelada.

Concedendo porém o governo, ao industrial, uma taxa de conversão especial, de Cr\$ 80,00 por dolar, verificamos então que o produto manufaturado será vendido, apurando o vendedor os mesmos Cr\$ 9.000,00, por apenas US\$ 112,50 por tonelada.

Observamos, então, que este sofre uma baixa de preço nos mercados exteriores, de 43,75 por cento, e sendo assim, é claro, lógico e indiscutível, que o preço da matéria prima, também, sofrerá uma baixa correspondente àquela ou seja, de ... 21,75 por cento, e passará a ser cotada a US\$ 78,00 (a baixa neste caso, atinge apenas a parcela de 50% do total do produto manufaturado, correspondente ao *quantum* da matéria prima); e então, convertendo-se estes US\$ 78,00 à taxa de conversão de US\$ 45,00 — porquan-

to esta permanece fixa para o produto agrícola — acharemos Cr\$ 3.510,00 para cotação da tonelada de matéria prima.

A queda da cotação virá sacrificar exclusivamente o agricultor, uma vez que o industrial, podendo refazer suas compras dentro dos novos preços, e adicionando a estes as despesas de manufatura e mais os lucros (acima estipulados em Cr\$ Cr\$ 4.500,00), terão o produto manufaturado ao preço de Cr\$ 8.010,00 podendo, então, à taxa de Cr\$ 80,00 por dolar, baixar novamente o preço da venda para US\$ 100,00, ou seja, com uma diferença de quase 10% a menos, o que, consequentemente, forçará nova baixa para a matéria prima.

E assim, sucessivamente, rolando ladeira abaixo, irão caindo as cotações dos produtos manufaturados e das matérias primas, até atingirem níveis a tal ponto insuficientes para manutenção da produtividade, que os lavradores abandonarão o cultivo.

Portanto, se não se unirem as classes agrícolas na defesa de sua própria sobrevivência, serão aniquiladas pela pressão do dolar industrial, o qual, convém salientar, atuando como arma de dois gumes, atingirá também, em futuro próximo, as próprias indústrias, as quais, sem matérias primas fornecidas pela agricultura, não poderão funcionar.

Penso portanto, que a Confederação possa estudar o assunto, oficiando às autoridades competentes, e manifestando-se contra a concessão de dolar favorecido para as indústrias, não somente de cacau ou algodão, como também de qualquer produto agrícola do país, pois que, cada vez que se protege unilateralmente determinado setor, faz-se em detrimento e prejuízo de outro, e este tem sido, sistematicamente, a agricultura.

E também, ressaltando mais uma vez que somente por meio de uma reforma cambial de plano e sentido e permanente, sem favoritismo injustos e anti-econômicos, por meio do reajustamento e unificação das taxas cambiais de exportação e importação, poderá a economia nacional ser recolocada em bases estáveis e permanentes, condições essenciais para um definido incentivo a todas atividades produtoras.

Em obediência ao Decreto n.º 19.882 de 24 de outubro de 1945, diploma legal que regula as atividades rurais do país, as organizações filiadas ao Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal estão se legalizando na esfera federal, ou melhor, perante o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Assim, as antigas intendências agrícolas situadas nas diversas alas do Distrito Fe-

Reconhecida pelo Ministro da Agricultura a Associação Rural de Santa Eugênia, no Sertão Carioca

deral, estão se transformando e muitas já se transformaram em associações rurais.

A primeira entidade a obter o registro no Ministério da Agricultura, foi a Associação Rural de Santa Eugênia,

antiga intendência de mesmo nome e que reúne centenas de lavradores dedicados ao cultivo de imensa gleba onde é intensa a produção horti-grangeira a fruticultura e a avicultura, elementos indispensáveis ao perfeito abastecimento do Distrito Federal.

Na reunião de 26 de março próximo passado, no salão da presidência da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA; órgão representativo da classe, foi realizada uma sessão especial durante a qual foi entregue ao lavrador Eleuzipio Cândido da Silva, presidente daquela associação, o diploma passado pelo Sr. Ministro da Agricultura reconhecendo àquela associação dentro das normas legais em vigor para a organização da vida rural.

OUTROS RECONHECIMENTOS

Já se encontram no Ministério da Agricultura, aguardando apenas o despacho final do respectivo titular, os processos de reconhecimento das antigas intendências de: Viégas, Realengo, Rio da Prata e Palmares. Praticamente o reconhecimento está feito, esperando-se apenas o ato ministerial.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA

Sede Social : SABARÁ — Minas Gerais

Usinas Siderúrgicas em Sabará e João Monlevade

ESCRITÓRIO CENTRAL :

Av. Afonso Pena, 981 - 3.º andar

End. Tel. : "BELGOMINAS"

BELO HORIZONTE

ESCRITÓRIO CENTRAL DE VENDAS :

Av. Nilo Peçanha, 26 - 4.º andar

End. Tel. : "BELGOMINAS"

RIO DE JANEIRO

AGENCIA EM SÃO PAULO :

Rua Líbero Badaró, 293 - 12.º andar

End. Tel. : "BELGOMINAS"

SÃO PAULO

LAMINADOS

TREFILADOS

TUBOS GALVANIZADOS

Laminados de todos os tipos. — Arames lisos, recozidos e galvanizados. — Arame farpado e grampos. — Arames especiais para molas, eletrodos e cabos, de aço.

A LAVOURA
A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

Produção de pescado no Vale do São Francisco

RUI SIMÕES DE MENEZES

Eng.º agrônomo, biólogo

"Esta parte do Rio das Velhas mostra muitas possibilidades de exploração de uma indústria ainda mais valiosa: os grandes cardumes de peixes que saltam nas suas águas... O cultivo do algodão, no Vale do São Francisco, revalorizará algum dia com suas imensas pescarias". (Burton, 1869). "Vimos, em armazem de uma cidade do Vale, 5 toneladas de peixe salgado, a espera de condução fluvial para exportação". (Proença, 1944). "Em 1920, a importação do peixe seco em Juazeiro, para expedir a Bahia, elevou-se a 2.000 contos de réis. O peixe preferido para exportação é o surubi, atingindo algumas vezes 1,80 m de comprimento e 70 kg de peso". (Carneiro, 1921). "Em 1921, o proprietário da Lagoa Batalha (Lapa) obteve, do quarto de produção de pescado a que teve direito, 40 contos de réis!" (Miranda, 1936). "Na Lagoa Grande tem havido lances de 12.000 surubins e 3.000 de "peixes brancos" (dourados, curimatás, piranhas, corvinas e pirás)". (Magalhães, 1942).

Recentemente, registrou-se queda na produção de pescado do Vale, a qual, em 29 municípios, em 1951, correspondeu a 2.543,4 toneladas, caindo para 1.790,7 t. em 1954. No Estado da Bahia, em 1951, a produção de 12 municípios do Vale orçou em 825 t., caindo para 667,9 em 1954 e 393,7 em 1955.

Em Remanso (Bahia), na opinião do Sr. J. Valdemar, agente de estatística, a produção de peixe depende das enchentes, insignificantes em 1955 (quando foram obtidas apenas 15 st., contra 301 em 1954 e 140 em 1951). Acrescenta ele: — Aliás o Rio São Francisco vem diminuindo dia a dia a sua produção de peixe. Queixam-se os pescadores veteranos de uma modalidade introduzida no rio por pescadores de Sergipe, que usam uma espécie de "rede" que pega toda a natureza de peixe, inutilizando a produção". Esclarecemos, de passagem, ser precaríssima a fiscalização do tamanho das malhas das redes, fixadas em 3 cm pelo Código de Pesca. Em julho 1956, a poucos km do centro da Capital Federal, frente ao ancoradouro do

barco da Seção de Hidrobiologia do Instituto Oswaldo Cruz, medimos a malha de uma rede, que não passava de 2cm. Se assim sucede na própria Capital da República, poder-se-ia esperar o contrário no Vale do São Francisco?

Em abril 1956, o Dr. Alvaro Aguirre — autor de dois excelentes trabalhos sobre a pesca no São Francisco, editados em 1936 e 1945 desempenhando missão de Caça e Pesca (Ministério da Agricultura), apresentou relatório sobre as condições pesqueiras do Baixo São Francisco, municípios de Penedo, Igreja Nova, Propriá, Porto Real do Colégio e São Braz. Supere o Dr. Aguirre: criação de um órgão oficial de caça e pesca em Penedo ou Propriá (onde as 576 t. de pescado de 1951 caíram para 42,6 em 1954); proibição das tapagens (facultadas em riachos e lagoas onde não trafeguem embarcações, desde que não seja inferior a 4 cm a distância mínima entre as taboas ou varas); mínimo de 4 cm de largura e 8 cm de altura nas malhas de qualquer anteparo colocado nas portas d'água das lagoas para impedir a saída dos peixes; distância mínima de 3 cm entre as taliscas de taboas dos "covos"; tamanhos mínimos, para comércio do pescado, de 20 cm para Corvina (*Pachyurus*), Piá (*Leporinus*) e Mandi (*Pimelodus*); de 25 cm para Bambá ou Curimatá (*Prochilodus*); de 30 cm para Tubarana (*Salminus*); e de 50 cm para Surubim (*PPseudoplatystoma*).

Sugeriu o Dr. Alcides Lourenço Gomes à Comissão do Vale do São Francisco, em dezembro 1952, entre outras, as seguintes medidas: (a) catalogação de ictiofauna, com atenção especial para as espécies de valor comercial; (b) levantamento estatístico-biológico da produção, tendo em mira o conhecimento das espécies capturadas, por localidades, épocas do ano, número de pescadores e tipos de aparelhos de pesca, sendo os dados coletados tanto em peso, para cada espécie, como em número de indivíduos, seu tamanho e peso médio; (c) estudo das artes de pesca e sua possível nocividade;

(d) estudo do regime biológico dos peixes de valor comercial, seu tipo de reprodução, alimentação, crescimento e migrações; (e) execução sistematizada do Código de Pesca, com as exceções impostas por particularidades locais.

Deverão os problemas de pesca e piscicultura ser integrados no "Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco", sobretudo nas obras ligadas à regularização do regime fluvial e ao melhoramento da navegação fluvial, cumprindo, ainda, assegurar migração das espécies ictiológicas, desmatamento das bacias hidráulicas dos reservatórios acima da cota mínima de água represada; controle de peixes carnívoros prejudiciais ao homem, animais domésticos e aparelho pesca, como piranha e prambeba, *Serrasalmus*; impedimento da penetração de espécies exóticas, como a carpa, "Black bass", "Blue-kill", tilápia e outras; proteção elétrica nas galerias de irrigação e de força hidráulica, visando impedir fuga dos peixes; proteção à ictiofauna nos trabalhos de melhoramento da navegação fluvial, de irrigação, de construção de centrais e usinas elétricas, de obras de saneamento e de drenagem, de saúde pública, etc.

Como exemplo da necessidade de integração da pesca e da piscicultura em tais trabalhos da Comissão do Vale do S. Francisco, transcrevemos comunicação de uma usina açucareira do Estado do Rio de Janeiro, expondo o ocorrido no Rio Paraíba do Sul: — "A população da zona sudoeste de Campos, Estado do Rio, estava habituada a ter sempre o peixe como parte integrante da sua dieta, pois a pesca era abundante nas lagoas, mas depois da drenagem das mesmas, pelo Dept. Nac. Obras Saneamento, tornou-se escasso o peixe, embora ainda possa ser conseguido, com maior dificuldade, no rio Paraíba, que é aqui muito largo e profundo — trecho final do seu curso inferior, uma vez que a sua foz fica a 20 km da residência da usina."

É confortador verificar que a Comissão do Vale do São Francisco, no seu Documentário n.º 3 (1956, "Observ. Econ. Fluv.", Rio, vol. 21 ns. 240-41, p. 107), admite como essencial ao plano de desenvolvimento da agropecuária, entre outros pontos, o fomento da defesa da pesca e da piscicultura. Resta agora, que este setor seja fomentado e protegido, sob orientação de técnicos especializados.

Sociedade Nacional de Agricultura

O sr. Otto Frensel, 2.º Tesoureiro da Sociedade Nacional de Agricultura, a convite da Associação Rural da Zona do Rio Pardo, com sede em Poços de Caldas, teve a oportunidade de pronunciar, no dia 24-3-1957, na sede da referida entidade de classe, uma palestra sobre a história da Sociedade a qual está integrado há vários anos.

Foi a seguinte a palestra que na ocasião pronunciou o nosso Diretor Otto Frensel:

Apenas passados dez anos, pois, a Sociedade Nacional de Agricultura foi fundada no Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1897, o então Presidente da República Afonso Pena, dava em sua Mensagem ao Congresso Nacional, em 1907, a melhor definição do que já então era, sempre foi e continuará a ser a nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura:

"O grande número de associações agrícolas, já superior a 150, existentes no país, e que vão invadindo as paragens longínquas do Amazonas, Mato Grosso e Goiás, em sua quase totalidade filhas da propaganda da Sociedade, a ela ligadas e aceitando suas inspirações, é a melhor prova dos reais serviços desta Associação em um país cuja riqueza e prosperidade estão precisamente no desenvolvimento da agricultura e onde o único órgão conhecido, que sollicitamente pugna sem descanso por estes interesses, é a benemérita Sociedade Nacional de Agricultura."

De fato, no dia 16 de janeiro de 1897, um grupo de 27 brasileiros, fundou a Sociedade Nacional de Agricultura, sendo seu primeiro Presidente o ilustre engenheiro Dr. Antonio Ennes de Souza. Nos períodos seguintes teve sucessores não menos ilustres: José Cardoso de Moura Brasil, Barão de Capanema, Antonio Fialho, Wenceslau Alves Leite de Carvalho Belo, Silvio Ferreira Rangel, Lauro Severiano Müller, Miguel Calmon du Pin e Almeida Geminiano Lyra Castro, Augusto Ferreira Ramos, Ildefonso Simões Lopes e, e atualmente, desde 1931 o nosso prezado amigo e ilustre agrônomo Dr.

Arthur Eugenio Margarinos Torres Filho.

Nos sessenta anos que a

nossa Sociedade Nacional de Agricultura acaba de completar, sempre crescentes foram os serviços que ela pôde prestar a causa da agricultura e da pecuária nacional. Seria

COFERMAT



ARTIGOS DE QUALIDADE PARA FAZENDAS, SÍTIOS, CHÁCARAS, ETC.

ARAME FARPADO — GRAMPOS PARA CÉRCA
TELAS PARA GALINHEIRO E OUTROS FINS
ENXADAS E ENXADÕES
PÁS — ANCINHOS — SACHINHOS
FORCADOS — FOICES — FACÕES
ALFANGES — MACHADOS — MACHADINHAS
TESOURAS PARA PODAR — CORTA-GALHOS
TESOURAS E MÁQUINAS PARA CORTAR GRAMA
CADEADOS, FECHADURAS, CREMONES,
DOBRADIÇAS, ETC.

FERRAMENTAS MANUAIS EM GERAL PREGOS E PARAFUSOS EM GERAL

ALMOFAÇAS PARA ANIMAIS — CORRENTES
LANTERNAS A QUEROSENE — FOGAREIROS
BOMBAS MANUAIS E MOTORIZADAS
MOTORES ELÉTRICOS, A QUEROSENE, ÓLEO, etc.
CHAPAS GALVANIZADAS
TELHAS DE FIBROCIMENTO, etc.

ESCRITÓRIO E

LOJAS NO RIO DE JANEIRO:

Rua Buenos Aires, 154 — Tel. 43-2968
Av. Gomes Freire, 275-A — Tel. 22-0155

CAMPOS:

Avenida 13 de Maio, 33 — Tel.: 2836
Enderêço Telegráfico "COFERMAT" — RIO

longo detalhar aqui estes inúmeros e valiosos serviços os quais, entretanto, poderão ser encontrados descritos no notável livro "A Sociedade Nacional de Agricultura — Resumo histórico" de autoria do ilustre Secretário Geral da S.N.A. Dr. Luis Marques Poliano o qual vem prestando sua valiosa e indispensável colaboração a S.N.A. há mais de 30 anos.

A sadia semente generosamente espalhada pela nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, proliferou da maneira esperada num país, essencialmente agro-pecuário, como o Brasil. As 150 associações rurais, citadas por Afonso Pena, hoje são milhares. As conferências, exposições e iniciativas similares, sugeridas e realizadas pela S.N.A. com crescente brilho e incontestáveis resultados práticos, são inúmeros.

Cinco meses após a fundação da S.N.A. surgiu o seu órgão, a revista "A Lavoura", cuja publicação no correr destes sessenta anos tantos assinalados serviços vem prestando a agricultura e pecuária nacional, levando, pelo seu intercâmbio, o nome do Brasil aos países amigos.

No dia 15 de maio de 1937, em seu Horto Frutícola da Penha, a Sociedade Nacional de Agricultura inaugurou a Escola de Horticultura, denominada "Wenceslau Bello" em homenagem a este seu grande Presidente. Este notável estabelecimento de ensino em seus 20 anos de existência tem prestado assinalados serviços a agricultura nacional, chegando a 650 as matrículas requeridas.

Deve-se a atuação decidida e patriótica da atual Diretoria, sob direção incansável e elevada de Arthur Torres Filho, a realização do seu grande sonho da sede própria, consubstanciada pela Casa da Agricultura, edifício impressionante, atestado vivo da pujança da agricultura e da pecuária do Brasil e de seu órgão orientador superior que é a benemérita Sociedade Nacional de Agricultura. Em próximo trabalho a Sociedade Nacional de Agricultura

levará ao conhecimento do Povo Brasileiro detalhes da epopéia que foi a realização dessa grande e imperecível obra.

Entretanto, a coroação dos seus elevados esforços em prol da Agricultura e da Pecuária, para maior Glória e Progresso do Brasil, a Sociedade Nacional de Agricultura viu concretizada com a organização da classe rural. Na "A LAVOURA" de setembro-outubro de 1951, encontramos sob o título "A Confederação Rural Brasileira" excelente trabalho de autoria do esforçado Secretário Geral da nossa S.N.A. trazendo um "escorço histórico a respeito dos incansáveis trabalhos da Sociedade Nacional de Agricultura, desde a sua criação, em 1978, propondo-se a unir a classe agrícola dentro do lema VIRIBUS UNITIS", segundo as vibrantes e oportunas palavras do nosso ilustre Presidente Dr. Arthur Torres Filho, na introdução a esse trabalho.

Assim, o esforço contínuo e bem orientado que se iniciou em 16 de janeiro de 1897 com a fundação da Sociedade Nacional de Agricultura e sempre orientado por esta benemérita instituição conduziu a Agricultura e a Pecuária do Brasil a sua tão necessária organização de classe, encabeçada pela Confederação Rural Brasileira e completada pelas Federações das Associações Rurais dos Estados e das essenciais Associações Rurais, propriamente, que são, na verdade, o todo que compõe essa grandiosa organização rural.

Tenho, pois, grande satisfação em poder apresentar a Associação de Rural de Poços de Caldas, representante de uma das mais importantes e futuras regiões agro-pecuárias de Minas Gerais e do Brasil, os cumprimentos e os votos de feliz êxito para a realização de sua elevada missão, da nossa benemérita Sociedade Nacional de Agricultura, de cujo quadro social e Diretoria tenho a honra de fazer parte há mais de vinte e cinco anos.

JUSTA HOMENAGEM

Dr. João Mauricio

A Confederação Rural Brasileira, em sua reunião, de 11 de abril prestou significativa homenagem ao sr. João Maurício de Medeiros, por motivo de sua aposentadoria no Serviço Público, Usou da palavra o representante de Mato Grosso, sr. Dolor de Andrade, que enalteceu os relevantes serviços prestados aos interesses da lavoura nacional, por aquele infatigável ruralista, quer na sua qualidade de delegado da Federação das Associações Rurais da Paraíba, quer como integrante da Diretoria do órgão máximo da classe, quer ainda, como alto funcionário do Ministério da Agricultura.

Falou também o Presidente Iris Meinberg, que prestou o testemunho e expressou a gratidão da classe à valiosa colaboração que sempre recebeu o sr. João Maurício de Medeiros que, embora deixando agora o seu alto cargo de Diretor Geral de Administração do Ministério da Agricultura, continuará, por certo, a em prestar à causa ruralista a inestimável contribuição de seu entusiasmo, de sua experiência e de seus conhecimentos técnicos.

O Dr. João Maurício é diretor técnico da S.N.A.

SITUAÇÃO FLORESTAL BRASILEIRA

Com relação à publicação "Situação Florestal Brasileira", da Sociedade Nacional de Agricultura, recebemos da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira a carta que adiante transcrevemos, e cuja resposta também publicamos.

Companhia Siderúrgica Belgo Mineira — Departamento de Terras Matas e Carvão — Serviço Florestal

N.º 348
Ref. Of. N.º 125.031
Class. C. 93
End. Te. — BELGOMINAS

J. Monevade, 18 de de Dez. 1956
Sociedade Nacional Agricultura
Caixa Postal 1245
Rio de Janeiro, D.F.

Prezados Senhores:

Motivos independentes de nossa vontade nos obrigaram a só agora, com bastante atraso, vos responder o ofício em referência e o questionário que com o mesmo nos foi proposto (anexo).
Entretantes recebemos também, a excelente publicação dessa Sociedade, "Situação Florestal Brasileira", a cuja leitura dedicamos nossa maior atenção.

É digno dos maiores encômios aquele trabalho, no qual VV. SS. conseguiram um retrato de corpo inteiro da situação florestal do nosso país.

Muito nos agradou verificar que em mais de uma passagem nossos trabalhos florestais mereceram apreciações elogiosas, e não nos escaparam duas notas dissonantes cujos verdadeiros tons nos apressamos em estabelecer aqui, seja pelo respeito que nos merece essa Sociedade, seja pela profunda penetração que a publicação em referência terá certamente no território nacional. A retificação se impõe e para ela pedimos a preciosa atenção de V. SS.

A página 46 da brochura encontramos palavras do Prefeito de Iapú e, na página seguinte, informações oriundas do município de Santa Bárbara.

Diz o primeiro informante que esta Companhia devastou todas as florestas do vale do Rio Doce e que mesmo não plantou uma árvore sequer. É tal o exagero contido, naquele "toda as flo-

restas do Vale do Rio Doce e tão impróprio aquele "devastou", que ficamos admirados ao deparar com tais expressões. Estamos certos de que a afirmativa nada mais é que a repetição de um dos muitos chavões que corre, de boca em boca e que, por isso mesmo, chegam com o tempo a adquirir fôros de verdade, a ponto de pessoas de certa responsabilidade a repetirem sem maior exame. Não temos "devastado" as florestas do Vale do Rio Doce nem quaisquer outras; o material lenhoso tem sido transformado em aço depois de passar pela forma de carvão, e a isso não se pode chamar devastação. Os incêndios que no ano após ano transformam em cinzas as matas daquele vale, a agricultura rotineira e a pecuária empírica, estes sim têm sido ha dezenas de anos os agentes de devastações da quasi totalidade das matas. Devemos notar ainda, em destaque, que as poucas e quasi únicas matas nativas existentes ao longo daquele rio são de propriedade desta Companhia que as tem defendido da destruição pelo — fogo e outros agentes, à custa de esforços que ninguém toma a iniciativa de divulgar. Resta ainda esclarecer que em nossos hortos de Dionísio e Rio Doce, este no município de Coronel Fabriciano, plantamos não uma árvore, mas centenas de milhares delas, ou mais precisamente, até o presente momento, mais de 1.500.000 em formações para combustível, não se falando de talhões experimentais, bosques protetores e decorativos, tudo de Eucalyptus, e bosques de essências indígenas cujas culturas ensaiamos permanentemente.

No que se refere às informações oriundas do município de Santa Bárbara julgamos ser também necessárias uma retificação. A afirmação de que "não obstante o interesse da Prefeitura, nada foi conseguido em relação ao reflorestamento" é também de admirar, pois possuímos dentro do município de Santa Bárbara tres hortos onde des-

de 1949 plantamos árvores às centenas de milhares, e cujas reservas no momento são as seguintes:

Horto de Gaspar	— 1.477.000
Horto do Cururu	— 1.265.000
Horto do Dacó	— 3.282.000

Não inclui talhões experimentais protetores decorativos, nem talhões de essências indígenas.

Dissemos que a informação é suprependente porque não conseguimos compreender como, "não obstante o interesse da Prefeitura", pôde esta ignorar a existência de SEIS MILHOES de árvores dentro de seu território. Convém notar que a maior parte seis milhões de eucalyptus foi plantada em terras de onde colhemos material para fazer carvão. Destas reservas nativas possuímos ainda áreas ponderáveis em segunda e terceira regenerações e delas estamos nos servindo metódica e racionalmente para produzir carvão, à medida que nosos eucalyptus vão avançando sobre as terras por elas ocupadas. Tais fatos invalidam também a infomação relativa à "única reserva florestal" que teria existido até por volta de 1950 nas terras do município.

Ao terminarmos devemos nos desculpar por havermos nos alongado tanto, repetindo que temos tal liberdade por recolocar nos devidos lugares fatos que VV. SS. aceitaram e publicaram com a melhor das intenções.

Queiram VV. SS. aceitar nossos agradecimentos e nossas melhores expressões de elevado respeito e distinta admiração.

ass.
Eng.º Agrônomo **Laércio Osse**
Chefe do Serviço Florestal

Ref. N.º 138035
Em 6 de fevereiro de 1957.

Exmo. Sr.
Eng.º-Agrônomo **Laércio Osse**,
Chefe do Serviço Florestal da
Companhia Siderúrgica Belgo
Mineira

Presado Senhor,

Com prazer acusamos o recebimento de seu ofício de 18 de dezembro último, a respeito do trabalho publicado por esta SO-

cidade, sobre a "Situação Florestal Brasileira".

O trabalho em causa, foi executado com a precisa colaboração dos Municípios brasileiros e de algumas entidades privadas que, atendendo aos nossos apelos responderam o questionário que enviamos solicitando dados a respeito do problema florestal.

Com a compilação destes e algumas considerações de ordem histórica, além de outros elementos que colecionamos de relatórios e do noticiário da imprensa, conseguimos a publicação em apêço, como uma colaboração ao Governo da República que, em boa hora, lançou a "Campanha de Educação Florestal".

Realizado o trabalho com os elementos referidos, nele transcrevemos as observações e as opiniões que, sobre o assunto, emitiram os ilustres Prefeitos Municipais que nos honraram com suas respostas.

Assim, em relação as observações feitas pelo Prefeito do Município de Iapú, poderá verificar V. Excia. encontrarem-se elas entre aspas, transcrevendo-se exatamente as palavras daquela autoridade.

Logo abaixo V. Excia. encontrará outras referências à Cia. Belgo Mineira, agora focalizadas nos Municípios de Dionizão de Rio Piracicaba e de Sabará.

Em relação ao Município de Santa Barbara, infelizmente, não focalizamos os trabalhos ali realizados pela Companhia porque deles não tivemos conhecimento pela informação da Prefeitura Municipal.

Entretanto, procuramos focalizar, pela coletânea do noticiário de imprensa, os grandes trabalhos sobre reflorestamento, realizados por essa Companhia no Estado de Minas Gerais.

Como complementação do trabalho sobre a "Situação Florestal Brasileira", resolvemos publicar em nosso órgão oficial "A LAVOURA", tanto a carta de V. Excia, como a resposta desta Sociedade.

Agradecendo os esclarecimentos de V. Excia. que anotamos para posteriores exames, aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhes os protestos de nossa elevada estima e consideração.

Arthur Torres Filho
Presidente

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FLORESTAL

O Prof. Geraldo Goulart da Silveira, Diretor-Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura, enviou ao Presidente da Campanha de Educação Florestal do Ministério da Agricultura, o relatório adiante transcrito, dando conta de suas atividades como membro da referida Campanha.

RELATÓRIO

Ao terminar o ano de 1956, cabe-me, na qualidade de membro da Campanha de Educação Florestal, apresentar a V.S. um sucinto relatório sobre minhas atividades em prol da Campanha, no período de setembro a dezembro.

1 — Palestras.

Realizei, no dia 21 de setembro, às 17 horas, na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, uma palestra sobre "Objetivos da Campanha de Educação Florestal".

2 — Plantio de árvores.

Promovi, ainda no dia 21 de setembro, em colaboração com o Clube Agrícola "Miguel Calmon", como comemoração do Dia da Árvore:

- a — o plantio de 10 árvores.
- b — o preparo de uma sementeira de sibipiruna.
- c — o transplantio de 50 mudas de sibipiruna, para lamina-dos.

3 — Cursos.

Planejei e ministrei, em colaboração com a CBAR, da Superintendência do Ensino Agrícola, um Curso Prático sobre "Educação Florestal", no qual matricularam-se 13 alunos. As aulas foram ministradas aos domingos, das 8,30 às 10 horas, na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, no período de 11 de novembro à 30 de dezembro. Dos alunos matriculados três eram comerciantes, dois funcionários públicos, duas professoras, dois escrivães, um estudante, um militar e um estampador. Concluíram o curso, 10 dos alunos matriculados.

4 — Exposições.

Planejei, na exposição de História Natural do Colégio Brasi-

leiro de S. Christovão, um setor de Educação Florestal, com cartazes preparados pelos alunos dos cursos ginasial e científico do referido Colégio. A exposição inaugurar-se-á no próximo dia 4, às 10 horas.

5 — Artigos.

Publiquei em "Gleba" (órgão oficial da Confederação Rural Brasileira), número referente ao mês de outubro, um artigo sobre "O associativismo rural e a Campanha de Educação Florestal", concitando as 1.400 Associações Rurais filiadas à Confederação, a que colaborem com a Campanha de Educação Florestal.

6 — Publicações.

Colaborei no preparo do folheto "Situação Florestal Brasileira", publicado pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Congratulando-me com V.S. pelo êxito que vem alcançando a Campanha de Educação Florestal, espero, durante o ano de 1957, ter a oportunidade de prosseguir trabalhando em prol da mesma.

Ass. Geraldo Goulart da Silveira.

.....

☆ ☆ ☆

A LAVOURA

a mais antiga revista
agrícola em circulação
no Brasil.

☆ ☆ ☆

.....

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Redator Técnico d'A LAVOURA

INFLAÇÃO E DEFLAÇÃO

Rodrigo Duque Estrada

O Sr. Rodrigo Duque Estrada acaba de publicar a conferência que pronunciou no Centro de Debates de Assuntos Econômicos "Gasper Libero", em 14 de julho de 1956, abordando, com grande conhecimento de causa, a inflação e deflação, assunto de grande atualidade no momento.

CHÁCARAS E QUINTAS JANEIRO DE 1957

Como sempre, Chácaras e Quintais, fundada e dirigida durante tantos anos pelo saudoso Conde Amadeu A. Barbicini, traz em seu número referente a janeiro, farto e variado noticiário referente às atividades agropecuárias no país.

BOLETIM DO CAMPO ANO XII — N.º 89 E 90

Boletim do Campo, dirigido por Otacilio de Almeida, traz em seus números referentes aos meses de outubro e de novembro/dezembro, bons artigos assinados por José da Cruz Paixão, Armando Tocchetto, Eurico Santos, Admar Lopes da Cruz, Oscar Gibson A. Barbosa, Caio Poester e Alceu Magnanini.

ESTACION EXPERIMENTAL DE AULA DEI, ZARAGOZA — ESPANHA.

A Estacion Experimental de Aula Dei, Zaragoza, Espanha, possui para intercâmbio, as seguintes publicações:

- 1 — *Boletins*.
- 2 — Anales de la Estacion Experimental de Aula Dei, que é uma revista destinada à publicação de trabalhos originais de investigação agrícola e assuntos correlatos. Cada volume

contêm cerca de 300 páginas distribuídas nos quatro números que se publicam com intervalos irregulares.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

No número 2, referente ao mês de junho de 1956, publicada pela Fundação "Getúlio Vargas", encontra-se um magnífico trabalho sobre "Renda Social do Nordeste", de autoria de Genival de Almeida Santos.

VERMONT FARM & HOME SCIENCE

Recebemos mais quatro interessantes números de Vermont Farm & Home Science, publicado pela Vermont Agricultural Experiment Station da University of Vermont and State Agricultural College, Burlington, Vermont.

ACADEMIE d'AGRICULTURE DE FRANCE — ANO 1956

Recebemos mais dois números (13 e 14) do ano de 1956, dos Anais da Académie d'Agriculture de France.

GAZETA DAS ALDEIAS ANO 61º — N.º 2337

O número 2337 de Gazeta das Aldeias, revista quinzenal de propagação agrícola, publicada em Pôrto, Portugal, é dedicado à Grande Exposição Agrícola do Pôrto, com variada e interessante colaboração.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION University of Vermont and State Agricultural College Burlington, Vermont.

Recebemos mais os seguintes números do Boletim da Agricultural Experiment Station de Vermont:

- a — Foot preference of settled groups of native vermonters
- b — marketing Vermont's maple symp
- c — Summer and country homes in the west River Valley
- d — Planned farming pays
- e — Vermont's milk dealers
- f — milk verding in Vermont.

PARANÁ ECONÔMICO ANO IV — N.º 42/43 E 44/45

O número 44/45 (Novembro-Dezembro de 1956) do Paraná Econômico, publicado pela Federação do Comércio do Estado do Paraná, com a colaboração da Federação das Indústrias do mesmo Estado e do SESC e do SENAC, publicou, na página 33, o discurso de posse do Dr. Sylvano da Rocha Loures, eleito presidente do SSR do Estado do Paraná.

MUNDO AGRÁRIO

Os três últimos números de Mundo Agrário, referente aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1956 trazem, como sempre, farto e interessante noticiário de grande objetividade para os lavradores e criadores.

BOLETIM DE LA ASOCIACION NACIONAL DE INGENIEROS AGRONOMOS. NÚMERO 77

O número 77 do Boletim de la Asociacion Nacional de Ingenieros Agronomos, editado em Madrid, Espanha, traz um oportuno artigo de Enri Sierrez sobre "Evolucion de las tecnicas agricolas y ruptura de los equilibrios naturales".

DIVERSOS:

Recebemos e agradecemos as seguintes revistas:

- 1 — Asociacion Rural del Uruguay, revista mensal editada pela Asociacion Rural del Uruguay
- 2 — Granja, revista mensal sobre avicultura, agricultura e pecuária, editada em Madrid, Espanha.
- 3 — Lavoura Arrozeira, editada pelo Instituto Riograndense do Arroz
- 4 — Revista dos Criadores, órgão officioso da Associação Paulista de Criadores de Bovinos
- 5 — Vita, revista bimensal da Confederation de l'Alimentation Belge
- 6 — Agronomia, órgão do Centro dos Estudantes de Agronomia da Escola Nacional de Agricultura, Lima, — Perú
- 7 — Fauna, revista mensal sobre caça, pesca, cães, tiro, aventuras e fauna em geral
- 8 — Revista da Agricultura, editada em Piracicaba
- 9 — Seleções Agrícolas, revista mensal editada no Rio de Janeiro
- 10 — União Rural, revista mensal editada pela Federação das Associações Rurais de Pernambuco
- 11 — Mensário Estatístico do Departamento de Geografia e Estatística.

STORRS AGRICULTUREL EXPERIMENT STATION

Recebemos mais os seguintes trabalhos de Storrs Agricultural Experiment Station, do College of Agriculture da University of Connecticut:

- 1 — General — pompose fruit spray mixtests 1957
- 2 — Diagnosis and treatment of mastitis
- 3 — Care and use of poultry manure.

POSIBILIDADES DE PRODUCCION DE SORGO EN EL PERU

O Informe Especial n.º 8 preparado pelo programa de

experimentação agropecuária entre o Peru e os Estados Unidos da América, de autoria de Arthur F. Swanson, versa sobre as possibilidades de produção de Sorgo no Peru.

ANALES DE LA SOCIEDAD CIENTIFICA ARGENTINA

O número referente ao período de abril-julho de 1956 dos Anales de la Sociedad Cientifica Argentina traz dois magníficos trabalhos assinados por Berlindo Adolfo Torres e W. Schwerdtteger.

BOLETIM TRIMESTRAL DE EXPERIMENTACION AGROPECUARIA

P.C.E.A. — Vol. IV — N. 1 e 2

Trata-se de um boletim de informações técnicas sobre experimentações agropecuária do programa Cooperativo de Experimentação Agropecuária mantida pelo Programa de Cooperação Técnica entre o Peru e os Estados Unidos.

A TÉCNICA DE ANALISE FOLIAR APLICADA AO CAFEZEIRO

O Instituto Agrônomo de Campinas da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, publicou o magnífico trabalho "A técnica de análise foliar aplicada ao cafeeiro", de autoria de W. L. Lott, J. P. Nery, J. Romano Gallo e J. C. Medcalf. O referido trabalho foi editado também em inglês como boletim n.º 9 do IBEC Research Institute.

A FAZENDA ANO 51 — N.º 12

O referido número traz o trabalho "O milho: como cultivá-lo" que é uma condensação do que foi publicado na revista Agricultural and Food Chemistry, como súmula dos trabalhos apresentados ao I.I.A. da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América do Norte pelos especialistas Floyd Hosking, G. F. Sprague, Merle T. Jenkins, Damon Catron, C. A. Elvehjem, Robert Ruark e Marvin L. McLain.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION

Kansas State College of Agricultural and Applied Science Manhattan.

Recebemos da referida Estação Experimental as seguintes publicações:

- a — Boletins Técnicos números 81, 92, 83, 84, 85 e 86
- b — Circulares números 333 e 334
- c — Boletins números 380, 381, 382 e 383.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO Vol V — Tomos I e II

Recebemos da Biblioteca Nacional do Ministério da Educação e Cultura os tomos I e II do Vol. V do Boletim Bibliográfico.

ANALES DE LA SOCIEDAD CIENTIFICA ARGENTINA

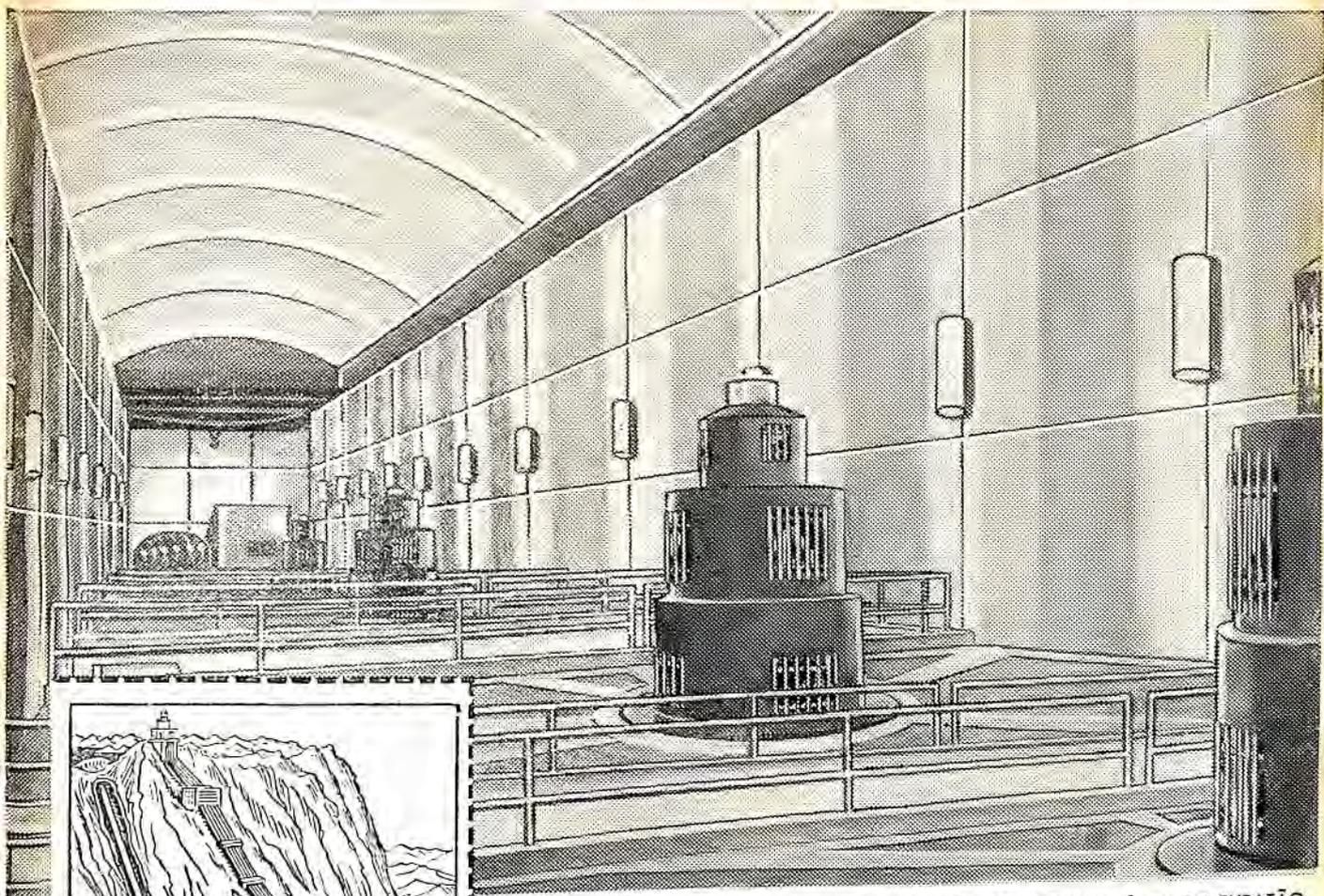
Julho/Agosto de 1956

O presente número traz três bons trabalhos:

- a — Dinamina de los sistemas materiales a masa variable pelo Eng. civil Fenix R. Narsicano.
- b — Aspectos oceanográficos de la Antártida Argentina, pelo capitão de Fragata Luis R. A. Capurro.
- c — Antártida, características meteorológicas, pelo capitão de Fragata Luis M. Iriart.

**ANUNCIE
EM**

"A LAVOURA"



INTERIO DA USINA SUBTERRÂNEA DE CUBATÃO



A Usina de Cubatão é a mais potente da América Latina com a capacidade instalada de 734.000 kW.

...A GRANDE USINA DE CUBATÃO

Esta grande usina brasileira, parte do sistema Rio-São Paulo, conhecida mundialmente como uma notável realização de engenheiro, produziu em 1955 mais de 2 bilhões e 300 milhões de kWh para suprir indústrias e populações da área servida pela São Paulo Light. Com a entrada em operação da sua seção subterrânea, a usina registrará novos recordes de produção de energia elétrica, continuando assim a contribuir de maneira apreciável para o desenvolvimento econômico do Brasil.

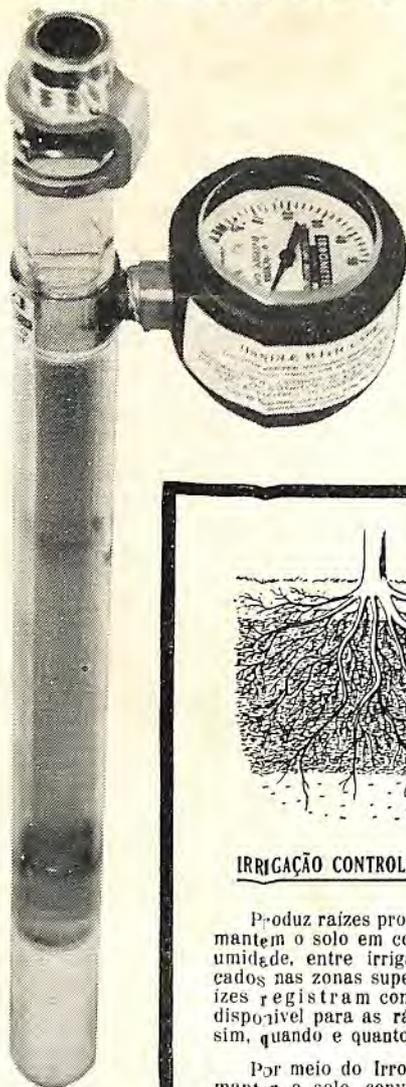


O BRASIL MARCHA COM A ELETRICIDADE

IRROMETRO

INDICADOR DE UMIDADE

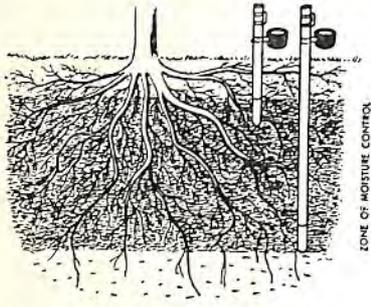
O
MELHOR
INSTRUMENTO
PARA
MEDIR
A
UMIDADE
DO
SOLO
NO
PASTO
NA
HORTA
NO
POMAR
" "



O IRROMETRO

Mostra Instantanea-
mente Quanto e
Quando Irrigar
Não Regue De Mais

Nem De
Menos



IRRIGAÇÃO CONTROLADA COM IRROMETRO

Produz raízes profundas e saudáveis porque mantém o solo em condições adequadas de umidade, entre irrigações. Irrometros colocados nas zonas superior e inferior das raízes registram continuamente a umidade disponível para as raízes, indicando outrossim, quando e quanto irrigar.

Por meio do Irrometro pode-se sempre manter o solo convenientemente úmido e garantir a devida penetração d'água.

A irrigação é feita segundo as necessidades da lavoura e aproveita-se melhor o fertilizante e a água.

ENTREGA
IMEDIATA
DE
APARELHOS
DE

6"

12"

18"

e

24"

PEÇAM INFORMAÇÕES

SOC. IMPORTADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Av. Franklin Roosevelt, 39 - Sala 1408

Caixa Postal, 4170

RIO DE JANEIRO - BRASIL
